

MANDATO XII**ATA Nº. 7/2018****SESSÃO ORDINÁRIA DE 4 DE OUTUBRO DE 2018**

*Aos quatro dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezoito, nesta cidade de Braga, no pequeno Auditório do Fórum Braga, pelas vinte e uma horas, reuniu, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Braga, sob a Presidência da Senhora Hortense Lopes dos Santos, com a assistência do Senhor Serafim Figueiral Rebelo, como Primeiro Secretário e do Senhor João Manuel Tinoco Ribeiro da Silva, como Segundo Secretário. **MAIORIA LEGAL - A SR^a. PRESIDENTE DA MESA** comunicou que havia quórum, tendo-se verificado a presença de setenta e quatro membros. **ESTIVERAM PRESENTES OS SEGUINTE MEMBROS:** João Alberto Granja dos Santos Silva, Filomena Maria Beirão Mortágua Sousa Freitas Bordalo, Maria do Pilar Araújo Teixeira, Hugo Alexandre Lopes Soares, Maria Ester da Silva Taveira, Américo dos Santos Afonso, Bento Duarte da Silva, João Filipe Monteiro Marques, Maria Angelina Pinto Rodrigues, João Orlando Travassos Freitas Alcaide, Natacha Sofia Miranda Fontes, Rui Nuno Gonçalves Marques, João Miguel Ribeiro Lemos de Medeiros, Ricardo Machado de Azevedo, José da Silva Pereira da Cunha, Pedro Morais Mesquita Borges de Macedo, Fernando Manuel Gonçalves Sá Menezes, Fausto Alves Farinha, Paula Julieta Ramada Ferreira Caramelo, Pedro Miguel Pereira de Sousa, João António de Matos Nogueira, Cláudia Patrícia Serapicos*

Alves, José Eduardo Gouveia Silva Pinheiro, José Miguel Ferreira da Silva, Emiliano Renato Araújo Noversa, Marta Filipa Azevedo Ferreira, Pedro Filipe Magalhães Roriz, Márcio Alexandre Martins Ribeiro, Maria Helena Fernandes Teixeira, Bárbara Seco de Barros, Paula Maria de Azevedo da Cunha, Marcos, Manuel da Silva Couto Oliveira, Manuel António Vieira da Silva Esperança, António Meireles de Magalhães Lima, Maria Alexandra Nogueira Vieira, Agostinho Fernando Monteiro Fernandes, José Manuel Ribeiro Afonso, Manuel Jorge Miranda Pereira, João Miguel Vilaça Pires, Manuel Jorge da Costa Pires, Ricardo Jorge Pereira da Silva, José Oliveira da Silva, Manuel Gomes de Oliveira, Joaquim Orlando Neto Vieira, Fernando Alberto Oliveira Costa e Silva, Filipe Vaz Alves, João da Silva Oliveira, Manuel António Vieira de Carvalho, João Manuel Faria da Costa, Marco Paulo Ferreira de Oliveira, João Paulo de Carvalho Vieira, João Manuel Monteiro da Silva Oliveira, Sérgio Filipe de Sá Antunes Oliveira, António Rolando Pimenta e Silva, Carmindo João da Costa Soares, Adélia de Jesus Gonçalves da Silva, José Magalhães Soares Gomes, Manuel de Azevedo Martins, Fernando José Ferreira Peixoto, João Lamego Moreira, Miguel António Carvalho Soares Caldas, Maria José Fernandes Borges, Israel Clímaco Martins Barbosa Araújo Pinto, Francisco Manuel Pereira da Silva, José Fernando Ferreira Vilaça, Mário José Reis Vieira, João Carlos Fernandes da Rocha, Maria Elizabete Marques da Silva, Manuel Pereira de Faria, Dinis Filipe Gomes de Sá e Rogério Augusto Rodrigues Rocha.

SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE MANDATO: *A Assembleia, em face dos pedidos apresentados, deliberou aceitar a suspensão de mandato dos seguintes membros: José Augusto Gonçalves Ferreira, Gonçalo Nuno Lopes de Castro Pimenta de Castro, Rafaela Araújo Couto Seara, Rafael Luís Clemente Ribeiro de Oliveira Ferreira, Carlos André da Silva Alves de Sá, António Joaquim Tavares*

*Fidalgo, Catarina Lourenço Ribeiro, Carla Maria da Costa e Cruz, Pedro Miguel Rodrigues Simões Casinhas, João Jorge Ferreira Baptista e Rita Costa Pinto de Barros. **FALTARAM OS SEGUINTE MEMBROS:** Ana Leonor Pizarro Bravo da Silva Pereira. A **SRª. PRESIDENTE DA MESA** passou a ler o conteúdo do artigo septuagésimo do Regimento daquela Assembleia Municipal, que se referia à intervenção do público. Informou, ainda, terem surgido muitas inscrições do público. Tendo em conta que cada intervenção podia ter o máximo de cinco minutos, mas no total não podia ultrapassar os trinta minutos, o tempo não iria chegar para todos os que se inscreveram. Por isso, quando terminassem os trinta minutos, entrar-se-ia na ordem do dia. Por acordo das bancadas, atribui-se três minutos para cada intervenção. Passou-se ao **PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO**. Neste período registou-se a intervenção do **SR. JOÃO GONÇALVES DE CARVALHO**, que informou ter entregue na Mesa um documento das matérias que pretendia expor. Um dos assuntos relacionava-se com a vedação de um caminho público, feita pelo Sr. Lázaro de Araújo Gomes e que dava acesso a um fontanário público, cujo processo se encontrava na Câmara Municipal, mas que até ao momento nada tinha sido feito. Outra questão prendia-se com a não cedência, por parte do mesmo senhor, de cinquenta metros de terreno, para o alargamento da travessa da Naia. Pedia que a Autarquia intercedesse no sentido de resolver tais questões. A segunda intervenção foi concretizada pelo **SRª. CLÁUDIA DA ROCHA VALENTE MONTEIRO**, que disse ter entregue à Mesa uma petição contra a venda da Fábrica Confiança com mil e oitocentas assinaturas. “Eu votei no Ricardo Rio e estou, aqui, hoje, com desconfiança. A Fábrica era um bem público. E a Fábrica é tanto minha, como do Ricardo. E é sobre a despudorada e desvairada vontade de a vender, que eu venho aqui falar. É com certeza mentira, que a obra de requalificação do edifício*

Confiança, custe quatro milhões, porque ninguém sabe, quanto custa, o que não foi planeado, estudado, projetado, arquitetado, avaliado, o que quiserem. É com certeza mentira, que não haja apoios financeiros para a recuperação da Fábrica, ou outros edifícios, e estão, por exemplo, disponíveis mecanismos de financiamento, como sejam o instrumento financeiro de realização e revitalização urbana, o IFRRU dois mil e vinte, o fundo nacional de reabilitação do edificado, que é gerido pela Sociedade de Gestora de Fundos e Investimentos Imobiliários, SA, detida integralmente por capitais públicos. O que poderá não estar disponível são apoios que incluem uma parte a fundo perdido. Mas mesmo sobre esses, aguarda-se em dois mil e dezanove, a pedida reprogramação orçamental do Norte vinte vinte e até lá não se sabe se poderá haver neste quadro comunitário verbas disponíveis para a requalificação urbana. E claro o próximo quadro comunitário de apoio irá à partida daquilo que se tem vindo a perceber das reuniões na Europa da estratégia europeia, manter esta linha de apoio ao investimento no desenvolvimento regional. Existem outros mecanismos também de financiamento, que são os programas europeus em que os municípios se podem candidatar diretamente. Portanto, não fundo nacionais. Obviamente não são programas de requalificação urbana, mas são programas onde as obras de adaptação nos edifícios podem ser apoiadas. Falo de fundos que são dirigidos diretamente pela EU, que os atribui, nomeadamente, sob a forma de subvenções, para projetos específicos relacionados com políticas europeias, geralmente na sequência de publicação de convites à apresentação de propostas. O financiamento provém da EU e outros fundos complementares e abrange áreas tão diversas como a cooperação entre os estados, a educação, a juventude, investigação, ONG's e claro, sociedade civil. E, por falar nisso, por que não entregar o edifício à gestão da sociedade civil? Se tem tanta dificuldade em geri-

lo. O concurso de ideias para a reabilitação da Confiança tinha setenta e sete ideias e, agora, mais ainda. O que vai liquidar a Confiança, afinal? Falta de liquidez? É falta de imaginação? Porque nós não sabemos realmente o que quer liquidar a Confiança?”. A terceira intervenção foi protagonizada pelo **SR. JOSÉ MANUEL LOPES CORDEIRO**, para dizer que não iria evocar todos os argumentos que nos últimos dias tinham vindo a público, transmitidos pela comunicação social, que cada vez tinha escolhido o tema da Confiança, para abordar. Ainda, hoje, o Público, a Rádio Renascença, o que mostrava que havia uma preocupação sobre o destino da Confiança, que ultrapassava a cidade de Braga e achava que isso era positivo. Não iria referir toda essa argumentação a favor da preservação da Confiança na esfera pública e também não iria referir os argumentos que a Câmara Municipal tinha apresentado, nomeadamente a falta de recursos que, como acabaram de ver, era uma falsa questão. Havia possibilidade de encontrar recursos, houvesse vontade política para fazer esse esforço. Não iria falar da questão do Conselho Estratégico para a Regeneração Urbana de Braga, surpreendentemente não ter sido ouvido. Mas iria falar de uma coisa que lhe parecia importante e de certa maneira surpreendente, nomeadamente para quem andava há muito tempo naquelas batalhas do património. Era que tinha havido, ultimamente, uma participação da população da cidade de Braga na defesa da Confiança. Eram os moradores do Bairro da Alegria. Era a moção que foi aprovada na Junta de Freguesia de São Vicente. Foi a concentração à noite, num dia de trabalho, que anteontem foi feita, onde participaram espontaneamente trabalhadores e antigos operários da fábrica a favor da preservação do edifício na esfera pública. Enfim, bastava consultar as redes sociais, bastava falar com as pessoas na cidade, para ver a preocupação que havia sobre o futuro da Confiança. Entrando diretamente no assunto, uma

vez que tinha muito pouco tempo, cingia-se, apenas, ao caderno de encargos. O caderno de encargos foi apresentado como sendo extremamente rigoroso. Houve a preocupação em sublinhar que era extremamente rigoroso. Mas, de facto, analisando com um pouco de pormenor e de atenção, surpreendentemente chegavam à conclusão contrária. Ele não era nada rigoroso, nomeadamente na questão da salvaguarda do património. O caderno de encargos não preservava absolutamente nada e não preservava, nomeadamente, aquilo que parecia um dado adquirido. Ou seja, a Câmara Municipal de Braga tinha aprovado ainda recentemente um regulamento do Prémio Municipal de Reabilitação Urbana, categoria de edificação modalidade obra de restauro e reabilitação, que tinha no seu articulado todo um conjunto de princípios, que podiam ser transplantados para aquela questão da salvaguarda da Confiança e inseridos no caderno de encargos, mas não foram. Havia essa possibilidade. A Câmara já dispunha de instrumentos, que eram corretos para a salvaguarda do património, mas não eram ali aplicados. Por outro lado, na realidade, não havia uma verdadeira reabilitação na salvaguarda do património. O que estava em causa, neste momento, eram dois mais um. Ou seja, havia duas medidas mais uma. A primeira medida era a necessidade de preservação das três fachadas, que hoje e dia já sabiam que não valia a pena insistir, essa era uma questão que nem sequer era colocada. O fachadismo era uma prática completamente recusada e já nem sequer era uma questão, estava ultrapassada. Havia normas reconhecidas internacionalmente e pelos organismos nacionais e internacionais, que se a Câmara não conhecia, seguramente que tinha possibilidade de consultar alguém que as conhecesse. A preservação das suas fachadas não preservava nada. Depois havia um outro ponto que era a integração da memória da chaminé na solução que resultasse, o que lhe parecia uma coisa um pouco complicada,

*falava, inclusivamente, em materiais diversos a utilizar, não se sabia muito bem o que isso era. E, depois, o terceiro ponto, que era o tal do dois mais um, que eram os quinhentos metros quadrados, que perdiam todo o significado, uma vez que os princípios fundamentais da salvaguarda do património não eram levados em consideração. Na quarta intervenção interveio o **SR^a. CATARINA BARROS AFONSO**, para dizer o seguinte: “Venho aqui partilhar uma reflexão que fiz sobre promessas eleitorais. Consultei o programa eleitoral da Coligação “Juntos por Braga”. Em dois mil e treze, os seus eleitores votaram na pessoa que prometeu a instalação de valências culturais e sociais de usufruto público na Fábrica Confiança e a Criação do Museu da Cidade (a integrar na Fábrica Confiança). Nessa campanha defendeu a compra da Fábrica Confiança para uso público de modo a permitir: a preservação da memória industrial; a salvaguarda do ativo associado à fábrica Confiança; a criação de espaços que pudessem servir para alimentar dinâmicas culturais na cidade e correspondessem a lacunas identificadas antes de dois mil e treze (as mesmas que ainda existem em dois mil e dezoito!); uma ligação à universidade; e o reordenamento urbano dessa zona da cidade. Em outubro de dois mil e dezassete (note-se que ainda só passou um ano desde as eleições), Ricardo Rio prometeu aos seus eleitores a “Análise sobre o futuro da antiga Saboaria e Perfumaria Confiança, tomando uma decisão definitiva sobre as suas oportunidades de reabilitação”. “A alienação, com vista ao financiamento de outras iniciativas culturais e patrimoniais (mas sempre com a salvaguarda dos valores arquitetónicos e a criação de núcleo museológico da fábrica original” - assim consta do programa eleitoral da Coligação no poder autárquico - só aconteceria se não houvesse solução para a reabilitação. Ricardo Rio ganhou as eleições porque fez promessas em que acreditaram os eleitores que o elegeram. Haverá dúvidas? Entre elas, prometia Dinamização Cultural e a*

*Valorização Patrimonial! Foi isso mesmo. E os anos passaram desde dois mil e treze, os meses avançaram desde dois mil e dezassete ...A Coligação esqueceu-se de convocar o Conselho Municipal da Cultura e o Conselho Estratégico para a Regeneração Urbana de Braga (CERPUB) para que colaborassem na procura de soluções para a Confiança, de modo a que fosse construído um projeto capaz de ser apresentado numa candidatura a programas europeus? Esqueceu-se? Não é possível! A Assembleia Municipal acha bem que se façam promessas e não se cumpram? Acha bem que esses órgãos consultivos da CMB não tenham sido ouvidos? E que, de um momento para o outro, o Dr. Ricardo Rio decida vender a Confiança, como se estivesse a vender uma bicicleta? Depois das promessas que fez?! Não posso acreditar que os senhores deputados municipais, que se comprometeram publicamente a defender o interesse público, aceitem votar contra o interesse público. A política deve ser uma coisa séria e, como tal, acredito que vão votar em consciência, contra a venda da Fábrica Confiança. Não me desapontem, por favor. Sou de uma geração que acredita na cidadania. E que valoriza o futuro. E a Confiança, como equipamento cultural vivo, onde as pessoas tomam parte ativa, é uma das garantias que desejo na Braga do futuro. Façam um favor às gerações atuais e futuras de Braga e pensem bem antes de votar”. Na quinta intervenção usou da palavra a **SR^a. ANA PAULA DA CONCEIÇÃO BARROS** para destacar que: “Num momento em que a Assembleia Municipal é colocada perante uma proposta do executivo municipal, no sentido de vender a Fábrica Confiança, equipamento que o presidente da CMB considerava, em dois mil e treze, essencial para Braga, não podemos deixar de dar um contributo para a solução: Um - o desenvolvimento cultural nada (ou muito pouco) tem a ver com a dinâmica gerada por um conjunto mais ou menos numeroso e avulso de eventos, associados a movimento e ruído. É sabido que o*

desenvolvimento pressupõe uma capacidade generalizada e intrínseca de uma população para produzir, vivenciar e gerar cultura. Se emergem dinâmicas culturais do seu interior, pode afirmar-se que uma cidade é desenvolvida. E, caso não surjam, a cidade não pode ser considerada evoluída. E isto é tão válido para a Cultura, como para a Economia. Dois - Assistimos, hoje, a numerosos eventos distribuídos pela cidade. Normalmente, são eventos contratualizados a grupos ou empresas, muitas vezes, do exterior, deixando Braga revelar-se cada vez mais incapaz de satisfazer as suas próprias necessidades e, muito menos, de "vender" a sua produção, que efetivamente existe, mas à qual não são dadas oportunidades. Este é um forte sinal de baixo índice de desenvolvimento! Três - Braga conta, atualmente, com o Teatro Circo, a nobre sala de espetáculos, com o GNRation, como centro de atividades alternativas, por excelência, e com o novo Fórum Braga, um equipamento multifuncional, dedicado a grandes eventos. Verifica-se, no entanto, a ausência de um espaço que possa ser dedicado a espetáculos de pequena e média dimensão, "democrático", de uso diversificado para o público em geral e que, simultaneamente, constitua um centro de mostra e divulgação de atividades "de ponta". O renovado e ampliado São Geraldo do futuro poderá ter aqui um papel essencial. Essa é a esperança que nos foi dada. Quatro - Continuará, ainda assim, a faltar a "fábrica" que alimentará toda essa estrutura. A Escola, o Laboratório, o Centro de Desenvolvimento e Produção, são essenciais para a sustentabilidade do projeto para o São Geraldo. O ideal seria que, a este equipamento, se pudesse associar um centro que reúna e exponha tudo o que de novo aconteça no mundo da tecnologia. Para o efeito, poderia ser realizada uma parceria (ou consórcio) entre entidades públicas e privadas (universidades, laboratórios, empresas tecnológicas, etc.) e criar uma espécie de "Museu do Futuro". Algo com o nível de atratividade de um parque temático, à

semelhança do que acontece em cidades que conciliam arte, cultura e tecnologia, com a perícia exigida no século vinte e um. Cinco - Nesta perspetiva, a integração da Fábrica Confiança no projeto global do Media Arts Centre, afigura-se muito adequada e, até, imprescindível, dado tratar-se de um espaço com características físicas únicas de funcionalidade, dimensão e versatilidade e que já é propriedade municipal. Neste contexto, a Fábrica Confiança iria operar como um dos principais centros de produção de conteúdos que alimentaria os espaços expositivos e de espetáculo já existentes na cidade, bem como o futuro São Geraldo. Não podemos esquecer que Cidadania é um modo de estar perante os outros, que implica defender os direitos humanos, exigir a igualdade de género, aceitar a diversidade cultural e religiosa, ter atitudes que contribuam para a dignidade humana e conservação da natureza, combater a pobreza e desigualdades, contribuir para a justiça social, etc. Mas Cidadania também é procurar a informação sobre problemas locais e agir, unindo-se a movimentos que defendem problemas do nosso tempo e do nosso interesse, neste caso para manter a Confiança como bem público. E, ao fazê-lo, contribuiu-se para a valorização do bem-estar e para o desenvolvimento sustentável da comunidade à qual pertencemos. Se os deputados municipais forem responsáveis, procurarem conhecer as razões que levaram à compra da Confiança e perceberem que Braga precisa manter aquele espaço como público, pois interessa a todos e em especial à cidade, uma vez que se pretende candidatar a Capital Europeia da Cultura e já é Cidade Criativa da UNESCO na área das Media Arts, então irão votar contra a venda da Fábrica Confiança. Estarão a demonstrar pragmatismo no que à cultura e desenvolvimento diz respeito, a cumprir o serviço público que assumiram perante os seus eleitores e a exercer a cidadania com toda a liberdade uma vez que o seu voto resulta de uma decisão informada, responsável e que

*corresponde às necessidades de desenvolvimento da cidade/concelho onde habitam. Exerça cidadania na Assembleia Municipal. Vote em consciência! Seja capaz de dizer não à venda da Fábrica Confiança”. Registou-se a sexta intervenção pelo **SR. ALBERTO MANUEL BOTELHO DE MIRANDA**, que disse ir ali falar sobre a Fábrica Confiança. Como toda a gente sabia, a fábrica foi adquirida por via expropriativa, em dois mil e doze e os objetivos da expropriação era reabilitar, preservar e salvaguardar o edifício e afetá-lo a atividades de cariz cultural e de lazer. Isso constava dos documentos aprovados na Câmara e na Declaração de Utilidade Pública. Esses objetivos, foram objetivos, que naquelas circunstâncias, passaram a ser um compromisso institucional assumido pelo Município de Braga. Não era pela Câmara A, B ou C. E, de qualquer dos modos, mais importante do que isso, continuavam a ser objetivos consensuais de todas as forças políticas e intervenientes no processo até agora. O Município, pelas razões que todos sabiam, invocou que não tendo meios próprios, porque teve outras prioridades, perfeitamente legítimas, para afetar à recuperação do edifício, propunha-se, agora, vendê-lo, dizendo que através de um caderno de encargos muito rigoroso, alcançaria esses objetivos, impondo-os ao adjudicatário da venda, através desse caderno de encargos. Esse caderno de encargos foi objeto de um parecer assinado pelos técnicos que estiveram num debate recente promovido pela Junta de Freguesia de São Victor e por si próprio que colaborou com esse parecer. Resumidamente, o que dizia esse parecer, quanto às condicionantes de ordem patrimonial, o Lopes Cordeiro já pôs ali o essencial das questões, bastava ir aos conceitos e às regras que o próprio Município de Braga tinha nos seus regulamentos, para ver qual era o conceito de reabilitação urbana. O que realçava aí desse aspeto era que estava, também, nesses documentos que tudo isso, e muito corretamente, se devia apoiar,*

primeiramente, um diagnóstico existente e a partir de aí ver-se-ia o que era para preservar e o que não era. E aquilo que não era para preservar, tinha que ser devidamente fundamentado e em relatório técnico da especialidade. O que acontecia naquele caso, era que o caderno de encargos, sem que houvesse diagnósticos de técnicos e relatórios técnicos de especialidade e diagnóstico do existente, estabelecia, não sabia com que conclusões, com que fundamento, de que a única coisa a preservar era a manutenção de três fachadas. Isso ia completamente contra as próprias metodologias que o Município estabelecia nos seus regulamentos. Portanto, as condições eram completamente insuficientes no que respeitava à reabilitação do edificado. Quanto às condicionantes de índole urbanística, em relação às atividades a instalar de cariz cultural e lazer, exigia um espaço com quinhentos metros quadrados de caráter museológico, com uma série de condições que tinham que ficar junto da fachada, quinhentos metros quadrados naquilo que a Câmara permitia fazer no caderno de encargos ao promotor, eram três por cento da área de construção total, ou doze por cento da área de construção prevista para o edifício da Confiança propriamente dito. Mais, estabelecia que o uso dominante em equipamentos, sem por qualquer restrição ao tipo de equipamentos e estabelecia, ainda, que podia haver atividades complementares, sem qualquer limite de dimensão, nomeadamente para estabelecimentos turísticos. Portanto, aí, também, a questão da atividade de cariz cultural e lazer não era minimamente cumprida. Finalmente, nas grandes obrigações colocadas ao adjudicatário, era uma lista longa, mas a maioria esmagadora delas eram obrigações de caráter legal e regulamentar, que em qualquer obra os adjudicatários tinham que cumprir. As únicas específicas que estavam era pagar o valor da arrematação, obviamente e no prazo de seis meses apresentar um projeto que se supunha cumprisse as condições técnicas. Portanto,

as rigorosas e fortíssimas imposições ao adjudicatário, eram exclusivamente essas e obviamente que aquele caderno de encargos não cumpria minimamente os objetivos a que o Município de Braga estava comprometido, desde que comprou ou expropriou o edifício em dois mil e doze e os termos em que sempre disse que era para isso que ele iria servir. Seguiu-se a intervenção do **SR. JOSÉ DE ARAÚJO GOMES** que começou por dizer que, afinal, tanto se tinha reparado na ausência do Presidente da Câmara noutras sessões no passado, mantinha-se a tradição. Disse depois o seguinte: “Braga: somos nós! Nós quem? Os que nascemos cá, os que vieram para cá e os que só vêm cá. Sendo dever das autarquias locais, zelar pelo bem-estar das pessoas no seu território, o trabalho dos autarcas das freguesias e do Concelho de Braga deverá ter em consideração esse dever. Para quem lê diariamente os jornais da terra (Diário e Correio do Minho), e ouve as rádios locais e que não tenha circulado pelas diversas zonas habitacionais da Cidade, Braga estará efetivamente muito bem cuidada e os seus autarcas estarão a ter um desempenho merecedor dos mais rasgados elogios, o que até parece ser corroborado pelo silêncio comprometedor por parte dos representantes dos partidos da oposição. Estão redondamente enganados os que disto estão convencidos, não por que não tenha sido feito algo de positivo na Cidade, como a seguir mencionarei, mas sim por tudo aquilo que ainda não foi feito e que deixou de ser feito. Qualquer morador da cidade o poderá confirmar. Senhor Presidente da Câmara, espero que compreenda o sentido desta minha intervenção e faço votos para que esta o ajude a convencer os membros da sua equipa do trabalho diário que deverão ter de executar para que continue a ser “Bom Viver em Braga”. Digo isto por estar convencido de que o Senhor Presidente conhecerá a realidade tão bem ou melhor do que eu. Assim passo a referir aquilo que foi feito e me parece contribuir para melhorar a qualidade de

vida das pessoas, sendo por isso digno de destaque: Parque de Exposições - agora – Fórum Braga. Independentemente de diferentes opiniões, quero felicitar os responsáveis por esta reabilitação e ampliação que dará outro alcance a esta estrutura. Não será possível plantar umas dezenas de árvores na área descoberta? Complexo Desportivo da Rodovia - agora - Parque Desportivo da Rodovia. Outra obra de reabilitação e ampliação merecedora do apreço das pessoas dada a qualidade da sua intervenção. Mas, a Senhora Vereadora Sameiro Araújo, com certeza que já reparou na extensão de relvado em todo o Parque. Se ambiciona que no futuro este espaço seja também uma zona verde, terá que exigir um tratamento diário para assegurar a sua melhor manutenção. Pilaretes a proteger os passeios. Pode haver quem não goste, mas a colocação deste equipamento no limite dos passeios é a única via para travar os habituais abusos dos condutores de automóveis. Contentores para recolha do lixo. Uma iniciativa que deverá ser considerada meritória, em virtude de vir acabar com o espetáculo degradante das sacas com lixo espalhadas um pouco por toda a Cidade. De seguida irei referir um conjunto de iniciativas que a Câmara de Braga deverá promover, para que daqui a um ano possa vir a esta Assembleia Municipal manifestar o meu contentamento e reconhecimento pela sua concretização, a saber: Iluminação da via pedonal ao longo do rio Este. Há já alguns meses que os candeeiros de iluminação desta via foram alterados, deixando de ser alimentados por energia solar. Será que daqui a um ano as caixas no cimo dos postes estarão substituídas por um remate adequado? Mesas e bancos no Parque de São João da Ponte. Este Parque, que foi alvo de uma excelente intervenção há cerca de seis anos, deixou de ter um relvado que na altura foi devidamente semeado. Desde essa obra que se fizeram ouvir várias queixas devido à falta de bancos. Pese embora recentemente terem sido

*colocadas algumas mesas e bancos no Parque, quer-me parecer que a zona mais aconselhável para a sua colocação será entre a Capela e o coreto em torno do recinto com o piso em pedra. Já agora sugiro também a colocação de alguns bebedouros e um ponto de água de apoio aos muitos que no Verão por ali queiram merendar, para além da recuperação do relvado. Sanitários do parque da Ponte. Estes sanitários, colocados à entrada do Parque, são de grande utilidade para os utentes dos dois parques. Por estranho que pareça estes sanitários estão encerrados ao domingo, dia da semana com maior número de utentes. Para quando a foto nos diários bracarenses do vereador a inaugurar a abertura ao domingo? Tratamento de novas árvores. Pelo menos na via pedonal ao longo do Rio Este, entre o Fórum e a Ponte Pedrinha, alguém responsável pelo tratamento das árvores deveria ver o que se poderá fazer para endireitar umas e aparar a rama de outras, que vai do chão até à copa. A quem por lá passa até parece que se está numa terra de ninguém. Relvados situados nas zonas habitacionais. Senhor Presidente da Câmara, sendo este o meu último reparo, pode crer que é o que mexe com a qualidade de vida e bem-estar da maioria das pessoas que habitam nas principais zonas habitacionais de Braga. Será possível que dos dez vereadores e dos presidentes de junta das freguesias da Cidade não tenha vindo a público qualquer reparo sobre o estado calamitoso a que chegaram a generalidade das zonas verdes da cidade? (noutros tempos alguns presidentes de junta faziam-se ouvir). Isto é tanto mais estranho por até muitas dessas zonas serem servidas por sistemas de rega automática. Espero que daqui a um ano possa vir a esta tribuna exercer o meu direito de cidadania para felicitar os autarcas pelas respostas que tenham dado a estes meus reparos”. Mais uma intervenção foi registada, agora do **SR. ANTÓNIO DA SILVA FERNANDES** para inicialmente fazer uma chamada de atenção, uma reclamação, para*

memória futura, o Regulamento é contraditório, uma vez que dava cinco minutos a cada um e depois retirava um minuto e trinta, uma contradição e claramente o público foi cerceado de se pronunciar. Disse depois que “um caderno de encargos é um inumerado de condições de imposições para cumprimento obrigatório e de comprometimento por parte de quem aceita essas condições para interesse individual e/ou coletivo. Em Braga, parece que ao nível dos agentes políticos em exercício e cargo, com enfoque para a presidência e vereação municipal, o entendimento destas coisas é de somenos importância, inclusive de desconhecimento absoluto no que às obrigações concerne, convertido num imaginário de faz de conta que se cumpre, mas que não se sabe, porque não se vai cumprir. E, como não se vai cumprir, vai-se escudar no enleado desconexo e de razão duvidosa, para justificar o injustificável, numa cidade que se preza em evidenciar juventude e conhecimento disponível, que deixam a anos luz os citados agentes políticos ao ponto de o desprezo a que os votam ser quase total. A presunção limitada das suas mentes, a dos agentes políticos em exercício de cargo, é de quem faz as leis, as faz para munir as classes dominantes das ferramentas necessárias, para poderem dominar os seus dominados, mas que lhes permita sair pelas portas das traseiras, sempre aberta, para as situações mais complexas, sempre que os dominados descobrem que, afinal, as leis são emanadas para que a vida na república seja a mais justa e equilibrada possível e que os governantes são cidadãos em igualdade de circunstâncias, perante a lei, obrigado ao seu cumprimento literal, com vírgulas, pontos finais e parágrafos e demais ortografia corrente. Uma presunção que dá forma ao estar social no domínio do interesse privado, sempre em prejuízo daquilo que é o interesse público que, afinal, é o nosso, interesse coletivo, enquanto sociedade marginal que se divide entre quem manda e quem é

*mandado, sendo que a porta maior é a do poder de poder nomear quem constrói o edifício do poder em concreto. Aquele poder que vai muito para além do legislado e que se movimenta nos corredores obscuros das cumplicidades. Neste contexto há um efetivo caderno de encargos político para a nação e para os agentes políticos, a saber: em primeira instância, o caderno de encargos político é a Constituição da República Portuguesa. Em segunda instância, o caderno de encargos político são os estatutos do partido político a que cada um de vocês pertence. E em terceira instância, esse mesmo caderno de encargos político arrola o compromisso eleitoral assumido, aquando da candidatura perante o eleitorado. Se o não fizerem estão a traí-los. Estas condicionantes implícitas a comportamento social dos agentes políticos em exercício, são literalmente ultrapassadas com a maior desfaçatez, como se todos eles estivessem numa redoma de vidro de que só se vê de dentro para fora, na premissa de que a sua cândida conduta é estatuto de que nós, os cidadãos, somos uma cambada de parvos... A Fábrica Confiança para mim devia ser um museu da memória, que Braga não tem. Nós somos uma cidade extremamente rural, eramos. Tivemos um eixo industrial pesado focado entre a Senhor-a-Branca e os Peões. E eu penso, tinha aqui um enumerado daquilo que lá se poderia eventualmente fazer, mas era uma proposta para memória futura”. A seguinte intervenção foi protagonizada pelo **SR. LUÍS TARROSO GOMES**, que disse já se estar a perceber no sarilho em que se estavam a meter se vendessem a Confiança nas condições que estavam previstas. O Professor Lopes Cordeiro falou há pouco dos princípios que presidiam à reabilitação do património industrial e esses princípios foram definidos pela Unesco, ao mesmo tempo que somos cidade criativa da Unesco na área das Media Arts e queremos, também, candidatar o Bom Jesus a Património Mundial. Não se percebia muito bem se queremos cumprir os critérios da Unesco*

só para algumas coisas, porque, evidentemente, a forma como estava prevista a venda da Confiança, não cumpria nenhum desses princípios. Já tinha apresentado algumas soluções, teve a oportunidade, o ano passado, de reunir com a Senhora Vereadora da Cultura, na Câmara, para apresentar soluções, foi há um ano, apesar de ninguém da Câmara Municipal ter respondido, para a Fábrica Confiança. Era nisso que tinham que pensar. Já falou em algumas, que não tinham necessariamente de ter grande investimento do Município, nomeadamente, falando de uma coisa incrível, que ainda não aconteceu, não se falou com a Junta de São Victor, com trinta e dois mil habitantes e que não foi ouvida, ainda, para encontrar uma solução para a Confiança. Na plataforma que se criou, para a defesa da Confiança, já estavam catorze associações, neste momento, que estavam interessadas que houvesse uma solução para Confiança. Já se falou com elas? Não. Achava que valia a pena, se houve setenta e sete pessoas a concorrer ao concurso de ideias, valia a pena falar com elas. Centenas de pessoas a pensar, perderam tempo, esforçaram-se, também esteve numa dessas equipas, perderam tempo a pensar no que se podia fazer na Confiança. Achava que valia a pena voltar a falar com elas, antes de tomar uma atitude tão drástica como aquela. Poderiam, também, pensar em permutas. Seria que fazia sentido permutar o edifício do Castelo, que pertencia à Universidade do Minho, com o edifício da Confiança, que pertencia à Câmara? A Universidade teria interesse nisso? A Câmara pôs essa hipótese? Era possível, também, e dizia aquilo não baseado no que a Câmara dizia, porque lhe parecia não ser sustentado, quanto ao estado de conservação da Confiança, mas baseado numa tese de mestrado, que fez o diagnóstico do edifício, e pelo menos em parte era possível ser utilizado. Não era possível pensar em usos temporários para a Confiança, enquanto não havia, de facto, verba para a reabilitar? E poderá

*pensar numa coisa mais arrojada, que era tentar criar uma fundação cultural privada, para gerir a Confiança. Uma fundação privada, evidentemente, sem a Câmara Municipal. Soluções que implicavam um pequeno investimento da Câmara Municipal, por exemplo, prescindir da “Noite Branca”, do próximo ano e investir os quinhentos mil euros na reabilitação da Confiança. Prescindir uma vez da “Noite Branca”. Usar os fundos comunitários que há pouco foram referidos, que já existiam. Deixar aquilo para gerações futuras, que se calhar teriam melhores soluções, que não tinham neste momento. Esperar pela candidatura à Capital Europeia da Cultura, que traria apoios do Estado. E, se era para vender alguma coisa, então faziam a lista dos edifícios, que não faziam falta e começar por vender os que tinham menos interesse e não começar por vender o que tinha mais interesse, que era a Fábrica Confiança. Portanto, a pergunta que fazia à Câmara Municipal era que precisavam, que ajuda precisavam para resolver aquilo? Porque estava visto que estavam a meter a cidade e a todos num sarilho enorme, que era desfazer a última fábrica que existia dos finais do século dezanove e inícios do século vinte em Braga. E terminava, como disse um orador anterior, cria que estavam a caminhar muito rapidamente, para voltar a ser bom viver em Braga. A palavra foi dada ao **SR. FERNANDO RODRIGUES DOS SANTOS**, morador na rua Costa Gomes, para dizer que essa rua, desde agosto, estava fechada ao público e a Câmara tinha abandonado a rua, estando também aí um prédio em derrocada. Estava bloqueado há mais de dois meses. Quando seria desbloqueada? Chamava-se a isso incompetência da Câmara. O trânsito estava, também, prejudicado. Seguiu-se a intervenção do **SR. DAVID ALVES FERREIRA**, cidadão de Braga e morador na rua Quinta da Armada, uma das ruas que iria ser afetada pela iniciativa da Câmara, no que dizia respeito à Confiança. A sua proposta de*

*partilhar com os presentes, hoje, era sobre os princípios republicanos e muito já foi dito daquilo que iria tentar dizer, provavelmente já foi dito de forma mais simpática. Portanto, iria cingir-se a fazer um apelo em vésperas de celebrarem o cinco de outubro, e lembrar aos Deputados Municipais, que foram eleitos, e elegeu alguns deles, efetivamente com um mandato de decidirem por si mesmos e de decidirem em consciência e livremente. Evidentemente que havia filiações partidárias, cujas militâncias tinham obrigações, mas nunca deviam sobrepor-se em república àquilo que eram os princípios de defesa da causa àquilo que eram os princípios de defesa da causa comum e do bem-estar geral. A rés era pública, eramos todos nós donos disto. Interveio, depois, o **SR. LUÍS MANUEL DE JESUS CUNHA**, para dizer que iria falar da Fábrica Confiança e que não iria fazê-lo com emoção, pois não nasceu em Braga, nunca trabalhou na fábrica, não tinha ligação de memória ou de afeto com a fábrica. Era numa perspetiva puramente racional que falava daquele espaço. Também não ia ali dizer que Braga tinha falta de espaços culturais, não sabia porque dependia daquilo que se pretendia para Braga. Se, de facto, havia ambição da parte desta Câmara de ter um projeto cultural, de ser afirmativa do ponto de vista cultural, de vir a ser capital da cultura, talvez tivessem falta deles. Em todo o caso, não cria que fosse esse o ponto. E, também não ia ali cometer a indelicadeza, provavelmente a injustiça, dizer que a Câmara se estava borrifando para a cultura e que achava que a cultura era uma questão menor. Iria dizer uma coisa muito mais simples. Ia, apenas, manifestar a sua indignação, enquanto cidadão, por considerar que, de facto, as expetativas legítimas que tinha justamente enquanto cidadão, eram goradas pela ação desta Câmara. Achava ser legítimo, enquanto cidadão, ter a expetativa de que quem nos governava, quem elegemos para nos governar, quem governava aquele espaço em nome de todos nós, não desperdiçasse as*

*oportunidades de tornar a cidade melhor. E achava que era disso que se tratava com a alienação da Confiança. Era desperdiçar uma oportunidade de tornar esta cidade melhor para todos nós. Por uma razão muito simples, porque se Braga queria ser uma cidade moderna, Braga tinha que se transformar. As cidades modernas eram cidades poli centradas. Braga tinha o problema, de facto, de excesso de centro. Braga era o centro. Braga era uma cidade provinciana, nesse ponto de vista. Extremamente provinciana, nesse ponto de vista. E esta era uma oportunidade que Braga tinha de criar novas centralidades. Criar uma outra centralidade, noutra espaço da cidade, que poderia modificar a cidade. Contribuir para isso, não bastaria isso, só por si, evidentemente. Mas, a Fábrica Confiança, no lugar onde estava, com as interações que poderia construir quer com a Universidade, quer com os campos da rodovia, quer com o laboratório de nanotecnologia. Podia ser um polo dinamizador a esse nível. E era nesse ponto de vista que achava que esta edilidade estava a desperdiçar uma oportunidade. E isso iria pesar, porque iria ficar para julgamento das gerações futuras. Era uma oportunidade perdida de transformar a cidade, de lhe dar outras centralidades, de lhe dar outra valência, de recuperar uma zona da cidade que era feia, degradada e que poderia ser transformada através de um investimento. Não iria falar ali, já outras pessoas falaram com mais propriedade em relação à questão do financiamento, mas que era relativamente simples. Poderia criar-se uma valência a nível da saboaria, da perfumaria, criar empresas que pudessem colaborar a esse nível. Não era difícil procurar isso, era necessário haver vontade de o fazer e achava que não havia vontade política para o fazer. Interveio de seguida a **SR^a. LILIANA ALEXANDRA GOMES PEREIRA** para salientar que era professora em Braga. Estava, ali, em representação dos docentes das atividades de enriquecimento curricular da cidade. Como não*

estava o Sr. Presidente da Câmara Municipal, iria dirigir-se à Sr^a. Vereadora da Educação, ali presente. No passado dia dezanove de setembro, numa reunião quinzenal da Vereação, o Sr. Presidente Ricardo Rio esclareceu que a decisão de passar a tutela das atividades de enriquecimento curricular, para entidades privadas, foi tomada para garantir estabilidade nas escolas do primeiro ciclo. Ora, neste momento, e após algum levantamento que a interveniente e um grupo de colegas fizeram junto dos agrupamentos da cidade, concluíram que dos onze agrupamentos da cidade, sete ainda não tinham professores de atividade física desportiva, de inglês, primeiro e segundo anos, expressão dramática e expressão plástica. Portanto, se foi para garantir a estabilidade da docência, onde estava ela? Certamente, não estava a correr bem este início de ano letivo. Tendo em conta a Portaria número seiscentos e quarenta e quatro barra A de dois mil e quinze, queriam saber quais os mecanismos de fiscalização que a Câmara Municipal de Braga iria adotar, para garantir o respeito pelas suas crianças e pelos seus professores. Passou-se, depois, ao **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**, que teve início com a apresentação de um **Voto de Saudação**, pelo Sr. Deputado do P.S.D., **JOÃO ALBERTO GRANJA DOS SANTOS SILVA** que dizia: “Em boa hora as Professoras Doutoradas Marta Lobo e Alexandra Esteves aceitaram perpetuar em livro, de caráter biográfico, o riquíssimo percurso de vida do Dr. Bernardo Reis, distinto Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Braga. A cerimónia do seu lançamento transformou-se numa bela e justa homenagem de colegas, de profissionais, de amigos, vindos de todas as partes no nosso Portugal, a um cidadão que pela sua carreira profissional notável, trabalhos académicos, viagens que empreendeu pelo Mundo e pela suas obras e ações, nomeadamente na Misericórdia, a nível local e nacional, bem merece o público reconhecimento. Dos quadros do Ministério das

*Obras Públicas até à Diamang, em Angola, da SPE - Sociedade Portuguesa de Empreendimentos, à Sociedade Mineira do Lucapa, o Dr. Bernardo Reis liderou missões técnicas nas suas áreas de especialidade, onde merecem particular relevo os diamantes, produziu estudos científicos, efetuou comunicações em diversos congressos de Geologia espalhados um pouco por todo o mundo e deixou uma obra prestigiada, nacional e internacionalmente reconhecida. E quando se esperava que se entregasse ao merecido descanso, o Dr. Bernardo Reis, verdadeiro homem que "faz crescer as coisas", numa feliz expressão de seu colega Belarmino Silveira, entrega-se "de alma e coração" a novas responsabilidades, encargos e preocupações, devotando o seu esforço à Santa Casa da Misericórdia de Braga e à participação na União das Misericórdias Portuguesas. Tem desenvolvido um trabalho notável de organização, de reforço das valências sociais, de promoção da cultura e do conhecimento e muito em particular da preservação do património de que a emblemática obra de recuperação e restauro do Palacete do Raio é um excelente exemplo. Assim, a Assembleia Municipal de Braga, reunida em quatro de outubro de dois mil e dezoito, delibera: Um - Saudar o Dr. Bernardo Reis pelo seu percurso de vida, rico e diversificado, marcado pela tenacidade, espírito de luta e prazer em implementar projetos; Dois - Expressar reconhecimento e gratidão pelo labor, pela entrega e pela dedicação que tem prestado à Santa Casa da Misericórdia de Braga enquanto seu Provedor, associando-se à justa homenagem que lhe foi prestada; Três - Exortá-lo a continuar a sua vida de dedicação à "causa pública" e aos outros, num exemplo de vida e obra marcados por uma grande dimensão ética, de fraternidade e de grande Humanismo". Posto à votação foi o referido voto de saudação **aprovado com duas abstenções**. Usou da palavra o **Sr. Deputado do P.S., PEDRO MIGUEL PEREIRA DE SOUSA**, para, numa*

*Declaração de Voto, dizer que foi, naturalmente, com muito gosto e pedindo desculpa por não ter cumprimentado todos os presentes, era bom ver um auditório da Assembleia Municipal assim, participada, era aquele o exercício da cidadania verdadeiramente participativa, mais do que representativa, que entendia ser necessária e, portanto, saudar todos os que, hoje, ali, estavam a participar naquela sessão. Para dizer que o PS não se poderia deixar de se associar àquele voto de congratulação pela vida e obra de Bernardo Reis e fazia-o, para além de politicamente, em nome do PS, numa dimensão muito pessoal. Bernardo Reis trabalhou com o seu avô na Diamang, durante mais de trinta anos, eram amigos de casa, cresceu e passou vários anos da sua juventude ou na casa dele, ou na casa dos seus avós. E, portanto, ter oportunidade, hoje, enquanto representante eleito do PS, de se associar quer politicamente, quer pessoalmente àquele ato, era algo que o deixava muito satisfeito, motivo pelo qual o PS não poderia deixar de se associar e votar favoravelmente e de solidarizar com a iniciativa do PSD. Seguiu-se a intervenção da Sr^a. **Deputada da C.D.U., BÁRBARA SECO DE BARROS**, para proceder à apresentação de um **Voto de Pesar**, que dizia: “No passado dia vinte e cinco de agosto, faleceu António José Gomes de Lima (conhecido, entre os amigos, por Tó-Zé). Terapeuta de Toxicodependências e membro do Conselho Nacional do Partido Ecologista “Os Verdes” entre dois mil e seis e dois mil e doze, António Lima foi eleito pela CDU na Assembleia Municipal de Braga em dois mil e cinco e em dois mil e nove, não tendo cumprido este último mandato até ao fim por, à semelhança de vários outros trabalhadores portugueses, se ter visto obrigado a emigrar para Inglaterra. Nascido a vinte e dois de maio de mil novecentos e sessenta e nove, frequentou a Escola Secundária Dona Maria segunda e formou-se em Psicologia na Universidade do Minho. Trabalhou como terapeuta no Projecto Homem em*

Braga e continuou, depois de emigrar, a trabalhar na sua área profissional. De uma grande dedicação a causas e também à sua família, António Lima tornou-se muitas vezes inspiração para os que o rodeavam. Mesmo depois do seu falecimento salvou três vidas, doando os seus órgãos, simbolizando também no fim da sua vida a bondade e a generosidade que tanto o caracterizavam. Ativista ecologista, António Lima participou empenhadamente na construção de um mundo melhor, colocando à disposição de todos os seus conhecimentos e contributos. Participou ativamente, representando “Os Verdes” na sua Coligação Democrática Unitária, em várias campanhas eleitorais, das quais destacamos as campanhas para as autárquicas de dois mil e cinco e dois mil e nove e para as legislativas em dois mil e nove. Foi cremado em Inglaterra no dia trinta de agosto e as suas cinzas virão para Portugal em data a anunciar. É com sentido pesar e muita comoção que lhe prestamos esta justa homenagem, lembrando o Tó-Zé neste órgão, onde solidariamente aceitou representar os cidadãos, como, de forma solidária também, escolheu viver toda a sua vida. A Assembleia Municipal de Braga, reunida a quatro de outubro de dois mil e dezoito, encaminha os seus mais sentidos pêsames a toda a sua família, bem como ao Partido Ecologista “Os Verdes”, pela perda inestimável que sofreram”. Posto à votação foi o presente voto de pesar **aprovado por unanimidade seguido de um minuto de silêncio**. Passou-se à apresentação de um **Voto de Louvor**, pelo **Sr. Deputado do P.P.M., PEDRO MORAIS MESQUITA BORGES DE MACEDO**, salientado que: “No dia cinco de outubro de mil cento e quarenta e três, na Cidade de Zamora foi celebrado um tratado de Conciliação entre Afonso Sétimo de Leão e Castela e D. Afonso Henriques de Portugal promovido pelo Arcebispo de Braga, D. João Peculiar e com a presença de um enviado do Vaticano, O Cardeal Guido de Vivo. Nesse Tratado, D. Afonso sétimo reconhecia

*e concordava com a transformação do Condado Portucalense num Reino! Apesar de ser reconhecido a independência do Reino, continuaria a existir vassalagem ao Rei de Castela e Leão que se intitulava de "Imperador" da Hispânia! No entanto, D. Afonso Henriques nunca prestou essa Vassalagem e passou a enviar ao Papa remissórias até ao ano de mil cento e setenta e nove, ano em que o Papa Alexandre terceiro na "Bula Manifestis Probatum" reconhece a Independência de Portugal sem Vassalagem em relação a D. Afonso VII. Há quem considere que o primeiro dia da Independência de Portugal é o cinco de outubro de mil cento e quarenta e três! Fará amanhã oitocentos e setenta e cinco anos da celebração desse Tratado tão importante para a independência de Portugal! Ora o PPM vem, por este meio solicitar a todos os Partidos que votem favoravelmente esta Moção que pretende louvar todos os Portugueses sem exceção, Monárquicos ou Republicanos, de Esquerda ou de Direita, mais ou menos importantes para a História de Portugal! Enfim, todos os Portugueses que bem ou mal, pior ou melhor, contribuíram para que Portugal chegasse a dois mil e dezoito com oitocentos e setenta e cinco anos de História!". E aproveitava para pedir a todos os partidos para fazerem um minuto de silêncio por esses mesmos portugueses. O minuto de silêncio era a pensar nos mortos que ajudaram a fazer Portugal. Não significava que fosse um voto de pesar. Muito pelo contrário. Era um voto para pensar nos seus antepassados, nos antepassados de toda a gente. Posto à votação foi o referido voto de louvor **aprovado com sete abstenções seguido de um minuto de silêncio**. Foi apresentada uma **Declaração de Voto** pelo Sr. Deputado do P.S., **JOÃO ANTÓNIO DE MATOS NOGUEIRA**, referindo que votou favoravelmente aquele voto, mas para aqueles que morreram para construir Portugal e não por aqueles que morreram para desgraçar Portugal. A palavra foi dada ao Sr. Deputado do P.S.D., **JOÃO ORLANDO TRAVASSOS FREITAS***

ALCAIDE, para proceder à apresentação de um Voto de Louvor e Congratulação, referindo que:” Braga é, indubitavelmente, uma Cidade de Campeões. E afirma-se, cada vez mais, como uma cidade de desportos e iniciativas com todos, de espaços para todos, durante todo o ano. A este propósito, não podemos deixar de sublinhar o notório sucesso que tem sido a Braga dois mil e dezoito - Cidade Europeia do Desporto, sucesso esse desde logo expresso nos eventos realizados, bem como nos dados, que são públicos, referentes aos participantes, espetadores, modalidades e entidades abrangidas. Se, por um lado, o suor, o esforço, a dedicação, a entrega e a capacidade de sacrifício são, na sua plenitude, dos jogadores, atletas, treinadores, equipas técnicas, clubes e famílias, virtudes estas que conduzem aos feitos gloriosos que tanto nos orgulham e, conseqüentemente, elevam bem alto o nome da cidade de Braga; a nós, por outro lado, compete-nos apoiar, incentivar, aplaudir e honrar os «nossos» melhores dos melhores. Desta forma, que fiquem, aqui e agora, devidamente nomeados os autores dos feitos últimos que tanto nos fizeram celebrar, ficando neles representado o que de melhor há e se faz no desporto bracarense: João Peixoto (Medalha de Bronze, Campeonato da Europa de Juvenis, Atletismo, Prova de oitocentos metros, Hungria); João Peixoto (Campeão Nacional de oitocentos e mil e quinhentos metros, Vagos); Lara Costa, Mariana Costa, Beatriz Peres e Inês Esteves (Campeãs Nacionais de quatro por trezentos metros, Vagos); Filipa Moreira e João Azevedo (Campeões Nacionais em Pares Artísticos, Escalão Iniciados, Campeonato Nacional de Patinagem Livre e Pares Artísticos, Faro); Leonor Cepa e Lucas Costa (Campeões Nacionais em Pares Artísticos, Escalão Iniciados); Francisco Trincão, David Carmo e Francisco Moura (Campeões Europeus de Futebol Sub vinte, Finlândia); Emanuel Silva (Campeão Nacional em K quatro, Montemor-o-

Velho); António Vieira (Medalha de Prata, Campeonato das Nações de Karaté Wado Kai, Inglaterra); e Rui Barros (Medalha de Prata, Campeonato das Nações de Karaté Wado Kai, Inglaterra). Comemoramos e homenageamos, também, o Sporting Clube de Braga, designadamente a respetiva equipa de futebol feminino. Que no passado dia nove de setembro de dois mil e dezoito, no Estádio Municipal do Fontela, em Viseu, bateu no desempate por grandes penalidades a equipa do Sporting Clube de Portugal, conquistando a Supertaça Allianz e, naquele que será sempre um dia histórico, arrecadando o primeiro título do «currículo» do futebol feminino do Sporting Clube de Braga. As «nossas» Guerreiras do Minho, com uma raça e querer sem limites, provaram que são as melhores. Auspiciando-se para elas um futuro recheado de golos e vitórias. Festejamos e louvamos, ainda, o Merelinense Futebol Clube. Que no passado dia trinta de setembro de dois mil e dezoito, assinalou oitenta anos de vida. E que, por ocasião da celebração desta mesma data, inaugurou o Museu onde se encontra reunido todo o espólio do clube. O Merelinense Futebol Clube é um grande clube da cidade de Braga, é um clube histórico e um modelo no modo como desenvolve o seu trabalho desde os escalões de formação até à equipa sénior. É, por consequência, um clube que muito prestigia a cidade e fundamental no desporto bracarense. Assim, a Assembleia Municipal de Braga, em Sessão Ordinária realizada no dia quatro de outubro de dois mil e dezoito, aprova um Voto de Louvor e Congratulação aos jogadores, atletas, equipas e clubes anteriormente melhor referidos, pelos seus feitos e conquistas, por representarem o melhor do desporto bracarense, e por elevarem bem alto o nome da cidade de Braga. Posto à votação foi o referido voto de louvor e congratulação **aprovado por unanimidade**. Para apresentar uma **Declaração de Voto**, usou da palavra o Sr. Deputado do B.E., **ANTÓNIO MEIRELES DE MAGALHÃES LIMA**, esclarecendo que

aprovaram, de facto, aquele voto de louvor aos atletas, sem qualquer tipo de clubismo ou de guerreiros, ou de guerreiras. O seu voto de louvor, foi, de facto, aos atletas pelo seu mérito desportivo. Usou da palavra o Sr. Deputado do P.S., JOSÉ EDUARDO GOUVEIA SILVA PINHEIRO, para apresentar uma Recomendação subordinada ao tema “Debate sobre o futuro da Fábrica Confiança” e subscrita pelos Grupos Municipais do B.E., da C.D.U. e do P.S., que dizia: “Fundada em mil oitocentos e noventa e quatro, a Saboaria e Perfumaria Confiança, que funcionou naquele edifício até dois mil e dois, é o único reduto da era da industrialização da cidade de Braga. Mantê-lo na esfera pública é a única salvaguarda possível do único símbolo existente da indústria bracarense. Para além de um papel preponderante de ligação entre o centro histórico e a zona universitária, tanto pela sua ligação como pela polivalência e abrangência do espaço, o valor emocional deste património, cujas paredes contam a história dos bracarenses que ali trabalharam e de todos quantos se relacionaram com o edifício ou com a marca Confiança, exigem da parte de todos um exercício de grande reflexão e debate quanto ao futuro deste local. O edifício da Fábrica Confiança foi adquirido pela Câmara Municipal de Braga pelo valor de três milhões e meio de euros em dois mil e doze e encontra-se hoje ameaçado pela sua eventual alienação. Desta vez, ao contrário do que aconteceu no processo de aquisição, a decisão de vender este centenário património industrial não resulta de um amplo processo de debate e auscultação, que juntasse a sociedade civil e os meios políticos do município, surgindo apenas da vontade de PSD, CDS e PPM, hoje maioria na Câmara Municipal de Braga. Na altura da sua aquisição, ponderadas vantagens e desvantagens em obter um edifício antigo e degradado, a "salvaguarda do património histórico e conseqüente rentabilidade, procurando envolver toda a sociedade num projeto da

marca de Braga" foi motivo suficiente para se decidir pela expropriação do edifício. Hoje, a suposta falta de linhas de financiamento capazes de resolver a requalificação imediata do espaço parece ultrapassar a necessária ponderação dos vários aspetos a ter em conta numa decisão deste tipo, que fecha as portas em definitivo a qualquer possibilidade de financiamento futuro. Acreditando que é possível encontrar mais soluções para a Fábrica Confiança e que aliená-la será um erro para o desenvolvimento da cidade, para a dinamização cultural e para o património industrial de Braga, encontramos mais sentido em agregar, de novo, e à semelhança do que aconteceu quando o edifício foi comprado pela Câmara Municipal em dois mil e doze, vontades e consensos entre as várias forças políticas do município, bem como as diversas associações culturais e de defesa do património, bem como agentes culturais da cidade e da população bracarense em geral. A Assembleia Municipal de Braga, em reunião ordinária realizada a quatro de outubro de dois mil e dezoito, recomenda que o tema baixe à Comissão Especializada de Educação, Cultura, Desporto e Juventude, sem votação do ponto previsto, a fim de que se aprofundem, densifiquem e organizem, entre outros, um conjunto de discussões, debates e intervenções. A saber: Um - Reúna os seus membros por forma a planificar um conjunto de ações de auscultação e discussão alargada acerca do futuro da Fábrica Confiança; Dois - Promova reuniões com associações, agentes e instituições locais ligados à cultura e/ou ao património, para recolher opiniões e propostas para o edifício da Confiança; Três - Promova sessões públicas para ouvir a população acerca do futuro do edifício da Fábrica Confiança; Quatro - Se pronuncie, no final do processo, em forma de recomendação à Assembleia Municipal, sobre o futuro da Fábrica Confiança". Aberta a discussão, começou por usar da palavra o Sr. Deputado do P.S.D., JOÃO ALBERTO GRANJA DOS SANTOS SILVA, para

dizer que antes de produzir a sua intervenção e estava à espera de a poder fazer na discussão do ponto próprio, mas já percebeu que a geringonça local entendeu trocar as voltas à ordem de trabalhos e, naturalmente, queria produzir um conjunto de afirmações que achava da máxima importância. No entanto, não queria deixar de aproveitar a oportunidade para dizer duas coisas que achava da máxima importância. A primeira, era que quando se falava do direito do público participar, era importante lembrar que aquela era uma Assembleia representativa, que as pessoas que ali estavam foram eleitas e que durante muitos anos no nosso concelho o público falava à uma, às duas, às três da manhã e, às vezes, nem falava e quem quisesse falar em nome do público tinha que ficar até essas horas e que foi por iniciativa desta Presidente da Assembleia Municipal e suportada por esta maioria, que esta realidade em Braga mudou. Mas a CDU ainda não tinha votos, nem nunca teve, para poder fazer passar uma moção. Nem se presumia que com aquelas posturas viessem um dia a tê-lo. Uma segunda nota, para dizer que era uma Assembleia livre e as pessoas que ali estavam tinham legitimidade, todos, uns como os outros, ali não havia vanguardas esclarecidas da classe operária. Não havia ninguém que valesse mais uns que os outros. Quem ali estava tinha votos por trás. Representava pessoas e tinha legitimidade para ali estar. E como Assembleia representativa que era, estava em condições para poder deliberar e cumprir na plenitude as suas responsabilidades. E sobre essa matéria, não recebiam lições de ninguém. Prosseguindo, disse que a aquisição das instalações da Fábrica de sabonetes Confiança, pela Câmara Municipal de Braga, concretizou uma velha pretensão da Junta de São Victor e contou com o apoio de todos os partidos representados no Executivo Autárquico, independentemente das críticas formuladas à forma de aquisição e ao preço pago aos proprietários. A preservação da memória da estrutura de uma fábrica

emblemática e uma das principais unidades industriais do concelho de Braga, foi sempre apontado como o objetivo principal que norteou aquela decisão. Numa fase posterior foram-se desenvolvendo, foram assistindo a várias propostas para aquele espaço. Projetos culturais, unidades museológicas, projetos ligados a atividades empresariais, infraestruturas de serviço à comunidade, espaços para organizações académicas, etc. Ao longo dos anos a Junta de São Victor fez ouvir a sua voz, sob a presidência de Firmino Marques e depois sob a liderança de Ricardo Silva e teve sempre um papel ativo naquela discussão, pugnando pelo modelo de ocupação do espaço que preservasse o património e a memória da saboaria e perfumaria Confiança. A aquisição do espaço, verificou-se por força de uma deliberação de novembro de dois mil e onze e desde essa data, por falta de fundos disponíveis, o espaço encontrava-se encerrado e em estado de degradação acelerada, gerando reclamações e protestos, nomeadamente dos moradores mais próximos. Conhecia particularmente, bem isso, porque morou durante muitos anos, ali bem próximo da rua da fábrica. Sucederam-se diversos atos de vandalismo e alguns dos seus elementos fundamentais foram inclusive destruídos, como era o caso da chaminé, verdadeiro elemento distintivo e emblemático de todo o conjunto fabril. O Município de Braga, quer no tempo de Mesquita Machado, quer no tempo de Ricardo Rio, sempre foi dizendo que era sua intenção sujeitar a reabilitação do edifício a uma candidatura a fundos comunitários que pudesse tornar viável a recuperação integral do espaço. Ora, segundo a Câmara, o volume de recursos disponível para reabilitação urbana no atual quadro comunitário de apoio, Portugal vinte vinte, em sede de PARU/PEDU, não se mostrou sequer suficiente para concretizar as requalificações tidas como estratégicas pela maioria do Executivo, como o Mercado Municipal e o Fórum Braga, o que determinou inclusive, um esforço

financeiro exigente e adicional, por parte da Autarquia, para alocar recursos que permitissem a concretização dessas obras, inviabilizando, conseqüentemente, a disponibilização da verba necessária à recuperação dum edifício com as características e a natureza da Fábrica Confiança. Importava lembrar, que no programa eleitoral da candidatura de Ricardo Rio à Câmara Municipal de Braga, em dois mil e dezassete, a páginas dezasseis, e Ricardo Rio já introduziu essa temática mesmo antes da campanha eleitoral, era algo que já tinha, pelo menos, três anos, dizia-se concretamente que o Executivo se comprometia a fazer uma “análise sobre o futuro da antiga Saboaria e Perfumaria Confiança, tomando uma decisão definitiva sobre as suas oportunidades de reabilitação ou a sua alienação com vista ao financiamento de outras iniciativas culturais e patrimoniais (mas sempre com a salvaguarda dos valores arquitetónicos e a criação de núcleo museológico da fábrica original)”. O Executivo Municipal foi sobre essa matéria, ainda, tornar público que apesar das diligências desenvolvidas para obtenção de recursos financeiros que permitissem a reabilitação do imóvel, designadamente junto do Governo, aquando da reprogramação do atual quadro comunitário de apoio, não foi possível obter qualquer financiamento. Veio ainda sublinhar, como era do domínio público, que não existiam de momento quaisquer outras fontes de financiamento a fundo perdido, com recursos comunitários ou nacionais, que se dirigissem a apoiar reabilitações daquela natureza, independentemente do fim a que tal edifício viesse a ser consignado. E foram já citados alguns instrumentos, mas esses instrumentos, naturalmente, traduziam assunção de responsabilidades de dívida sem qualquer componente quer de fundos comunitários, quer de fundo perdido. E era importante clarificar bem essa realidade, para que não ficassem dúvidas em relação a essa matéria. O Município veio ainda evocar como condicionante do

processo, o facto de ter em curso vários investimentos na área da cultura, que estava a onerar de forma significativa o seu orçamento e que comprometiam a desejada reabilitação da Fábrica Confiança. Aliás, nos últimos dias, foi tornada pública uma condenação do Município em mais quatro milhões de euros, para pagamento imediato, relativo ao novo estádio municipal, sendo, também, público que se encontra em análise, em sede de Supremo Tribunal de Justiça, mais uma possível e provável condenação adicional de mais dez milhões de euros, o que vinha criar óbvios condicionamentos à atividade do Executivo. Ora, o Executivo Municipal, como era público, deliberou, por maioria, na sua reunião de dezanove de setembro e dois mil e dezoito, aprovar a alienação do prédio urbano da Fábrica Confiança, nos termos e de acordo com a avaliação efetuada e cadernos de encargos respetivos. Seguia-se todo o processo de hasta pública, que no caderno de encargos associado estabelecia um conjunto de cláusulas da máxima importância, para o que se pretendia viesse a ser feito naquele local. Julgava que dizer que aquele caderno não introduzia condicionantes sérias, julgava que não era correto, nem as pessoas estavam a assumir com transparência, a leitura adequada e justa que devia ser feita. E aquele era uma matéria que conhecia particularmente bem, até porque tinha a ver com a sua atividade profissional, o que lhe conferia alguma capacidade de poder avaliar em termos comparativos, aquele processo com situações similares. Mas, os Senhores Deputados Municipais avaliariam e iria sublinhar alguns dos aspetos que constavam desse caderno. “Terá de ser mantida a integridade da volumetria existente não se admitindo o aumento da cércea e da volumetria. É obrigatória a preservação das três fachadas do edifício principal. Obrigatoriedade de integração da memória da antiga chaminé em materiais diversos e admitindo-se a linguagem mais contemporânea, mantendo a altimetria existente no passado. Não se permite a

instalação de comércio exceto na ótica da complementaridade à atividade do equipamento, nunca excedendo os dois por cento da totalidade da construção admitida e condicionada por deliberação em reunião do Executivo Municipal. Deverá ser mantida a forma e o desenho das coberturas. Será obrigatória a criação de áreas ou espaço interpretativos que evoque em celebrem o passado da fabrica, nomeadamente, através de imagens, espólio e produtos associados. O acesso terá que ser público. A localização do piso térreo e adossada à fachada principal, com uma área nunca inferior a quinhentos metros quadrados. Acesso a pessoas com mobilidade condicionada. Instalações sanitárias próprias, cujos materiais expositivos serão da responsabilidade do Município de Braga, cabendo ao promotor a responsabilidade da sua manutenção e o suporte dos custos operacionais associados”. E quando as pessoas diziam que eram soluções do passado, havia, ainda, hoje, em construção excelentes exemplos em França, em Espanha e, particularmente, em Itália, da implementação de modelos daquela natureza. Havia, também, sobre o promotor a obrigatoriedade de apresentação de um plano de mobilidade e um estudo de tráfego, considerando a rede rodoviária envolvente, os efeitos de intervenção e definição do sistema de zonamento adotado. Era autorizada a construção em cave, mas, apenas, para estacionamento. Iriam passar a uma nova fase da vida da Confiança, ficando claro que aquela seria uma forma de salvaguardar o património arquitetónico que existe e cultural e a memória da Confiança. As cláusulas impostas no pesado caderno de encargos da hasta pública, iriam criar condições para a reabilitação daquele espaço no momento em que o Executivo Camarário não tinha meios para o fazer a curto ou a médio prazo. Chegados a esta fase, em que muitos outros aspetos ainda estavam por definir, nomeadamente de arquitetura fina, era sua convicção que havia, também, um trabalho de diálogo a ser feito, nomeadamente,

entre a Junta de São Victor e todos os interessados. E os próprios técnicos do Executivo que poderiam, também, otimizar e melhorar e consagrar algumas das pretensões não apenas dos Vitorianos, mas, também, doutros cidadãos de Braga que se interessavam por aquela problemática. Essa era a sua posição clara e objetiva, no momento em que havia uma decisão tomada e importava, agora, salvaguardar todos os aspetos possíveis que correspondessem aos interesses da freguesia de São Victor e do concelho de Braga. Agora, queriam sublinhar que não pactuariam com o comportamento da recém-criada geringonça local, que pretendia fazer daquele processo uma bandeira política e objeto de luta partidária face à ausência de ideias e incapacidade de apresentar propostas, que pudessem preencher a agenda política. Nunca era demais lembrar a responsabilidade política do Partido Socialista, que andou muitos anos a deixar que a Confiança se degradasse, que ao deixar o Município numa situação financeira muito degradada, de que eram bons exemplos a intermináveis faturas do novo estádio municipal, sempre em verbas de muitos milhões, a aberração dos nove milhões de euros enterrados nas piscinas municipais e o ruinoso acordo da SGEB, parceria público privada dos sintéticos, que a não terem acontecido, permitiriam, hoje, concretizar aquilo que hoje vinham, despudoradamente e oportunisticamente, exigir. Sabia que aquilo doía, mas tinham que ouvir, porque aquela era uma responsabilidade política do Partido Socialista. Não era o canal história. Foi fatura no passado. Fatura no presente e muitos anos para o futuro. Tinham que ser responsabilizados. O Partido Socialista tinha que ser responsabilizado, porque tinham faturas do passado, do presente e, infelizmente, cada vez mais no futuro, porque das prendas que lhes deixaram, as faturas continuavam a pingar. Assim, não podiam deixar de estar contra as tentativas de aproveitamento político, que previsivelmente surgiriam da parte daqueles que

*estavam mais preocupados em fazer ruído político partidário do que passar de imediato à reabilitação do imóvel e à construção dum espaço que preservasse a memória da Confiança, acabando, a breve trecho, com o pesadelo em que se transformou para os habitantes da zona. Posteriormente usou da palavra a Sr^a. Deputada da C.D.U., **BÁRBARA SECO DE BARROS**, para dizer que, em primeiro lugar, não queria tomar o lugar da vanguarda do esclarecimento, mas o Sr. Deputado João Granja assim a obrigou, para ter que lhe explicar, que não havia só vanguardas da classe operária, mas tinham muito orgulho em sê-lo. Mas a verdade era que a recomendação que, ali, apresentaram em conjunto com o BE e com o PS, tinha um objetivo muito claro e que, obviamente, a maioria naquela Executivo e, agora, o Grupo Municipal do PSD na voz do Deputado João Granja, também, ali, manifestou, que era um total desrespeito por aquilo que era a opinião coletiva e de todos aqueles que ouviram, ali, para além daqueles que ouviram, e sabia que não tiveram a oportunidade, mas ouviram no momento que houve durante esta semana em frente à Fábrica Confiança e sabia que muitos desses testemunhos podiam não ser, por exemplo, para o Senhor Presidente da Câmara, tão valiosos quanto aqueles que estavam na sua equipa, hoje. Mas, para eles tinha muito valor, tantos os professores doutorados, doutorandos ou investigadores das áreas, como, também, os trabalhadores da Fábrica Confiança ou moradores do Bairro da Alegria ou cidadãos Bracarenses que pura e simplesmente representavam aquilo que defendiam e representavam uma opinião e essa opinião não foi ouvida. O que deram, ali, foi oportunidade ao PSD, ao CDS, ao PPM de poderem fazer um pouco uma marcha atrás e poderem admitir que a decisão que tomaram e a opinião, ali, expressa pelo Sr. Deputado João Granja, era legítima do ponto de vista da opinião, que aqueles três partidos pudessem ter relativamente ao futuro da Fábrica Confiança. O que não era*

legítimo era que impedissem e quisessem à força menosprezar e, inclusivamente, tentar esconder atrás do que chamavam aproveitamentos políticos, mas a verdade era que julgava que maior aproveitamento político de que um partido chegar ao poder, como era aquele o caso, ou três numa coligação, serem a maioria do poder em Braga, governarem um município, mas olharem pura e simplesmente para os seus interesses, para as suas opiniões, não quererem ouvir mais nada nem mais ninguém, incluindo, naquela Assembleia, não permitirem, não quererem, que uma Comissão daquela Assembleia promovesse um debate alargado, para ouvir, precisamente, sugestões, para que o futuro da Confiança pudesse ser salvaguardado e não tivesse dúvidas Senhor Deputado João Granja, poderia ler o caderno de encargos quantas vezes quisesse, já o tinha lido, agradecia-lhe o esforço, mas a verdade era que a salvaguarda daquele património nunca estaria da mesma forma entregue nas mãos de privados, como estaria entregues nas mãos do Município. E por confiarem naquele órgão, foi o que os levou a fazer e a apresentar aquela recomendação e o que recomendavam, ali, e o que ficava claro para todos era que PSD, CDS e PPM, embora ainda só tivessem ouvido, de facto, o porta voz do PSD, não sabiam qual o sentido de votação dos outros dois partidos, mas podiam, infelizmente, calcular, o que estavam a propor e aquilo que diziam que votariam contra, era a possibilidade de alargar aquela discussão, querendo apressar a alienação da Fábrica Confiança, baseado em argumentos que não eram totalmente, não diria que eram mentira, mas não eram todos os argumentos. E o que, ali, propunham era que todos os argumentos estivessem em cima da mesa. Fossem todas as possibilidades abertas. E não poderiam dizer que mudaram de ideias tão repentinamente. E a verdade era uma, também, e gostava de deixar bem claro e porque sendo da CDU, poderia dizer aquilo com todo o à-vontade, porque não tinha esqueletos trazidos

*de lado nenhum, mas as faturas que o Senhor Deputado João Granja referiu, já eram sabidas daquela Coligação em dois mil e treze. As dívidas com que hoje se deparavam, eram conhecimento da Coligação. Nem todas do mesmo valor, verdade. A piscina olímpica já estava construída e parada há muitos anos. A Fábrica Confiança foi adquirida até por proposta do então Vice-Presidente da Câmara e do então Vereador Ricardo Rio, que era, hoje, Presidente da Câmara e propunha a sua alienação. E, portanto, as contas do Município, a falta de investimento, a falta de financiamento que hoje podia existir e que amanhã poderia não ser assim, já era do conhecimento desta maioria e, hoje, queriam alienar a fábrica fingindo que o investimento que não fizeram até hoje na cidade só não foi feito, porque a Confiança não foi vendida. Isso era desonestidade intelectual e desonestidade política. A palavra foi dada ao **Sr. Deputado do B.E., ANTÓNIO MEIRELES DE MAGALHÃES LIMA**, para dizer que não podia acrescentar muito àquilo que já tinha sido dito, mas gostava de dizer o seguinte: o estado do abandono, o esforço do Deputado João Granja, de facto, era de louvar, tentar salvar a face deste Executivo Camarário, mas o estado de abandono era o próprio Executivo que votava aquilo ao abandono. As associações culturais queriam lá estar, queriam ocupar o espaço, queriam que não se degradasse mais. Então porque era que não os deixavam ocupar? Fizeram essa proposta antes das eleições. O Senhor Presidente da Câmara fugiu a discutir esse assunto com as associações culturais, mas tinha conhecimento disso. E, depois, era assim, o velho princípio do Lavoisier, quem estava no poder não fazia nada por acaso. E, de facto, aquele espaço era apetecível para muita gente. E o problema era esse, não valia a pena estar com palavrinhas mansas. Havia soluções. O imóvel ao contrário do que muitos opinion makers do concelho tinham dito, inclusivamente, na imprensa, para iludir as pessoas era que o imóvel*

seria da Câmara. Não seria, o imóvel era da Câmara. Portanto, a Câmara só tinha que estar quietinha e não o vender. Porque se estivesse quietinha e não o vendesse, os munícipes dar-lhe-iam utilidade e não o deixariam estar ao abandono. A Câmara mandou tirar os vidros e nem sequer mandou tapar as janelas, que era o mínimo que se podia fazer, para se evitar a degradação. E essa coisa da geringonça, já agora, não tinham nada que a direita se organize. Isso da geringonça era um elogio. Portanto, venham eles. Verificou-se ainda a intervenção do Sr. **Deputado do P.S., JOÃO ANTÓNIO DE MATOS NOGUEIRA**, para referir que tomando como bom aquilo que ali disse o Deputado João Granja, Ricardo Rio e a Coligação puseram no seu programa eleitoral a análise daquela questão. E era isso que se pretendia com a recomendação, era que houvesse uma análise profunda daquilo que poderiam ser os ganhos ou as perdas com a requalificação daquele espaço. E, portanto, democraticamente, achava que se deveria dar a voz a quem confiou naquela maioria, a quem, também, assumiu como sua a aquisição daquele espaço e, também, a um consenso muito alargado, como nunca existiu, desde mil novecentos oitenta e dois nas Assembleia Municipais. E, portanto, dar a voz àqueles que também pensavam como eles políticos, aquilo que devia ser o interesse da comunidade, aquilo que devia ser o interesse da cultura, era aquilo que minimamente se podia pedir. Depois ir, ali, confundir que aquele espaço não podia ser mantido, para que quando houvesse uma reprogramação do quadro comunitário, aliás, muito mal desenhado o atual, que só previu algumas questões e sabiam quem foi que o desenhou, ir ali com outras questões, era tentar desvirtuar aquilo que era o principal interesse, que era, efetivamente, pôr a população de Braga a discutir aquilo. E tinham que ser eles os políticos a dar esse espaço. Ouvir as entidades. E nessa análise que pelos vistos já foi feita,

gostava de saber quem foram os intervenientes. Não sabia quem foram os intervenientes, a não ser o Executivo Municipal que efetivamente analisou e resolveu vender e resolveu vender naquilo que achava ser um fato à medida. Ou seja, estava tudo decidido, estava tudo traçado, só faltava ser aprovado. Mas a verdade era que a cultura e os Bracarenses não se compadeciam com isso. Levaram ali à colação os gastos que foram feitos no estádio municipal. Para si e para muitos Bracarenses era uma conversa já estafada. Era a desculpa rotineira para não fazer, para ter que vender o património. Naquela visão minimalista que queriam fazer dum qualquer centro de interpretação, que seria feito naquele espaço, a verdade era que estavam a engaiolar o património, estavam a cortar as asas à cultura e isso não se compadecia com quem em dois mil e doze teve uma ação preponderante na sua compra, manteve isso no seu programa de dois mil e treze e, agora, pretendia analisar. Sr. Presidente da Câmara, era isso que queriam. Era que a Comissão de Educação e Cultura analisasse com todos os Bracarenses. De que tinha medo? Não tivesse medo. Os Bracarenses que lhe deram a maioria iriam por certo, também, analisar e dar-lhe o melhor conselho. Desse-lhes esse espaço. Desse-lhes esse tempo e iria ver que se calhar era a cultura que ficava a ganhar. E tinham que se lembrar que esse espaço era a alavanca do desenvolvimento daquela zona deprimida. “E aí poderá Vossa Excelência, também, cumprir aquilo que se comprometeu, que é fazer aquela travessia entre a rua Dom Pedro quinto e a rua Nova de Santa Cruz. Poderá realizar e executar o eixo que liga a Universidade do Minho ao centro da cidade e aproveitando este espaço para aquilo que foi desenhado e apresentado por setenta e sete cidadãos ou associações bracarenses. Portanto, não queria alongar-se muito mais. Já foi feita ali uma defesa muito melhor daquilo que era tão simples como isso, dar outra vez a palavra às pessoas, às associações para

que elas pudessem aconselhá-lo. Terminava, guardando para outra eventualidade, dizendo que foi procurado por uma trabalhadora da Fábrica Confiança, que trabalhou quarenta anos naquela fábrica, porque muito Gualtarenenses trabalharam naquele espaço, e ela pediu para lhe entregar ao Presidente da Câmara, ao Vereador Miguel Bandeira e ao ex Presidente da Junta de Freguesia de São Victor, parte da memória daquela fábrica. Mensalmente, todos os funcionários da Saboaria e Perfumaria Confiança recebiam, reformados ou não, dois sabonetes e dois pedaços de sabão e mandaram-me entregar. “Vejam a arte que havia na Saboaria e Perfumaria Confiança. Isto tem mais de vinte anos. Aquele espaço era também um espaço de arte. Senhor Presidente não é pedir muito. Dê a voz ao povo. Dê a voz às associações. Dê a voz a quem os aconselha. E se puder receber este contributo de uma Maria da Conceição, fica aqui para que esta memória também lhes faça recordar aquilo que é a memória de quem lá trabalhou”. Registou-se outra intervenção pelo **Sr. Deputado do P.S., PEDRO MIGUEL PEREIRA DE SOUSA**, para realçar que a política, de facto, era muitas vezes injusta. Iam, provavelmente, as três pessoas com maiores responsabilidades e a quem pior na fotografia no caso Confiança, a memória viva e a oferta daqueles sabonetes da Confiança e de todo o património e história da Confiança. Queria apenas dizer algumas coisas. O Deputado João Nogueira levou, ali, e bem, o ponto, porque foi o ponto em que o Deputado João Granja colocou que estava no caderno de compromissos, no plano de campanha da Coligação Juntos por Braga de dois mil e dezassete, a análise, e o facto era que não havia análise nenhuma. Não existiu nenhuma vontade de analisar o que quer que fosse, de ouvir, de auscultar, de conversar, de procurar caminho, de procurar soluções. Havia, como sabiam, um conjunto de instituições e de espaços onde aquele debate poderia ter acontecido. A Comissão Especializada na Assembleia

Municipal do património, cultura, urbanismo e nenhum foi ouvido. A Junta de Freguesia de São Victor, provavelmente, não tinha nada que ver com aquele processo e que não foi escutado o que era algo de extraordinário. Todas as pessoas que participaram no concurso de ideias. Tudo isso numa maioria conhecida de todos, que ganhou as eleições a dizer que era necessário criar um novo tempo, criar um novo diálogo entre os partidos e a sociedade, criar uma nova proximidade entre os eleitores e os eleitos, que era preciso uma cidade mais respirável e que, hoje, dava neste caso, um exemplo brilhante de autocracia, de falta de democracia, de falta de sentido de cidade e de falta de sentido de coletivo na defesa de uma proposta, que era aquela que melhor defendia o bem comum. Portanto, queria sugerir, porque achava que era aquele o tempo de dizerem, esta Câmara tinha-o feito e, a seu ver bem, um conjunto de coisas e de espaços de debate, para promover e discutir um conjunto de situações. Estava em cima da mesa uma Comissão para discutirem a possibilidade da reversão da reforma autárquica e o modelo de o fazerem, teria três especialistas académicos, do IPCA, da Universidade do Minho, da Universidade Católica e estava ainda por definir os outros participantes, estava, aliás, mais à frente na ordem de trabalhos daquela Assembleia. Fê-lo, também, sobre as Sete Fontes, onde chamou um conjunto de especialistas. E porque não, então, hoje, com esses mesmos especialistas, com os académicos, com as forças vivas da cidade, com as associações, com quem participou no concurso de ideias, se procurar caminho, era isso que estavam a pedir. Não estavam a pedir que não vendessem, porque se no fim do caminho se chegasse à conclusão que a única solução era vender, vendesse-se a Confiança, mas fizesse-se o caminho, para perceberem se, de facto, havia ou não essa necessidade e se essa necessidade era ou não uma inevitabilidade, porque aquilo que lhes foi apresentado como inevitabilidade, isso

sim numa narrativa político partidária que o Deputado João Granja acusava, hoje, a esquerda, de mantendo a sua coerência ir, ali, fazer, era o que o PPD/PSD e a Coligação Juntos por Braga foi fazer naquele processo, chamando a sua incapacidade de gerir cem ou mais milhões de euros por ano, de fazer opções em que em cinco anos se gastou em recreação, em lazer, em animação vários milhões de euros e não houve vontade, nem opção política de defender a Confiança, aquilo que era um projeto estruturante para a cidade e que Ricardo Rio, Presidente da Câmara, defendeu durante muitos anos, em vários programas, em vários espaços e em várias propostas eleitorais. E, portanto, aquilo que estavam, ali, a fazer, porque aquele era o tempo de o fazer, era pedir, a pedir que fizessem valer essa nova cultura, esse espaço de diálogo, esse espaço de reflexão, essa nova atitude, essa nova forma de fazer cidade, que ouvia, que auscultava, que procurava caminho, que procurava alternativas, que estabelecia ponte, que procurava encontrar terreno comum. Nada disso foi feito. O que foi feito foi uma decisão cega, fria, autocrática, autocentrada daqueles que eram a maioria, mas que não eram todos os Bracarenses e que, em decisões daquela matéria, deveriam ter a abertura e o espírito democrático de pensar aquele tipo de situações noutra registo e noutra contexto que muito os dignificaria e que muito bem faria à cidade e ao seu futuro. Posta à votação foi a presente recomendação **rejeitada com quarenta e três votos contra, com uma abstenção e com trinta votos a favor.** Interveio o Sr. Deputado do P.S., **JOSÉ EDUARDO GOUVEIA SILVA PINHEIRO** para, numa **Declaração de Voto**, reiterar o conteúdo daquela moção e a forma responsável como o PS, a CDU e o BE se empenharam em devolver o debate da Confiança ao associativismo, aos cidadãos Bracarenses e a todos aqueles que descontentes ou contentes, faziam a cidade de Braga como ela era. E, hoje, era mais uma oportunidade perdida para Braga. Assistiram, ali,

todos à irresponsabilidade e à irresponsabilização, perante a política da cidade da parte da Coligação Juntos por Braga, ao enterro da credibilidade de Ricardo Rio. E, por isso, deveriam ter bem presente no futuro aquilo que se passou, ali, hoje. Foi, depois, presente, pela Sr^a. Deputada do B.E., MARIA ALEXANDRA NOGUEIRA VIEIRA uma Moção subordinada ao tema “Pela não transferência em dois mil e dezanove das competências previstas na Lei número cinquenta de dois mil e dezoito”, referindo que: Foi recentemente publicada a Lei número cinquenta de dois mil e dezoito, de dezasseis de agosto que estabelece o quadro de transferências de competências para as autarquias locais. De acordo com o artigo quarto da referida lei; esta transferência de competências e afetação de recursos será concretizada através de diplomas sectoriais relativos às diversas áreas. Tal transferência, com carácter universal e definitivo, ocorrerá a partir de dois mil e dezanove e estará concluída até um janeiro de dois mil e vinte e um, admitindo-se, porém, que as autarquias que não pretendam a transferência, já em dois mil e dezanove, destas competências, comuniquem esse facto à DGAL, após decisão nesse sentido dos seus órgãos deliberativos. Nos termos da Constituição, a descentralização administrativa tem que visar, entre outros objetivos, o reforço da coesão territorial e social, devendo traduzir-se numa justa repartição de poderes entre o Estado central e o Poder local para melhor assegurar políticas públicas que resolvam os problemas das pessoas e dos territórios e essa transferência de competências para as autarquias locais deve ser sempre acompanhada dos adequados meios humanos, patrimoniais e financeiros. Nunca se poderá aceitar que as Autarquias, alegando insuficiência de meios humanos ou de recursos técnicos, venham a concretizar as novas competências através da sua concessão a entidades privadas, pondo em causa o acesso e fruição pelas populações aos serviços e promovendo a degradação dos mesmos; Este diploma

promove uma total desresponsabilização do Estado em funções sociais de âmbito universal como a Educação, Saúde e Cultura; A transferência de pessoal e equipamentos acompanhado de um financiamento insuficiente onerará os órgãos dos municípios com um esforço financeiro significativo, desconhecendo-se ainda os moldes exatos da transferência de receitas para que as Autarquias possam assegurar estas novas competências; Apesar da descentralização democrática da administração pública constituir um dos princípios fundamentais da organização e funcionamento do Estado (artigo sexto número um da Constituição da República Portuguesa), a Lei número cinquenta de dois mil e dezoito resultou de um acordo apenas entre o governo PS e o PSD e a sua aprovação pela Assembleia da República teve a discordância de todas as outras forças políticas. Conforme o artigo quadragésimo quarto da Lei cinquenta de dois mil e dezoito de dezasseis de agosto, esta lei só produz efeitos após a aprovação dos respetivos diplomas legais de âmbito sectorial, contudo tais diplomas sectoriais não foram publicados até à presente data, não permitindo assim aos municípios perceberem de forma objetiva e rigorosa o sentido, a extensão e o conteúdo da anunciada descentralização administrativa. E são ainda desconhecidos os montantes exatos das verbas a transferir para que as autarquias possam assegurar cabalmente essas novas competências. A transferência de competências para as autarquias locais não pode agravar as desigualdades territoriais e deve ocorrer apenas nas áreas em que os municípios estejam em melhores condições de assegurar o respetivo exercício. Pelo exposto, e também por mera cautela e por não terem sido ainda publicados os referidos diplomas sectoriais, a Assembleia Municipal de Braga reunida em quatro de outubro de dois mil e dezoito, nos termos e para os efeitos do artigo quarto, número dois, alínea a) da Lei número cinquenta de dois mil e dezoito, de

dezasseis de agosto e do artigo vigésimo quinto, número dois, alíneas j) e k) do Anexo um da Lei número setenta e cinco de dois mil e treze, de doze de setembro, delibera: Um - Não pretender a transferência de competências para o Município de Braga no ano de dois mil e dezanove; Dois - Comunicar tal decisão à Direção-Geral das Autarquias Locais; Três - Defender que a transferência das competências para as Autarquias Locais não deve agravar as desigualdades territoriais e deve ocorrer apenas nas áreas em que os municípios estejam em melhores condições de assegurar o respetivo exercício e que não será admissível qualquer desresponsabilização do Estado central nas suas funções sociais de âmbito universal como a Educação, Saúde e Cultura”. A este propósito, registou-se a intervenção do **Sr. Deputado do P.S.D., JOÃO ALBERTO GRANJA DOS SANTOS SILVA**, para começar por afirmar que alguns dos considerandos que foram enunciados pela Sr^a. Deputada do Bloco de Esquerda, mereciam, naturalmente, a sua concordância, mas uma moção daquela natureza tinha, de facto, uma componente deliberativa e era sobre essa que tinham que refletir naquilo que dizia. E aquilo que se dizia logo no seu ponto um era “não pretender a transferência de competências para o Município de Braga no ano de dois mil e dezanove”. Ora, as competências teriam que ser sujeitas àquela Assembleia Municipal sobre proposta da Câmara. E achava ser extemporâneo ficarem amarrados a uma rejeição por inteiro, quando ainda estavam a decorrer processos negociais e quando o Governo ainda poderia, numa ótica de negociação e de boa-fé, e achavam que o estava a fazer, nesse ponto de vista, durante o ano de dois mil e dezanove, ainda muita coisa poderia acontecer e, nomeadamente, havia processos de negociação que estavam em curso, nomeadamente, na área da educação, em que se previa que fosse para março essas estivessem fechadas. E julgava que seria pouco inteligente e hábil e

*politicamente redutor da sua parte, se estivessem, desde já, a rejeitar à cabeça e fechar a sua posição, sobre essa matéria. Tinham, sempre, a cláusula de poder votar e apreciar, ali, as propostas do Executivo sobre essa matéria. E apenas nessa justa medida, entendiam, por essa razão, dever rejeitar essa moção, porque a componente deliberativa acabava por ser mais negativa para o Município, por rejeitar à cabeça essa situação, do que a sua capacidade de avaliar, em sede de Assembleia, aquilo que os municípios no todo, que o Governo forem produzindo, em termo de diálogo. Naturalmente que as questões que tinham a ver com os envelopes financeiros, com as competências, com os apoios necessários, também os preocupava. Achavam que aquele não era o melhor caminho, para salvaguardar os seus interesses e a sua posição. A **Sr^a. Deputada da C.D.U., BÁRBARA SECO DE BARROS**, propôs ao Bloco de Esquerda, por uma razão só de clareza no discurso do ponto três, que dizia que “defender que a transferência das competências para as Autarquias Locais não deve agravar as desigualdades territoriais”, retirariam o que surgia a seguir e que começava em “deve ocorrer apenas nas área em que os municípios estejam em melhores condições de assegurar o respetivo exercício”, e ficava a anterior “e que não será admissível qualquer desresponsabilização do Estado central nas suas funções sociais de âmbito universal como a Educação, Saúde e Cultura”, isto porque lhes parecia que poderia causar alguma confusão e esclareciam o BE que estavam de acordo, quanto a isso e que, independentemente das condições financeiras dos municípios, havia determinadas competências que cabiam ao estado e cuja universalidade não poderia ficar em causa por serem transferidas para os municípios. Por isso, com aquela clarificação de texto, a CDU associava-se àquela moção. A **SR^a. PRESIDENTE DA MESA** passou a ler o ponto três: “Defender que a transferência das competências para as Autarquias Locais não*

deve agravar as desigualdades territoriais e não será admissível qualquer desresponsabilização do Estado central nas suas funções sociais de âmbito universal como a Educação, Saúde e Cultura”. Posta à votação foi a presente moção **rejeitada com cinquenta e três votos contra, com duas abstenções e com seis votos a favor**. A **Sr.^a. Deputada da C.D.U., BÁRBARA SECO DE BARROS**, numa **Declaração de Voto** referiu que naturalmente acompanhavam, como há pouco disseram, a moção do BE, relativamente àquela matéria, aliás, era uma matéria sobre a qual a CDU se tinha pronunciado por diversas vezes. Estranhavam, até, o voto do PSD, que na última vez que levaram uma moção sobre essa mesma matéria, os acompanhou e foi recomendada, por unanimidade, à exceção do ponto sobre a regionalização. Mas conseguiam perceber, também, que muito embora pesassem as críticas que o Deputado João Granja fazia à geringonça, não havia nada que superasse o bloco central. O **Sr. Deputado do P.S., PEDRO MIGUEL PEREIRA DE SOUSA** apresentou outra **Declaração de Voto**, destacando que o Deputado João Granja conseguiu no espaço de dez minutos defender uma coisa e exatamente o seu contrário. Depois de uma visão absolutamente quadrada e fechada em relação à Confiança, sobre aquela proposta do BE, e bem, e até como era sua tradição, daí advinha algum incómodo, hoje, foi dizer que não fazia sentido rejeitar à cabeça, nem ter uma posição fechada sobre a matéria. E, portanto, para quem ainda há minutos rejeitou à cabeça, sem qualquer debate e conseguiu deixar a todos, agora, absolutamente brindados com aquela incoerência por parte do mesmo Deputado. Interveio o **Sr. Deputado do P.S.D., JOÃO ALBERTO GRANJA DOS SANTOS SILVA**, para, noutra **Declaração de Voto**, dizer que não tinha intenção de fazer declaração de voto, mas havia uma coisa com que não podiam compactuar, era com atitudes de desonestidade intelectual. Aquilo que ali foram dizer, era que em

relação à legislação sobre aquela matéria que era futura, achavam que não deviam ficar amarrados a posições, para defender interesses do Município e dos Bracarenses, manifestando uma atitude de abertura em relação ao que estava a ser negociado, acreditando na boa-fé do Governo, era um exercício difícil, mas estavam dispostos a fazê-lo. O Presidente da Câmara tinha falado sobre essa matéria. Tinha trabalhado sobre essa matéria, aliás, com outros autarcas socialistas reputados e respeitados, daqueles que ainda conseguem levantar a voz contra o Governo, quando era preciso, eram raros. Tomaram aquela posição, precisamente, porque estavam interessados em defender os interesses do Município, a flexibilidade das soluções a encontrar e darem um voto de confiança ao Executivo e a Assembleia Municipal lá estaria para apreciar e votar as propostas, quando elas ganhassem corpo e lhes forem submetidas. Achavam que fechar por inteiro à cabeça uma solução dessas, não era racional, não era inteligente, não era adequado às nossas necessidades e ao contrário do que disse era um voto de confiança no trabalho do Governo. Por isso não perceberam as suas palavras e, de facto, fazer brincadeiras com as palavras, não era um bom caminho. A **SR^a. PRESIDENTE DA MESA** passou a ler uma **Declaração Política** apresentada pelo **Grupo Municipal da CD.U.**, relativa ao estádio Municipal de Braga e que dizia: “Muito temos ouvido sobre o acumular de dívidas fruto das derrapagens orçamentais da construção do Estádio Municipal. Embora não seja tema novo, ou que cause especial surpresa, não lhe queremos retirar a importância política que deve ter, já que o acompanhamento e responsabilidade de fiscalização da obra em questão esteve a cargo da Câmara Municipal. Uma obra que mais do que duplicou o seu custo previsto, para além dos valores que hoje ainda estão a ser contestados judicialmente. Perguntamo-nos como pôde ser possível permitir que, de um projeto em concreto, com um

orçamento previsto, se tenha conseguido chegar aos valores com que se chegou ao final da obra. Bem sabemos que em raros casos se conseguem cumprir com exatidão os orçamentos previstos para determinadas obras, havendo ajustes e alterações que acabam por determinar um valor bastante diferente do previsto. No entanto, neste caso falamos de uma diferença abismal entre o valor inicial e o final. Como se justificam estes valores? Onde estão justificadas estas derrapagens? Em que consistiram? Que alterações houve ao projeto inicial que determinaram alterações orçamentais? Que materiais tiveram que ser encomendados em dobro, ou em triplo, para justificar a diferença entre montantes? Ora, os contratos adicionais que foram sendo feitos durante a obra deverão ter sido apreciados e do conhecimento do executivo municipal da altura, o que significaria que a Câmara Municipal estaria a par de todas as alterações que foram sendo feitas e que resultaram nesta diferença abismal entre o valor inicial e o final da obra. Não podemos deixar de exigir que se apurem responsabilidades políticas a quem as tem em todo este processo. De nada adianta fazer-se propaganda política com as dívidas que o município tem em mãos. Importa, sim, perceber quem de facto deve responder por estas derrapagens e pelas consequências com que hoje temos todos que lidar. De pouco adianta, por exemplo, que o Presidente da Câmara hoje venha criticar a opção de se construir um estádio novo em Braga em vez de requalificar o Estádio Primeiro de Maio, quando o PSD votou favoravelmente, na altura, a construção do novo Estádio Municipal! O mesmo dizemos relativamente às "faturas" que a JSD anda a distribuir pela cidade em nome do PS. Talvez fosse mais rigoroso serem passadas também ao PSD, que esteve de acordo com o projeto aprovado para este empreendimento. Bem sabemos que, hoje, ninguém quer assumir a vergonha destas contas. Mas também sabemos que, a bem do rigor e da

*transparência, todos os responsáveis terão que ser responsabilizados”. Depois foi a vez do Sr. Deputado do C.D.S.-P.P., **JOÃO MIGUEL RIBEIRO LEMOS DE MEDEIROS** produzir outra **Declaração Política**, do o seguinte teor: “Os governos locais desempenham hoje, mais do que nunca, um papel acelerador no processo de desenvolvimento local, em virtude da sua legitimidade democrática, da sua proximidade aos cidadãos e da sua capacidade de mobilização dos atores locais. Bem sabemos que o fortalecimento da competitividade de um território assenta precisamente na capacidade de definição de estratégias participadas e com elevado sentido coletivo, ultrapassando os constrangimentos históricos impostos por uma visão restritiva das competências dos governos locais. Mas não é apenas em novas esferas de atuação e em novas abordagens de desenvolvimento que os governos locais hoje se concentram. É também na forma como agem pela coisa pública, nos instrumentos e modelos de atuação que têm à sua disposição. As últimas notícias dão-nos conta da herança na ordem dos quatro milhões, deixada pelo anterior executivo à cidade. A dívida, relativa ao estádio municipal, leva-nos a colocar a seguinte questão: Terá o edil camarário cessante em dois mil e treze definido estratégias com sentido coletivo, pensando, sobretudo, na coisa pública? As notícias mais atuais respondem à indagação? Não, o executivo socialista não pensou na coisa pública, não colocou o interesse dos bracarenses em primeiro lugar. E é graças a esta má gestão que o atual executivo camarário herda esta e outras dívidas. Uma herança que ninguém pretendia, tremendamente danosa, severa e que inibe e condiciona uma governação diferente para a cidade. Os atos de governação praticados pelo anterior executivo permitiram que, atualmente, os encargos financeiros com o novo estádio e com as rendas da parceria público-privada representem vinte por cento do orçamento anual da Câmara Municipal de Braga. Cento e oitenta*

milhões é já o valor do referido estádio. Um preço demasiado alto para os cidadãos bracarenses. Algo vai mal quando vinte por cento do orçamento camarário é sorvido por compromissos financeiros referentes ao novo estádio municipal e à parceria público-privada herdada do executivo anterior. Uma infeliz gestão que lesa os cidadãos e coíbe o atual executivo na sua capacidade de gestão e na orientação do futuro do concelho. Note-se ainda o dossiê do estacionamento à superfície, mais um legado socialista que, apesar de sanado, acarretou consequências nocivas em evidente desfavor do interesse público. Recorde-se também dos oito milhões gastos no complexo das piscinas olímpicas, que estava à espera de ser terminado desde dois mil e oito. A autarquia gastou ali oito milhões de euros devido à imprudente gestão socialista. Uma estrutura projetada sem qualquer estratégia de gestão e que, em dois mil e doze, é abandonada pela autarquia com o argumento de que já não teriam condições de garantir os custos de manutenção. O que é isto se não uma gestão desastrada e prejudicial. A principal dificuldade passa pelo poder que a dita herança reporta. Trata-se de um legado de milhões em dívida que se verifica nefasto para a população e que impede o atual executivo de realizar investimentos vantajosos, em áreas preponderantes para o concelho, porque o anterior executivo socialista resolveu imputar uma herança penosa a todos os bracarenses. A palavra e a decisão são a matéria-prima da política e esta matéria mal empregue pode vir a limitar o desenvolvimento de uma população, de uma cidade. Tomaram-se decisões indevidamente pensadas. Deliberações que continuarão a empatar o futuro dos bracarenses. É caso para dizer que o poder não pode ser tomado como absoluto. Recorrendo à analogia, apraz-nos aludir a uma novela exibida por um dos canais generalistas, "A Herdeira", que teve o seu desfecho no decorrer destes dias. Todavia, escreve-se, em Braga, o guião da novela "A Herança". Resta-nos

lidar com o mencionado legado, aguardando os próximos capítulos desta novela. E mais, estamos no domínio do confronto das ideias, da valoração dos valores, do debate, importa, contudo, que este debate obedeça a um princípio claro e distinto, e permitissem recorrer a Inácio Sanchez Cuenca, que diz assim: “o facto de haver valores que consideramos superiores, não determina que esses valores seja, evidentes, ainda que os adeptos desses mesmos valores se autoproclamem moralmente superiores”. Passou-se à apresentação da **ORDEM DE TRABALHOS: PONTO NÚMERO UM – APROVAÇÃO DA ATA DO DÉCIMO SEGUNDO MANDATO NÚMERO SEIS BARRA DOIS MIL E DEZOITO, DE TREZE DE JULHO**. Submete-se à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos do número dois, do artigo quinquagésimo sétimo, do Anexo um da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, a ata do décimo segundo Mandato, número seis barra dois mil e dezoito, referente à sessão ordinária de treze de julho. Posta à votação foi a referida ata **aprovada com três abstenções**. **PONTO NÚMERO DOIS – PROPOSTA RELATIVA À ALIENAÇÃO DA FÁBRICA CONFIANÇA**. Submete-se à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal, a proposta do Executivo Municipal, aprovada em reunião de dezanove de setembro do ano em curso, relativa à alienação da Fábrica Confiança de acordo com a avaliação e caderno de encargos anexos à proposta, que se dá por reproduzida e transcrita e vai ser arquivada em pasta anexa ao livro de atas. Colocada à discussão, começou por usar da palavra a **Sr^a. Deputada da C.D.U., BÁRBARA SECO DE BARROS**, para dizer: “Tivemos já oportunidade aqui de sublinhar que o centenário edifício da Saboaria e Perfumaria Confiança consiste no último exemplar da indústria bracarense. Que este assume, por isso mesmo, um valor inestimável de memória coletiva que junta várias gerações de bracarenses. A sua

localização e as várias possibilidades que o espaço abre acrescentam ao valor imenso deste edifício. Todos estes fatores foram, e bem, tidos em conta aquando da sua aquisição, na altura materializada numa proposta em concreto, assinada pelo então vice-presidente da Câmara, Victor Sousa, e pelo então vereador da oposição, Ricardo Rio. A reputação da marca Confiança é inegável, bem como a sua estreita e inevitável ligação à nossa cidade. Também esta noção marcou o tom da proposta e da força que esta foi ganhando. Força essa que assentou numa ampla discussão a propósito desta pretensão, dada a disponibilidade do antigo proprietário em vender à Câmara Municipal este património. Tanto que, embora o valor da compra e o estado de abandono do edifício tivesse levantado dúvidas a vários agentes políticos, culturais e associativos do município – valor que, inclusivamente, a CDU criticou por ter ficado bem acima de uma avaliação diferente daquela que sustentou a compra da Confiança – formou-se um consenso alargado de que a aquisição deste edifício para a esfera municipal seria um atributo importante e inquestionável. Esse consenso materializou-se na compra da Fábrica e no lançamento do concurso de ideias lançado a seguir, onde foram entregues cerca de oitenta propostas, de onde quatro finalistas saíram vencedoras. Este envolvimento dos bracarenses veio demonstrar o enorme interesse que este edifício desperta. Várias vezes fomos questionando e criticando esta maioria por nada avançar para aquele espaço desde dois mil e treze, ano em que tomou posse na Câmara Municipal. O envolvimento dos cidadãos no concurso de ideias, bem como as verbas disponibilizadas para os devidos prémios, bem como o investimento pessoal e intelectual de quem nele participou, têm ficado pelo caminho. E pelo caminho ficarão caso se confirme alienação da Fábrica Confiança! Esta decisão unilateral de PSD, CDS e PPM deixa pelo

caminho todos quantos se dedicaram e se juntaram para pensar no futuro de Braga. Sim, porque estamos naturalmente a falar de uma herança para o futuro! Tantas e tantas vezes alertámos e acusámos esta maioria sobre a necessidade de criar prioridades e partir delas construir cidade, cultura, património, democracia. Durante o primeiro mandato, praticamente nenhum investimento foi feito em Braga; hoje, os investimentos previstos servem de argumento para justificar a decisão de desistir da Fábrica Confiança. Não podemos aceitar que a incapacidade que esta maioria teve, ao longo deste tempo, de ir alocando verbas do orçamento municipal à conservação do edifício da Confiança, para evitar que este se degradasse demasiado, ou mesmo para pensar um plano de requalificação por partes, por etapas, enquanto não surgisse uma oportunidade de financiamento capaz de suportar maiores intervenções no espaço, venha agora determinar a venda de parte da história da nossa cidade. Esta decisão trai em absoluto as forças vivas de Braga que se juntaram a pensar no que o edifício da Fábrica Confiança podia trazer de novo, para além do seu valor patrimonial, de preservação da memória e da ligação aos bracarenses. Trai um processo que uniu a comunidade e os agentes políticos na tarefa de devolver o edifício à cidade. Não constitui, como nunca constituiu, novidade para ninguém que uma requalificação de todo o espaço exigiria esforços financeiros adicionais. Não constitui, como nunca constituiu, novidade para ninguém que depois de adquirida, a Fábrica Confiança não seria imediatamente requalificada. Aliás, por isso mesmo, Ricardo Rio defendia na altura que o que era preciso, enquanto se aguardava o projeto global de requalificação, era “dar um uso à Confiança”. Excelente ideia, Sr. Presidente, para colocar em prática agora. Precisamente por isso se desenvolveu um concurso de ideias, se discutiu e se debateu para se encontrarem as melhores soluções para aquele lugar, que pudessem determinar

que tipo de intervenção urbanística seria necessário fazer e apontar caminho também para que tipo de uso se poderia dar ao edifício. Estamos certos que esse debate ainda não terminou. A suposta falta de linhas de financiamento para a requalificação total deste edifício não pode ser condição bastante para consubstanciar esta decisão. Não aceitamos como argumento que a autarquia tenha direcionado “o volume de recursos disponível para a reabilitação urbana”, para a requalificação do mercado municipal ou do Parque de Exposições. Não colocamos em causa a necessidade destes projetos, nomeadamente no que ao Parque de Exposições e ao Mercado Municipal diz respeito – embora esta última requalificação ainda nem tenha iniciado. No entanto, não podemos aceitar que se aposte na reabilitação urbana e ao mesmo tempo se disponibilizem a alienar um edifício como a Fábrica Confiança, que se encaixa perfeitamente na reabilitação urbana que este município tanto se gaba de fazer. É verdade que já ouvimos o Presidente da Câmara repetir várias vezes que as requalificações e reabilitações feitas por privados são o seu principal objectivo com estes processos. Mas estamos certos que o investimento público em edifícios municipais servirá de alavanca e de exemplo para os privados que quiserem apostar na requalificação dos seus próprios edifícios, e nunca o contrário! O que está verdadeiramente em causa ao alienar a Confiança não são poupanças ou decisões financeiras responsáveis, desde logo porque o imóvel, tal como está, não representa qualquer custo para o município. O que está verdadeiramente em causa ao alienar a Confiança é o fechar as portas, de uma vez, às inúmeras possibilidades que a cidade podia e devia encontrar para aquele espaço, inclusivamente no que a oportunidades de financiamento futuro diz respeito. Em dois mil e treze, Ricardo Rio dizia: “Há Confiança para além do QREN” e apontava mesmo que a sua requalificação “não dependia de fundos comunitários”. Era fácil apontar o dedo

à maioria socialista de então. O que não parece fácil é agir em coerência. Foi mero oportunismo político! É deixar na mão de privados e das suas decisões o futuro deste património único. É permitir que a requalificação daquele edifício fique a cargo das decisões de outros que não quem dirige os interesses do município. É deitar abaixo as paredes de memória da Fábrica Confiança e deixar os bracarenses à porta do que era, e é, seu. Não compactuamos com discursos totalitários de quem se julga no direito de tomar este tipo de decisões sem querer ouvir ninguém cuja opinião possa ser contrária à sua. Podem achar que sim, mas governar este município não significa tomar decisões que lesem o interesse público e as vontades dos bracarenses. E sobre a transferência deste processo, há algo que não podemos deixar de notar. Diz esta proposta de alienação que a venda do edifício seria feita em hasta pública. Ou seja, à partida isto significaria, como é óbvio, que não se conheceriam à priori apenas no momento em que se apresentassem os candidatos para a compra deste edifício. Significaria, então, que não se conheceriam os projetos, que esses desconhecidos interessados em comprar a Fábrica Confiança, apresentariam, apenas, nesta venda em hasta pública. A verdade é que o Sr. Presidente da Câmara tem dito, por várias vezes, em público, as declarações são prestadas muitas vezes, inclusivamente, na comunicação social, para que efeito servirá a requalificação da Confiança. Que a Fábrica Confiança vai ser, portanto conhecendo o projeto, uma residência universitária. Portanto, quanto a transparência, estamos muito esclarecidos. Podem ter uma maioria para aprovar esta alienação, mas essa maioria não vos dá o direito de alienar a participação política de todos os que, da mesma forma, foram eleitos para este órgão; das forças vivas da cidade; dos agentes culturais; das associações culturais e de património; das populações. Foi nesse sentido que apresentámos, em conjunto com as duas outras forças políticas da oposição, a

recomendação à Comissão de cultura para que esta tomasse a dianteira na discussão do futuro da Fábrica Confiança. Este é o grau de confiança que temos nos instrumentos democráticos e nas responsabilidades deste órgão municipal. Pena é que para os grupos municipais do PSD, do CDS, do PPM e para muitos presidentes de junta, este órgão sirva mais para legitimar a decisão caprichosa e teimosa da maioria no executivo, ao invés de ouvir o clamor da cidade e deixá-la falar”. Seguiu-se a intervenção da **Sr^a. Deputada do B.E., MARIA ALEXANDRA NOGUEIRA VIEIRA**, para dizer que: “Na madrugada que agora começa, portugueses republicanos iniciaram o movimento que pôs fim à monarquia e trouxe o Estado laico, o ensino obrigatório, o voto masculino, a igualdade de direitos, a habitação social, o direito à greve, as oito a dez horas de trabalho, o descanso semanal ao domingo, a proibição do trabalho infantil, a proteção na velhice, o hino, a bandeira, o escudo, entre muitas outras realizações do ideário republicano, que, com intermitências, têm vindo a ser conquistadas, entre muitas outras, mas que não estão garantidas. É por isso que faz sentido evocar o pulsar republicano e laico. Viva, pois, a República que celebra hoje cento e oito anos! Viva! Mais antiga que a República, a Saboaria Confiança vive, hoje, dias difíceis. Em contradição com todos os procedimentos democráticos e participativos, garantidos na República e convocados aquando da compra da Confiança, em dois mil e onze-dois mil e doze, o executivo municipal decidiu, em dois mil e dezoito, iniciar o processo de alienação do edifício, considerado um “ativo de elevado valor patrimonial”, para usar uma expressão tão propalada, a privados, visando apenas a realização de liquidez. Há aqui ligeireza, pressa e atrapalhação nos procedimentos, revelando desconsideração para com os cidadãos, os movimentos associativos e o consenso político que, na altura, se mobilizaram com o atual presidente de Câmara nesse desígnio, que parecia ser

uma causa de vida. Ora, o Bloco de Esquerda vem aqui lembrar o seguinte: numa democracia, a participação dos cidadãos não se esgota nos momentos eleitorais. A cidadania mantém-se ativa, atenta e cada vez mais interventiva, sobretudo quando estão em causa ações, por parte de quem governa, que põem em causa a coisa pública. Quando se assume um governo, neste caso de uma cidade e de um concelho, governa-se em nome do povo, e não em nome próprio. Os cargos de eleição significam, por parte de quem é eleito, que assume, transitoriamente, a responsabilidade de cuidar da coisa pública, que é afinal tudo aquilo que se entende por bem comum, que inclui, entre muitos aspetos, a preservação e a salvaguarda do património. Os bracarenses, que deram a maioria ao atual executivo autárquico, confiaram que o presidente Ricardo Rio iria fazer o seu melhor no exercício do cargo e no governo da coisa pública. Salvaguardar o património não é apenas preservar a memória do passado, é também preparar o futuro das gerações vindouras. Que ideia de cidade se pretende construir? Catedrais de consumo e cadeias de hotéis não constroem identidade. Uma qualquer cidade as tem. O orgulho em pertencer faz-se pela manutenção do privilégio de termos herdado algo que torna esta cidade única e inconfundível, plena de significado e de identidade para os que nela habitam, que nela querem morar toda a sua vida e visível para os que a visitam. Aniquilar aquilo que faz da Braga uma cidade única é comprometer o futuro. Assim, o executivo municipal, ao pretender alienar o edifício da Confiança, está a cometer um erro grave e irreversível. Em primeiro lugar, porque decidiu unilateralmente, de cima para baixo, sem ouvir as forças que ativamente foram convocadas no momento da aquisição, alienar um edifício que é dos bracarenses. O executivo municipal não pode comportar-se como se fosse um especulador privado a vender um qualquer imóvel. Em segundo lugar, porque se trata de património que é público, isto é de

*todos os bracarenses. Não é ética, nem é digna, a pretensão da alienação sem terem sido esgotadas todas as possibilidades de reabilitar o edifício e de pensar, coletivamente, futuras utilizações públicas, isto é, ao serviço de todos os bracarenses. Em terceiro lugar, não é um caderno de encargos débil que vai salvar seja o que for da venda a privados. Aliás, uma análise minuciosa do documento permite concluir que se fizeram malabarismos para contornar a lei, que quinhentos metros quadrados, para uma manutenção da memória é pouco e que no que à reconstrução diz respeito, a especificação da manutenção de três fachadas, aponta para a política do fachadismo. Ora, o atual executivo municipal não está mandatado para cometer erros, mas sim para fazer o seu melhor e bem feito na defesa dos interesses comuns dos bracarenses. Somos muitos a dizer-lhe que é um erro. Um erro grave. Não está a alienar mais um exemplar do património industrial. Está, de forma irredutível e surda, a alienar o último. Senhor Presidente, Senhores Vereadores do executivo municipal, a História é escrita pelos homens e pelas mulheres, atores no devir histórico. Assim, cumpre aqui perguntar se é com toda a consciência do erro que os que governam a cidade de Braga querem escrever esta página trágica da história da cidade – vender o último vestígio arquitetónico da época industrial de Braga. Sendo assim, a História não deixará de o registar e as gerações atuais e futuras de o condenar”. Interveio depois o Sr. Deputado do P.P.M., **PEDRO MORAIS MESQUITA BORGES DE MACEDO**, que, a propósito, destacou que: “É um facto indiscutível que a Fábrica Confiança foi uma Unidade industrial de grande relevância para Braga, construída antes da República, e que é hoje o último edifício marcante de arquitetura industrial na nossa cidade! A Fábrica Confiança mexeu com as opiniões dos Munícipes desde que foi comprada em dois mil e onze. O PPM foi claro na sua posição quando, na última reunião da Assembleia*

Municipal, afirmou que preferia vender o espaço para privados desde que garantissem a manutenção da traça do edifício e a construção de uma pequena unidade museológica. Permitia-se, com essa venda, a aquisição e reabilitação de outros edifícios degradados e de grande valor arquitetónico na nossa Urbe! Nessa intervenção, propunha-se a compra do Palácio Dona Chica por se considerar ter todas as condições para ser transformado num museu similar à Casa de Serralves à dimensão da nossa Urbe! Propunha-se também a aquisição do edifício dos Bombeiros Voluntários por considerar, o PPM, que a terceira cidade do País merece ter uma Assembleia Municipal própria! Mais cedo do que seria expectável, o executivo Municipal optou por anunciar a pretensão da venda da Confiança, mas garantindo que o edifício manter-se-á como espaço de equipamento! No caderno de encargos analisado, fica garantida a manutenção das três fachadas do edifício principal da Fábrica, a criação de um pequeno espaço museológico de quinhentos metros quadrados, e a reconstrução da antiga chaminé “em materiais diversos e admitindo-se, linguagens mais contemporâneas desde que evoquem a sua memória e mantenham a altimetria existente no passado”. Nesse ponto, o PPM preferia que a chaminé pudesse ser reconstruída num material o mais similar com a chaminé tradicional pois ao dar azo à criatividade receia o PPM que haja a possibilidade de essa criatividade não ser tão consensual! Veja-se o caso do Estádio do Braga que se para uma maioria de Munícipes é uma obra de arte para outra minoria é apenas uma “caixa de ferramentas”! E por falar em Estádio Municipal, vieram a público diversas notícias que referiam que a Câmara Municipal de Braga foi condenada, em Tribunal, a pagar dez milhões de euros em dois processos, sendo que ainda corre um outro processo de dez milhões de euros, e tudo para pagar os trabalhos a mais efetuados no Estádio Municipal de Braga que passará a custar cento e

*setenta milhões de euros!!! Neste momento temos de ter a consciência que cada munícipe já paga trinta e nove euros por ano para amortizar a dívida da construção do estádio Municipal! O que é certo é de que o Estádio custou tanto como custaria a aquisição e reabilitação de dezassete Fábricas Confiança! O que é verdade é que o custo do Estádio daria para reabilitar quase sete Teatros Circos. O que é indesmentível é que a obra do Estádio custou o mesmo que dezanove reabilitações do Fórum Braga! Mas só os trabalhos a mais seriam suficientes para reabilitar o Fórum Braga, o Mercado Municipal e a Fábrica Confiança ao mesmo tempo! Facto é que o usufrutuário do Estádio, paga quinhentos euros por mês pelo que sai mais caro alugar casa no centro histórico... O PPM compreende, portanto, que com valores desta ordem haja por parte da Câmara Municipal uma preocupação legítima com o endividamento excessivo e que queira fugir de encargos imediatos presenteados pelo executivo do Engenheiro Mesquita Machado! Por estas razões, o PPM votará favoravelmente à venda da Fábrica Confiança, com a certeza de que haverá uma nova vida para o edifício e a garantia de que permanecerá viva a imagem da imponente e antiga Fábrica Confiança! Aproveitava, também, para dizer que as evoluções que houve em Portugal no último século, foram iguais às evoluções que houve em Espanha, curiosamente”. A palavra foi dada ao **Sr. Deputado do P.S.D., HUGO ALEXANDRE LOPES SOARES**, para começar por fazer um apelo, sobretudo ao público que, hoje, os brindou com intervenções no início da Assembleia Municipal, num exemplo daquilo que deveria ser a participação cívica, a participação cidadã, e dizer-lhes que acreditassem que os quarenta e quatro Deputados Municipais que há pouco no início daquela Assembleia chumbaram a recomendação que foi apresentada pelo partido Socialista, pelo Bloco de Esquerda e pelo Partido Comunista Português, eram tão livres e*

pensavam pela própria cabeça, com pensavam os outros que votaram a favor da recomendação. E era a superioridade moral de quem se ria perante uma afirmação como aquela, que o levava a crer que, ali, não havia nem gente mais inteligente, nem menos inteligente, com mais razão ou com menos razão. Havia uns que defendiam umas políticas e umas prioridades. Outros que defendiam outras. E a diferença maior era naqueles que respeitavam a opinião dos outros, embora não concordando, e aqueles que não respeitavam, porque pensavam de forma diferente e entendiam que a verdade deles era superior à verdade dos outros. Queria começar por dois mil e três. Dois mil e três teria sido a primeira vez que a Câmara Municipal de Braga teve a oportunidade de comprar o edifício da Confiança. Foi por ofício do Sr. Presidente da Junta, de então, de São Victor, o atual Vice-Presidente da Câmara, que dirigiu à Câmara Municipal, depois de contactado pelo proprietário originário, que o mesmo proprietário dirigiu o mesmo ofício à Câmara Municipal, dizendo que o edifício iria ser alienado e que estava na disponibilidade de o vender ao Município. Na altura o preço era cerca de setecentos e cinquenta mil euros, em dois mil e três. A Câmara Municipal, então governada, por maioria absoluta, dada pelo povo, pelo Partido Socialista, entendeu que a prioridade política não era fazer esse investimento. Podiam todos discordar, mas tinham que a aceitar. Tinham a legitimidade do voto, de quem os elegeu, para decidirem e assim decidiram-no, certamente, em consciência. Foi em dois mil e três. Em dois mil e onze, o Executivo Municipal, decidiu comprar a Fábrica Confiança. E era bom que tivessem memória. Estava nas diversas Assembleias Municipais, em que se discutiu a compra da Fábrica Confiança. Lembrava-se bem das insinuações torpes, vis, até, dos mesmos que, hoje, foram, ali, fazer, exatamente, o mesmo. Eram poucos, era verdade, mas eram exatamente os mesmos e da mesma força partidária, que foram, ali, na altura, dizer que o

preço pelo qual a Fábrica Confiança ia ser adquirida, era um preço de favor, era um preço que não se justificava e que o edifício não o valia. Eram os mesmos que, hoje, foram exigir que a Câmara Municipal dissesse quais eram os reais motivos, para alienar o edifício da Confiança e que disseram mais, disseram até, fossem claros, quase cita “ipsis verbis”, “diga-se que aquele é um espaço apetecível, e é por isso que a Câmara o quer vender”. Eram os mesmos a quem, hoje, queria, ali, dizer, que mereciam e deviam ir ali apresentar um pedido de desculpas, não era à bancada do PSD, era, sobretudo, ao Executivo, que tinha maioria na altura, que era do Partido Socialista, pelas insinuações que lançaram, quando hoje sabiam que o edifício podia ser vendido por mais de três milhões e oitocentos mil euros. Ma, também, lhes queria dizer, quem na altura achava, que o preço era de favor, podia, hoje, estar descansado, quanto à venda da Fábrica da Confiança, porque não cria que quem achava que na altura era um preço de favor, hoje, entendesse que alguém podia dar aquele valor, para comprar a Fábrica da Confiança. Queria-lhes pedir que fossem, absolutamente, isentos na avaliação daquilo que ali queria dizer. A política era a arte da escolha das prioridades. A Câmara em dois mil e treze optou por não comprar. Em dois mil e onze optou por comprar. Foi a avaliação que fez na altura. A Câmara de hoje, entendia que a melhor forma de preservar a memória da Fábrica Confiança, a melhor forma de a reabilitar, a melhor forma de fazer a regeneração daquele espaço e daquela zona, passava por ao mesmo tempo que se impunha um conjunto de encargos a quem a comprasse, vendê-la a um privado. Podiam discordar. Aceitava que se discordasse. Aceitava os argumentos que, ali, se disseram, que podiam ter ao longo dos últimos anos feito intervenções na Fábrica Confiança, para preservar, de alguma forma, aquilo que ainda restava e quem a visitou antes da compra, como o próprio o fez, sabia que já não havia muito a

preservar. Mas podiam discutir tudo isso. Agora, aquilo que pedia a todos, era que respeitassem, mesmo que discordando, a opção política de quem entendia que aquela era a forma de salvar a Confiança, porque entendia não haver outra. Havia uma questão de legitimidade, que importava, também, discutir. Ouviu, ali, dizer que a Câmara Municipal não estava a respeitar a participação das pessoas. Que a Câmara Municipal estava a fazer ouvidos de mercador daqueles que tinham uma opinião diferente. Que a Câmara Municipal estava a quater a possibilidade da participação cívica. Era ao contrário. Era ao contrário, mesmo. O resto chamava-se democracia e iria explicar. A participação cívica era aquilo que muita gente fez por estes dias. Era a possibilidade de dizer que eram contra. Era a possibilidade de ir àquela Assembleia Municipal discordar. Era a possibilidade de ir àquela Assembleia Municipal apresentar moções, recomendações e falar no espaço do público, sendo esta uma Assembleia Municipal representativa e não uma Assembleia popular. Era a possibilidade que todos tínhamos de discordar e de dizer que discordávamos e participar civicamente e ativamente, apresentando petições, apresentando abaixo assinados. Isso era a participação cívica, outra coisa era a democracia. E a democracia resultava dos votos e daqueles que escolhiam votar de uma forma ou de outra, porque estavam mandatados pelo povo para o fazer. Era assim a vida. Podia discordar de muita coisa. Discordava, dizia que discordava e sujeitava-se à maioria. Era assim e não dizia que estava impossibilitado de participar. Por isso, não podia aceitar o argumento dos que diziam que estavam a quater a possibilidade da participação. A participação estava ali e ainda bem. Não tivessem dúvidas que qualquer Deputado, qualquer Presidente de Junta que não era acéfalo, porque não eram diferentes nem mais inteligentes, nem mais dotados aqueles que votavam de uma maneira dos que votavam de outra. Votavam todos

em consciência. Esses ouviram os argumentos que, ali, foram aduzidos. Esses fizeram a sua reflexão, tinham-na feito ao longo dos tempos e votam em conformidade. Também não era sério dizer-se que a maior Junta de Freguesia do concelho não foi chamada naquele processo. Estava, ali, certamente, o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de São Victor, que sabia e não desmentiria, tinha a certeza absoluta, estava a dizer olhos nos olhos, ele não negaria que foi convidado ele e a Junta de Freguesia a participar na construção do caderno de encargos da venda da Fábrica da Confiança, depois da Câmara Municipal que era quem tinha a legitimidade direta do voto e não foram poucos, foram cerca de cinquenta e quatro por cento, para decidir sobre aquela matéria ter decidido o que fazer. E chamou, e bem, a Junta de Freguesia à colação, dizendo “condicionem o caderno de encargos, digam o que acham que deve integrar o caderno de encargos”. E queria, ali, dizer que respeitava muito a posição da Junta de Freguesia de São Victor, entendeu não o fazer, porque achava que fazendo, estava a caucionar a venda da Fábrica da Confiança, que eram contra. Mas era a democracia e era assim que se fazia política. O Presidente da Junta de São Victor e o seu Executivo foi chamado a condicionar o caderno de encargos. Não quis fazê-lo. Só tinham que respeitar. Da mesma forma que era exigível que se respeitasse quem tomava a decisão. Mas essa decisão tinha, sobretudo um princípio legitimador muito grande. Essa decisão não podia ser surpresa para ninguém. Essa decisão, como, ali, foi dito, estava plasmada no programa eleitoral sufragado por cinquenta e dois por cento dos Bracarenses. E esses cinquenta e dois por cento, quando votaram no programa da Coligação, sabiam que o programa da Coligação dizia “estudar a possibilidade da alienação da Fábrica Confiança”. Mais do que isso, fossem honestos naquela discussão, nos debates que antecederam ao ato eleitoral, a questão da Fábrica Confiança foi

discutida e o então Presidente da Câmara e recandidato a um segundo mandato, não escondeu as hipóteses que estavam em cima da mesa. E disse sempre de forma aberta. Ninguém votou naquele projeto, naquela equipa e naqueles Deputados Municipais, sem saber o que estavam a fazer. Poderiam dizer, mas não valia a pena a Câmara Municipal ter chamado as associações que hoje se manifestavam e ouvir que soluções tinham para a Confiança? Poderiam dizer, não valeria a pena a Câmara Municipal ter lançado um processo de discussão pública e ter discutido com todos a possibilidade da venda, como dizia o Deputado Pedro Sousa, podia-se fazer essa discussão e chegar-se ao mesmo desiderato, vender a Fábrica da Confiança. Dizia com muita humildade, sim, poderia ter feito. Mas a análise que a Câmara Municipal fez, levou-a a que tomasse aquela decisão. E perguntava, quem foi eleito para nos governar, tendo isso no programa eleitoral, e esse era o ponto chave, não tinha esse direito e essa legitimidade de tomar a decisão que lhe competia, porque foi sufragada? Poderia discordar dessa decisão. Continuava a dizer que respeitava muito quem discordava, como exigia que respeitassem aqueles que concordavam. E essa foi a decisão da Câmara Municipal. Cria que na matéria substantiva, o caderno de encargos acautelava aquilo que devia ser preservação da memória da Fábrica Confiança. Tinham, infelizmente, muitos exemplos do passado, que todos conheciam e para não criar urticária a ninguém, não iria sequer lembrá-los, de edifícios, provavelmente estava, ali, gente mais habilitada do que o interveniente, para falar sobre essa matéria, com tanta valia histórica, com o da Fábrica Confiança, que nada foi feita para acautelar que a sua memória se pudesse preservar no tempo. Essa era a verdade. Já não iam a tempo de corrigir muitos dos erros que fizeram no passado. Era assim. Muitos deles denunciaram, ali, apelaram para que fosse feito de outra maneira, e outros partidos. Não foram a

tempo. Hoje, felizmente tinham outra consciência do que devia ser a preservação do património e a Câmara Municipal teve essa sensibilidade. Dizia o Deputado João Granja, e bem, que o caderno de encargos era de tal forma apertado, condicionava, até, a compra do edifício, por parte de um promotor ou especulador qualquer imobiliário. Sabia que o Bloco de Esquerda estava muito descansado quanto a essa matéria e acreditava mesmo que nunca ia ser vendida, porque se três milhões eram um roubo, três milhões e oitocentos era um despautério. O BE quanto a essa matéria estava muito à-vontade. Agora, todos os outros sabiam que este caderno de encargos acautelava aquilo que tinha que ser acautelado, para preservar o interesse económico do privado que iria comprar, não tinha medo das palavras, era assim mesmo, porque quem iria comprar iria investir e, provavelmente queria ter o retorno, mas não era assim na economia? Mas havia ali algum bicho papão contra a iniciativa privada? Eles não tinham, nem tinham problema em dizê-lo. Era uma diferente gigante que os separava, mas era assim. Era evidente, que dentro daqueles padrões, se tentou acautelar, aquilo que era possível acautelar. Queria-lhes dizer, terminando, que como lhes dizia no início, a política era a arte da escolha das prioridades em cada momento. Para o Grupo Municipal do PSD, ali na Assembleia Municipal, entendia que aquele era uma opção política, que acautelava aquilo que eram as necessidades diversas que o Município e os cidadãos tinham, porque não ia arranjar como desculpa, que eram desculpas efetivas, conheciam-nas bem, o Partido Comunista levou, ali, com particular ênfase, pela voz da Senhora Presidente, um dos graves problemas que tinham ara ir pagando no futuro, mas não era só esse e era necessário ocorrer a muitas outras prioridades que a cidade tinha e tinha muitas. Não sabia se estava, ali, o cidadão José Gomes, que foi Vereador do Partido Socialista, era uma voz que considerava autorizada para

falar da cidade. Não avaliavam as pessoas pela idade e quando as pessoas eram mais velhas e já não serviam, não as apelidavam de senis, como estavam a fazer. Tinham muito respeito pelas pessoas. “O Senhor devia aprender a ter respeito por quem serviu o Partido Socialista, serviu a cidade e a quem o Senhor serviu, também. E gostava de saber se a bancada do Partido Socialista se revê nas suas palavras. São palavras mal-educadas e insultam um cidadão que veio aqui usar da palavra e que merecia o seu respeito”. O Sr. José Gomes foi, ali, dizer o que achava bem e o que achava mal. Eu abanei com a cabeça quando ele criticou coisas que achava que faziam sentido. Era assim. Alguém tinha a veleidade de achar que este Presidente da Câmara, que esta equipa e estes Deputados Municipais ou os outros faziam tudo bem? Não, não faziam. Erravam, como os outros. Na sua opinião, na opinião de cinquenta e dois por cento dos Bracarenses, tinha feito melhor que os outros e era isso que queria, foi por isso que os apoiou e votou neles. O que lhes pedia era que percebessem que aquela era a forma que entenderam de poderem de ao mesmo tempo que alienaram a Confiança, salvaguardar o património que a Confiança tinha e merecia ser respeitado para Braga. “Mas da mesma forma que respeito a vossa posição, o mínimo que vos peço é que não façam juízos de valor, como já, aqui, muita gente fez e respeitem, também, a opção daqueles que foram eleitos democraticamente pelo povo Bracarense”. Interveio o **Sr. Deputado do B.E., ANTÓNIO MEIRELES DE MAGALHÃES LIMA**, para, em defesa da honra, dizer que o Sr. Deputado Hugo Soares, ocupou o cargo de líder de bancada na Assembleia da República, devia ter mais cuidado com as afirmações que fazia. Porque aquilo que foi dizer, ali, de que foram acusações vis e torpes, visava, nitidamente, a sua pessoa. Estava a reconhecer. “O Senhor esteve na oposição, assim como esteve o Senhor Presidente, muitos e muitos anos, que fiscalização é que os Senhores

fizeram da atividade do Município anterior? O Senhor não tem coerência nenhuma. O Senhor acusa o Executivo do PS, mas faz laudes a um membro do Executivo do PS. O Senhor anda completamente à deriva. O Senhor quis ser a consciência do seu Grupo Municipal, aqui. O Senhor não disse nada sobre a Confiança. O Senhor disse que os membros do seu grupo votaram em consciência, bastava dizer que votaram em consciência. Não, o Senhor quis justificar a consciência deles. O Senhor é que é a moral da consciência dos seus camaradas da Assembleia Municipal?” O Bloco de Esquerda, na altura, foi o partido que denunciou, fundamentadamente, tudo aquilo que estava a acontecer com o estádio. O Bloco de Esquerda ainda não estava, ali, naquela Assembleia, quando foi aprovada a construção do estádio, mas quando foi da fiscalização das contas, o Bloco de Esquerda levantou a sua voz e nunca foi acompanhado pelo PSD e o Senhor estava cá. Agora, aquilo que fizeram no Governo dava prova daquilo que faziam, ali. Agora, as acusações vis e torpes, nunca o foram. Foram, sempre, fundamentadas, foram do conhecimento do Ministério Público, para sua informação, e o Senhor Presidente da Câmara, quando foi dito as condições em que estava o património da Confiança, disse publicamente, inclusivamente, que não sabia e não tinha conhecimento daquilo, quando lhe perguntaram porque assinou com o Vereador Vítor Sousa. Nunca fizeram afirmações torpes, foram feitas com base em documentação e o preço foi feito com base num perito que era do Tribunal de Braga e, portanto, sabia muito mais disso que o Senhor e ele próprio, porque tinham a mesma formação e ele era engenheiro de formação. Os Senhores, naquela reunião, foram buscar o passado desde mil oitocentos e não sei quantos, mil cento e não sei quê. “A cidade não se faz. Esta cidade está feita e vocês querem-na destruir todos os dias. Agora, nós queremos é que se construa cidade, preservando aquilo que é de preservar. Sobre isso, o Senhor disse zero”.

Voltou a usar da palavra o Sr. Deputado do P.S.D., HUGO ALEXANDRE LOPES SOARES, para dizer que não era em defesa da honra, como sabiam, o Regimento previa que quando alguém pedia a defesa da honra, aquele que era visado, queria e podia dar explicações e era isso que queria fazer, não retirando uma vírgula, Senhor Deputado António Lima, àquilo que acabo de dizer. Aliás, o Senhor foi, ali, dar razão, exatamente àquilo que tinha dito, porque o que o Senhor foi ali fazer foi uma tentativa de recuperar o que tinha perdido. Não conseguiu dizer, em momento algum aquilo em que ofendeu a sua honra. E iria repetir: “Os Senhores, em dois mil e onze, fizeram insinuações torpes sobre aqueles que compraram a Fábrica Confiança. É verdade isso. Os Senhores foram até ao Ministério Público prestar esclarecimentos. E o Senhor sabe, como eu sei, porque o processo é público, o que o Senhor disse no Ministério Público. E sabe Senhor Deputado António Lima, quero-lhe dizer que a prova de que aquilo que os Senhores aqui disseram, que não tiveram coragem de replicar em mais lado nenhum...se quiser falar inscreve-se, vem cá, o senhor está habituado a qualquer coisa que não é com certeza uma Assembleia Municipal... insinuações fez o Senhor. O Senhor Deputado se quiser voltar a pedir a defesa da honra, venha cá outra vez, diga em que o ofendi e eu venho cá dar explicações. O Senhor em dois mil e onze, o seu Grupo Municipal, fez insinuações sobre o Presidente da Câmara de então, sobre o Vice-Presidente da Câmara e sobre os Vereadores do PSD, dizendo que aquele era um preço de favor, que visava ajudar o proprietário de então da Fábrica Confiança. Foi isso que os Senhores disseram. E, por isso, diziam que aquilo devia ser comprado, mas por metade do preço. Hoje, a hasta pública está nos três milhões e oitocentos mil euros e o Senhores não vieram, aqui, ter a hombridade e dizer: os Senhores tinham razão, porque passado este tempo a Câmara vende e ainda ganha dinheiro e, por isso, nós fomos torpes nas

insinuações que fizemos. Foi isso que eu disse e repito sem retirar uma vírgula. E se os Senhores tivessem hombridade e honestidade intelectual política, para hoje reconhecerem o vosso erro, era isso que aqui tinham vindo fazer. Não era voltar a lançar as mesmas insinuações, desta vez, porque o espaço é apetecível e aquilo interessa a alguém para comprar”. Interveio, depois, o **Sr. Deputado do P.S., JOÃO ANTÓNIO DE MATOS NOGUEIRA**, para dizer que achava que a *Fábrica Confiança e a memória de tudo aquilo que ela encerrava, merecia da parte daquela Assembleia, mais respeito. E mais respeito, nomeadamente, quando eram, ali, levadas à colação, discussões que mereciam um lugar próprio. Ele que acompanhou todo o processo, como alguns Vereadores do PSD e da CDU, achava que na altura, todos perceberam que estavam perante um desiderato nacional, que se cumpriu em dois mil e quatro, quando o estádio municipal de Braga, pela organização do campeonato da europa e, também, pela forma como decorreu todo o trabalho, teve um prémio especial da UEFA. E foi reconhecido publicamente, a capacidade organizativa da Câmara Municipal de Braga, como quem diz, do Município de Braga. E, portanto, achava que a nossa memória, se calhar, não conseguia ir tão longe e, hoje, degladiavam-se, ali, com algumas proclamações que, em abono da verdade, não tinham muito da verdade que lhe queriam fazer querer. Era uma narrativa que se repetia constantemente. Desafiava o Senhor Presidente da Câmara para um dia levar, ali, exatamente as contas daquilo que foram os custos do estádio municipal, par perceberem todos quais foram os verdadeiros encargos. E havia uma coisa que gostava de lhes dizer, aquele estádio, ainda hoje, era um ex-libris, em termos de engenharia e arquitetura. Todos se orgulhavam quando diziam que havia milhares de visitantes, que visitavam o estádio. Naturalmente e, se calhar, infelizmente, houve uma derrapagem, como houve em todos os estádios que foram construídos. E este*

que até era inovador, naturalmente, houve esse risco e houve uma derrapagem e houve um endividamento superior àquilo que era pensado. Era verdade. Mas já pagaram por isso. Não queriam pagar a vida inteira. E havia uma coisa que lhes ia dizer, estavam sempre a falar em dívidas, mas o Partido Socialista e todos aqueles que votaram nos projetos, desde mil novecentos e setenta e seis, herdaram uma cidade que hoje era a terceira cidade do país, quando em setenta e quatro estava, se calhar no décimo lugar. E tínhamos uma cidade que hoje servia para mostrar como se fazia, e bem, o Dr. Ricardo Rio. Uma cidade que tinha uma cobertura de saneamento a cem por cento, abastecimento de água, escolas requalificadas, área desportiva com ratio superior à média nacional e a maior deste país, com uma extensão de estradas com transportes públicos, com uma série de empresas que dinamizavam o setor empresarial municipal e dinamizavam, também, o mundo empresarial de Braga. E, portanto, era essa também a herança que tinham. E tiveram que fazer isso tudo em trinta e sete anos e estimava, sinceramente, que continuasse esta Câmara Municipal de Braga a fazer o mesmo. Por isso, era que de uma forma séria concordava com algumas situações, mas discordava de outras. E isso era bom que se dissesse, ali. Não tinha nenhum problema em dizer que sentia orgulho em ter colaborado não só como Presidente da Junta, como Vereador e membro da Assembleia, naquele projeto de que hoje todos se orgulhavam. E não queria que amanhã, herdassem uma cidade sem dívidas, mas uma cidade com o seu espaço público degradado. E era isso que não queria. Queria que se continuasse a investir. E havia setores que era importante, que se continuasse a investir, como na mobilidade e outros setores que eram importantes, que todos reconhecessem. Mas não foi isso que o levou ali. Era falar da Confiança. Este, hoje, era mais um dia de luta a favor da preservação desse espaço para que a cultura tivesse mais sucesso. Mas hoje

também era o dia em que se começava a matar uma aspiração, que congregou todos os Bracarenses, de ser Braga Capital Europeia da Cultura em dois mil e vinte e sete. E, portanto, com aquela atitude, o que depois iria sobrar, depois que argumentos teriam? Era dar vantagem a outras cidades, quando tinham um espaço que poderia ser requalificado ou antes, ou até para essa ocasião. Como todos sabiam, Guimarães fez um excelente trabalho, nesse aspeto. E as verbas que eram disponibilizadas ajudariam a requalificar aquele espaço, naqueles que foram os projetos que, na altura, foram aprovados e que, agora, podiam ser atualizados. E dizer o seguinte: este era mais um dia de luta. E era bom que quem fosse comprar, se lembrasse que iria haver uma voz, que iria haver muitas vozes, que iriam continuar a clamar, para que a Confiança continuasse a ser dos Bracarenses e para os Bracarenses. E quem comprasse, tinha que se lembrar que não iriam abrandar a luta. Iriam continuar a exigir aquilo que era um direito de todos, se não deixavam-nos discutir, deixavam que fosse analisado, que não fossem só sete pessoas a analisar aquilo e que realmente, numa expressão democrática de transparência, sem medo nenhum dos cidadãos, pudessem todos analisar e chegar a algumas conclusões. E ia mais longe, dizendo que o Partido Socialista, para que a Confiança se conservasse no património público municipal, estavam disponíveis para acertar os instrumentos financeiros que pudessem continuar a ter a Confiança no seio municipal, para que pudessem requalificar, quando chegasse à altura, porque todos tinham a experiência que muito do património que era comprado, era requalificado não de imediato. E lembrava que na Câmara Municipal de Braga, os partidos da oposição e, também, aqueles que estavam na governação deste município, acordaram fazer uma carta dirigida ao Governo. E não era seis meses depois, que se deitava a toalha ao chão. “Era isso que não devemos fazer, Senhor Presidente, porque com

*esta atitude estamos a matar aquilo que era um trunfo, para Braga Capital Europeia da Cultura. Estamos a dar de barato às outras cidades que conosco concorrem para esse grande acontecimento”. Portanto, de forma abnegada, quando se lançaram construir muitas estruturas, não tinha medo de dizer, nomeadamente, o estádio municipal, que foi um desiderato municipal e nacional, também naquele, ali, gostaria que todos tivessem unidos e pudessem analisar melhor aquela questão. Ousaria pedir-lhe que este ponto, sabia que não iria ser conseguido, fosse retirado, que pudessem discuti-lo e ia, outra vez, de encontro à recomendação, e depois pudessem ter tomadas as decisões que entendesse, porque tal como no final do século dezanove, o castelo de Braga, com tudo aquilo que era um património monumental e, aqui, dar uma palavra ao jovem Deputado monárquico, dizendo-lhe que a memória se fazia em todos os séculos e em todos os anos, esta era uma oportunidade que se calhar iriam perder. Apelando, mais uma vez, porque valia a pena lutar, dizer Senhor Presidente que não alienasse já aquele património que era de todos. Iriam votar contra, porque sabiam que com esse voto estavam a prestar um serviço ao Município, estavam a mostrar um serviço à credibilidade dos políticos, porque um compromisso era para respeitar. As promessas, muitas vezes, o vento levava-as, mas os compromissos eram uma coisa mais séria. E, portanto, deixava ficar aquela reflexão, que lhe saía mais do coração, por vezes e que gostaria de deixar, ali expressa, porque achava que valia a pena lutar e iriam lutar até ao fim. A palavra foi dada ao **SR. PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE SÃO VICTOR, RICARDO JORGE PEREIRA DA SILVA**, para dizer que até estava na disposição de estar sossegadinho no seu banco e nem estava a prever falar, a não ser manifestar a sua opção pelo voto direto. Contudo, já que o interpelaram, também, queria deixar duas ou três notas que lhe pareciam importantes dizer. A primeira, fazia*

desde logo, uma manifestação de voto, que seria contra, obviamente, por tudo aquilo que tinha vindo a ser feito nos últimos dias, por tudo aquilo que tinha vindo a ser expresso e tinha vindo a ser comunicado a todos. Queria dizer que aquele ato era feito, talvez, em consciência a três níveis. Por um lado, a coerência profissional. Era arqueólogo, como alguns deveriam saber. Portanto, a sua profissão induzia-o a que tivesse que saber reabilitar fosse ruínas, fosse património, fossem monumentos, aquilo que lhe quisessem chamar. Para si era, obviamente, uma expressão do passado e, portanto, tinha essa obrigação profissional. Do segundo ponto, por coerência associativa. Desde há muitos anos a esta parte, que pugnava pela defesa do património de Braga. Sabiam tão bem como ele, que, hoje, alguns que o criticavam, criticaram outras forças no passado, e, portanto, já estava habituado àquele jogo do empurra, mas, também, lhes dizia que, dificilmente, cederia a qualquer tipo de outra pressão que alguém lhe quisesse inculcar. Queria dizer-lhes que se para si estava o superior interesse da cidade de Braga, também, obviamente, estava o seu superior interesse na defesa dos interesses da freguesia. Quando se tomava uma opção diretamente sem ouvir a Junta de Freguesia de São Victor, obviamente que, Sr. Deputado Hugo Soares, foram chamados para falar sobre o caderno de encargos, mas preferia ter sido chamado a montante para falar da possibilidade de alienar ou não alienar. E queria-lhes dizer que, sobretudo, aquilo era uma suprapartidária. Era num ato de total coerência que gostaria de ter sido ouvido antes, para poder corroborar ou, pelos menos, expressar aquilo que também foram, se quisessem chamar, o poder dos votos, que foi na Coligação Juntos por Braga, em São Victor. Quando as pessoas lhe colocavam questões sobre a alienação, obviamente, gostaria de ter as respostas para lhes dar. Sentia-se capacitado para isso, quanto mais informação tivesse. Portanto, queria deixar um apelo aos

*Senhores Presidentes de Junta, tudo aquilo que fizessem, hoje ali, no ato da votação, seria uma responsabilidade direta daquilo que votassem e, acima de tudo, também, um ato de cheque em branco, ou não, daquilo que deveria ser o tratamento das autarquias municipais com autarquia freguesia. Aquilo que lhes dizia e era sempre defensor disso, era defensor do diálogo, era defensor do debate, era defensor da comunicação, e, portanto, reiterava aquilo que disse na altura da reunião de Câmara, estava aberto ao diálogo, estava aberto ao debate, gostaria de debater as opções que eram feitas para a sua freguesia nos sítios próprios, nos termos próprios, nos tempos próprios. A **Sr.ª. Deputada da C.D.U., BÁRBARA SECO DE BARROS**, falando do lugar, fez um ponto de ordem à Mesa referindo que faltavam dez minutos para a uma hora da manhã e tinham acordado que fariam uma reunião de líderes para decidir se terminavam a sessão e propunha que se fizesse a próxima intervenção se houvesse mais intervenções que terminassem e que se contabilizasse, caso o Sr. Presidente da Câmara quisesse intervir sobre aquele ponto, que o pudesse fazer, caminhando para o fim daquela Assembleia e ficassem os trabalhos suspensos até à próxima reunião. A **Sr.ª. PRESIDENTE DA MESA** esclareceu que o ponto em discussão iria ser concluído. Passou a usar da palavra o **Sr. Deputado do P.S., PEDRO MIGUEL PEREIRA DE SOUSA**, para dizer que queria, no seu património de coerência, também, e no património de alguém que andava na vida pública há muitos anos, e que criticava sempre que entendia criticar, e que elogiava sempre que achava justo elogiar, e fazendo-o, como fazia sempre, como há dias num artigo de opinião que publicou, em que saudou a opção política pela requalificação do Fórum Braga, criticando outras coisas com as quais discordava, no quadro do tal espírito democrático e da tal cultura democrática, que devia superentender à sua intervenção política, naquele tipo de órgãos, dizer ao Ricardo Silva que ele*

prestou, ali, um serviço. Queria elogiá-lo, para lhe dizer que aquilo que o Deputado Hugo Soares foi ali fazer, sendo uma declaração que respeitava, naturalmente, no quadro do respeito pela diferença que tinha, no quadro que eram as opções, naturalmente que o Ricardo Siva foi chamado para discutir um facto consumado. Foi chamado para discutir algo que estava discutido e, naturalmente, o Ricardo Silva, a bem do seu património naquelas matérias e, também, de algum dever de consciência e de alguma verticalidade intelectual sobre essa matéria, teve que, se calhar, a contragosto, pelo menos para o Deputado Hugo Soares, ir desmentir o mesmo Deputado. Pôr em causa aquilo que o Hugo Soares foi dizer que, desde a primeira hora, acompanhou todo o processo. Queria ali dizer, até porque o escreveu há dias, e isso tinha a ver com o pensamento de cidade, e aproveitando, mais uma vez, todos aqueles que hoje ali foram, sendo aquela uma casa da democracia representativa, mas que era ótimo vê-la, também, transformar-se em causas que diziam respeito a todos na casa da democracia verdadeiramente participativa, dizer que a construção das cidades modernas, a construção das cidades que se queriam capazes de atrair pessoas, de atrair estudantes, de atrair negócios, de atrair turismo, a construção da cidade que Ricardo Rio tantas vezes preconizava, uma cidade vanguardista, uma cidade virada para o futuro, uma cidade capaz de se posicionar num contexto europeu de megas cidades europeias, em que Braga se inseria e que tinha que competir. Porque as cidades, hoje, tal como as pessoas e as empresas competiam umas com as outras nesse posicionamento, nas empresas que eram capazes de chamar, nos serviços que eram capazes de atrair, nos cidadãos mais qualificados, mais criativos que eram capazes de fixar. E, hoje, estava mais do que provado este diálogo ao nível do pensamento político estava muito consolidado de que as cidades que eram capazes de o fazer, eram as cidades que conseguiam assentar a

sua construção e assentar a sua liderança e a sua visão política num binómio que era muito claro. O binómio da identidade, o binómio da tradição, o binómio do património, o binómio da cultura, de braço dado, naturalmente, com o binómio da inovação, com o binómio de avançar na modernidade, o binómio de aceitar e abraçar o progresso e o desenvolvimento nas mais diferentes áreas. E aquilo que achava que faziam com a Confiança, lamentavelmente, com aquela decisão, hoje, ali, já, tendo reprovado uma recomendação, apenas para o debate, apenas para que aquela decisão fosse adiada, apenas para que ela fosse sopesada, refletida, amadurecida, densificada, achava que aquilo que estavam a fazer era a prestar um péssimo serviço a Braga e ao futuro que queriam deixar. Porquê? Porque se só fizerem desenvolvimento, se só fizerem desenvolvimento de ponta, mas não souberem guardar aquilo que fazia com que Braga fosse Braga, com que Braga tivesse traços e caracteres identitários absolutamente distintivos de qualquer outra cidade do mundo, ela não seria a cidade competitiva, atrativa, capaz de chamar pessoas, que todos desejavam que fosse. E essa era a discussão que estava, ali, hoje, em causa. Mas queria, também, falar, porque achava que isso também tinha a ver com política. E o Hugo Soares disse-o e respeitava o Hugo Soares, conhecia-o há muitos anos, foram colegas de escola, cursaram direito ainda que em Universidades diferentes, conheciam-se há muitos anos, partilhavam um debate político na rádio durante longos anos e respeitava-o muito. Mas também o respeitava quando discordava dele, porque foi isso que ele foi ali dizer. E também achava que a política só se credibilizava pelo exercício da coerência. E aquilo que aquela decisão hoje e a decisão, também, de chumbar uma comissão para estudar, que era algo que era incrível, que fazia lembrar as mais duras críticas a um Partido Socialista que no passado tantas vezes foi acusado de autocrático e de não ouvir a cidade e de pouca cultura democrática e que fazia lembrar que em

poucos anos aquela maioria defendia uma nova atitude e uma nova cultura, só foi buscar os velhos hábitos, mas pena que não tivesse herdado alguns dos bons, também. Queria ali dizer e falar de coerência, porque achava que era a coerência que defendia, era a coerência que preservava, era a coerência que permitia que os atores políticos tivessem credibilidade e que todos em conjunto, todos os que eram atores políticos, tivessem credibilidade na capacidade de construção de uma democracia madura, afirmativa, participada, credível e que não tivessem, felizmente, eramos um bom exemplo, enquanto país, isso o eclodir de outros fenômenos, que hoje iam assolando a Europa, fenômenos fascistas, fenômenos de outra natureza, populistas, racistas, que aconteceram e que aconteciam muito pela falência da credibilidade dos partidos tradicionais. E era muito importante a palavra credibilidade e a palavra coerência, que era tudo aquilo que faltava naquele processo. Ricardo Rio defendeu, ao longo de todos estes anos, a manutenção da Confiança, a reabilitação da Confiança, a manutenção do último edifício histórico do ponto de vista do património industrial, e todas as razões pelas quais elas foram defendidas estavam vivas, nenhuma delas mudou, nenhuma delas desapareceu. Todas as conheciam, elas foram muito discutidas e tinham tido muito espaço mediático nas redes sociais, a memória industrial, o ativo da marca Confiança, que o João Nogueira, hoje, lembrou de uma forma muito especial, o alimentar as dinâmicas culturais de uma cidade que, pasmassem, queria ser capital europeia da cultura em dois mil e vinte e sete, como era que uma cidade queria ser capital europeia da cultura em dois mil e vinte e sete, alienava sem pensar, sem discutir alternativas, um espaço que tinha tudo para ser uma das maiores âncoras culturais da cultura independente do concelho de tantas e boas pessoas que se dedicavam à vida cultural, à livre criação, ao pensamento criativo e que iam perder a oportunidade, para o

privado, que tinha toda a legitimidade de querer adquirir a Confiança, só que era uma legitimidade que se alicerçava numa decisão política errada e que não servia o interesse público. A ligação à Universidade era outros dos critérios; o reordenamento urbano, era outro dos critérios. Isso ficava tudo posto, naturalmente, em causa. Queria dizer que o argumentário gasto por uma maioria que tinha que falar de futuro. Os esqueletos do passado era um argumentário que já não colava. Por mais números panfletários que pudessem fazer, por mais cheques que pudessem distribuir aos Bracarenses, não colava, porque a vocação de quem governava era decidir. E só não tinham Confiança, por uma decisão, por uma opção. Era uma opção política. Porque ao dinheiro que aquela Câmara gastava em muitas outras coisas de qualidade duvidosa, haveria, se houvesse vontade, firmeza, coerência e um património de defender os valores e aquilo que era credibilidade os atores políticos, seria diferente se essas orientações estivessem presentes e não fossem esquecidas de uma forma muito leviana e muito fácil. Queria dizer que tinha orgulho na cidade que o Partido Socialista construiu, com a humildade de reconhecer que não fizeram tudo bem e que cometeram erros, que não os orgulhavam. Mas, tinha orgulho, porque sabiam bem, e o João Nogueira dizia que não sabia se eram a décima ou a décima segunda ou a oitava ou a sétima, mas eramos, hoje, indiscutivelmente, a terceira cidade do país. E já o eramos há quatro ou cinco anos, indiscutivelmente. Por muitos motivos. Pelo contributo de muitas mulheres e homens, de vários partidos, naturalmente, não era isso que estava em causa. Mas a grande lógica que era preciso ali dizer, era que o património dos esqueletos, era que as duas obras mais emblemáticas daquele Executivo em cinco anos, foram o Fórum Braga e a requalificação do parque desportivo da Rodovia, eram nada mais do que isso. Requalificações de algo que existia, porque Braga teve um parque de feiras e

congressos há trinta anos, porque Braga teve um parque desportivo há vinte e cinco anos. Claro que o fulgor dos tempos obrigava à requalificação, mas dizer que herdaram grandes esqueletos e não terem o pingo de vergonha de assumirem que apenas tinham uma cidade que para governar lhes bastava fazer cosmética, era algo que também não era intelectualmente sério. E, portanto, queria deixar, ali, muito claro, aquela era uma opção que cabia a cada um, uma que defendia Braga, um projeto para o futuro, um projeto âncora que suportasse uma candidatura vencedora a capital europeia da cultura em dois mil e vinte e sete. Uma nova identidade, uma nova forma de fazer cidade, de ouvir mais, de dialogar mais, de auscultar antes do facto consumado, era essa a cidade que Ricardo Rio, durante muitos anos, defendeu e que se esqueceu, infelizmente, muito rapidamente, desde que assumiu a cadeira do poder. Mas havia três pessoas que naquele processo, achava que saíam muito mal vistas. Todos saíam. Todos aqueles que votariam contra e achava que o futuro se encarregaria de dizer, sobretudo, não por aquilo que era a ação, mas por aquilo que era a omissão, porque achava que se justassem para dialogar a Confiança, todos os que ali estavam, seriam se calhar duzentas pessoas, sairiam inúmeras ideias ótimas, exequíveis, capazes de dar o futuro à Confiança na esfera pública e capaz de ser a âncora e o motor para o desenvolvimento cultural que entendiam que pela sua tradição, pela sua identidade, pela sua história, podia e devia ser. Mas Ricardo Rio, que ao longo de tantos e tantos anos, defendeu a aquisição da Confiança e a reabilitação da Confiança e a sua manutenção como espaço de memória viva da indústria do concelho; Firmino Marques que durante tantos anos defendeu, também, aquela questão, enquanto Presidente da Junta de Freguesia de São Victor e o Professor Miguel Bandeira, por que tinha inúmero respeito pessoal, grande respeito pessoal, mas que ao longo dos últimos anos, no

seu exercício de Vereador da Câmara Municipal, contrariou, cegamente, aquilo que ouviu defender, ao longo de uma vida e de uma carreira académica. Os processos da Quinta das Portas. Os processos da descaracterização da rua vinte e cinco de abril. E, hoje, também, a venda da Confiança e o inevitável desclassificar e destruir e descaracterizar de um património que tinha tudo para ser um grande espaço de afirmação desta cidade, era algo que pudessem dar as voltas que quisessem dar, encontrar as justificações que quisessem encontrar, mas que ficaria, certamente, na história, como uma das decisões mais tristes e mais erradas da política autárquica Bracarense desde mil novecentos e setenta e seis. **O SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA, RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO**, tomou o uso da palavra para, antes de mais, dar uma nota muito simples de enquadramento e de justificação, caso alguns não conhecessem o Regimento da Assembleia Municipal, a Assembleia Municipal não era o espaço para o público interpelar o Presidente da Câmara Municipal. A Assembleia Municipal era o espaço para o público interpelar a Assembleia Municipal. A partir deste mandato todas as reuniões de Câmara Municipal eram abertas e quem se quisesse dirigir ao Executivo Municipal era, naturalmente bem-vindo na Câmara Municipal. Isso só para justificar a sua ausência, não voluntária, não forçada ao período inicial daquela Assembleia. Não estava a jogar cartas, nem a ver jogos de futebol. Esteve a representar o Município num compromisso que não podia adiar. Dito isso, aquele era um tema que, obviamente, suscitava algum entusiasmo, que motivava muita discussão, isso era tudo muito saudável. E, naturalmente, aquele era o momento em que estava certo e aquela Assembleia, com a decisão que esperava que tomasse naquele ponto, em que ia cumprir aquilo que todos desejavam, que era dar mais um contributo para salvar a Confiança. Mas salvar a Confiança não

numa perspetiva romântica, não numa perspetiva que alguns evocavam, até, de uma forma, diria, abusiva, de tentar vender a ideia de que pela pertença ao Município, pela manutenção daquele espaço como equipamento público, a Fábrica Confiança era o regressar ao passado e era o voltarem a ouvir as respetivas máquinas a funcionar, os cheiros dos sabonetes a exalarem por toda a rua Nova de Santa Cruz ou pela rua da Quinta da Armada e terem, outra vez, com aquele entusiasmo que alguns reviviam, porque a ela estiveram ligadas, enquanto colaboradores, enquanto fornecedores, enquanto utentes ou clientes da mesma, regressar àquilo que do ponto de vista industrial a fábrica representava. Isso esteve e estava sempre posto fora de questão e o que, obviamente, estava em causa era usar aquilo que existia, o pouco que existia do ponto de vista físico e o muito que existia do ponto de vista imaterial, para resgatar e valorizar essa memória e, obviamente, para conseguir concretizar outros objetivos, que não se cingiam àquele espaço físico mas que, também, tinha um enormíssimo impacto em toda a envolvente. E foi isso que o Executivo Municipal a que presidia, quis quando com uma visão muito pragmática que tinha que estar sempre assente na ação de quem ponderava as suas opções de quem tinha que gerir recursos não os esbanjando e não deixando faturas para outros pagarem no futuro, para tomar decisões e, obviamente, as tomar de uma forma conseqüente e útil, para a generalidade da população. E a pergunta que todos poderiam fazer era, de facto, como se poderia salvar a Fábrica Confiança? Achava que ao longo do tempo, foram ouvindo e registando várias lições e vários posicionamentos sobre essa matéria. Recuava até dois mil e onze, aquando o processo de aquisição da Fábrica para, por exemplo, enunciar aquela que foi a posição do Bloco de Esquerda e da CDU, sobre essa matéria. E essa posição foi clara, a salvaguarda da Fábrica Confiança não se fazia a qualquer preço. Foi, por isso, que votaram

contra a aquisição da Fábrica Confiança pelo Município, embora tivessem mascarado esse voto contra daquilo que era um, infelizmente, usual e rasteiro ataque à honra dos protagonistas que corporizaram esse negócio, e não podia deixar de reeditar as afirmações que, ali, foram feitas pelo Senhor Deputado Municipal Hugo Soares, porque a verdade era que o Bloco de Esquerda fez participações contra si, contra o Vereador Vítor Sousa e contra o Senhor Presidente da Câmara, ele próprio foi ouvido na Polícia Judiciária, com base nessas acusações, de que estariam a favorecer um interesse privado, com a aquisição da Fábrica Confiança. Os dados eram objetivos, eram uma forma muito pouco legítima e pouco leal de fazer política, mas que, infelizmente, era uma forma muito sistematicamente utilizada por esses mesmos protagonistas de forma muito, muito irresponsável. Não era, obviamente, corrupto, nunca o foi, nunca o seria e achava que essa forma, também, de gerir a intervenção pública, colocando nos outros o vexame da desonra pelas acusações insustentadas, era algo que devia ser, de uma vez por todas, erradicada da praça pública e, nomeadamente, daqueles que queriam credibilizar a atuação dos agentes políticos nacionais. Mas, em todo o caso, esses dois partidos disseram, fosse com essas acusações, fosse com base naquilo que foi o argumentário concreto, que três milhões e meio, à sua luz e à luz dos dados que tinham ao seu dispor, não deveriam ser gastos pela Câmara Municipal, para adquirir e salvaguardar a Fábrica Confiança. Era uma opção legítima, qualquer que fosse a fundamentação, mas, obviamente, definia uma baliza, de que não se deveria ultrapassar esse limite. Por outro lado, também cumpria lembrar, que a história da Confiança não começou em dois mil e onze. Não começou em dois mil e dezoito, quando pensaram em aliená-la. Não começou em dois mil e dezassete, quando discutiram, abundantemente, aquele tema no contexto das últimas

eleições autárquicas. Não começou em dois mil e treze, quando o próprio Executivo eleito, na altura, apresentava propostas próprias para esse tema no seu programa eleitoral. E não começou, sequer, em dois mil e três ou em anos anteriores. Mas a verdade era que havia períodos que importava ressaltar e esperava, caro João Nogueira, caro amigo, que tivesse percebido bem a mensagem da D. Conceição, era que quando ela lhe endossava aqueles quatro sabonetes que, ali, lhe levou, ela estava a reconhecer o seu esforço, a si, achava que não devia ter entregue nenhum, porque enquanto foi Vereador, o Partido Socialista não fez absolutamente nada para salvaguardar a Fábrica Confiança. E teve muitas oportunidades para o fazer. Houve várias discussões públicas. Houve vários movimentos cívicos. Houve vários contributos e disponibilidades apontadas pelo então Presidente da Junta de Freguesia de São Victor que, na altura, também, mereceria ser ouvido, como o atual e de serem atendidas as suas pretensões e as propostas por parte dos Executivos Municipais da altura. Mas a verdade era que nenhum desses contributos, nenhuma dessas disponibilidades da parte da sociedade civil ou da parte dos próprios proprietários, que se disponibilizaram para alienar à Câmara Municipal, de forma preferencial, face aos futuros investidores que vieram a adquirir o espaço, foram valorizados pelo Partido Socialista. Isso eram factos, não era algo que pudesse ser sequer rebatido por qualquer tipo de argumentário. Mas a verdade era que eram factos que podiam ser explicados e eram explicados e eram balizados e iria fazer, de seguida, aquilo que se calhar muitos pensariam que seria impossível de alguma vez acontecer. Mas, iria ler e agora poder-se-ia perguntar, porque não se tinha feito antes e porque se ia fazer agora? Era muito simples. A Câmara Municipal de Braga não iria adquirir um imóvel sem ter uma perspetiva de financiamento, para a sua recuperação e para o seu restauro. E tinha a consciência do que o

mais fácil, era adquirir o imóvel, o mais difícil era depois requalificar toda aquela imensidão de construção que iria custar muitos milhões de euros. E como surgiu, agora, uma janela de oportunidade no QREN, já tinham inscrito isso no Plano e Orçamento. Essas palavras foram apresentadas, ali, em sede de Assembleia Municipal, pelo então Presidente da Câmara, Engenheiro Mesquita Machado, que disse de uma forma, absolutamente taxativa, que a única justificação para o Partido Socialista avançar, para a aquisição da Fábrica Confiança, era a disponibilidade de fundos, era a oportunidade em sede de candidaturas a fundos comunitários, para gastar os tais muitos milhões de euros, que custava reabilitar todo aquele espaço. Aliás, uma posição, estava na ata e que poderia ser recuperada, mas que foi depois reforçada já alguns meses depois, já com o concurso de ideias a decorrer, pelo então Vice-Presidente da Câmara, Vítor Sousa que, seguramente, diria muita da bancada socialista, que não seria rotulado de senil, nem como algo o que ali ouviram naquela Assembleia num ato, verdadeiramente, vergonhoso. Dizia, na altura, o Vice-Presidente da Câmara, tinham agora muitas ideias, tinham muitos projetos, faltavam os fundos comunitários. E quando houvesse fundos comunitários avançaria o projeto para a reabilitação da Fábrica Confiança. A verdade, e isso, também, eram factos, ninguém podia desmentir, era que chegaram ao final de outubro de dois mil e treze, quando o então Executivo Municipal eleito tomou posse, o PS não tinha feito um único projeto, uma única candidatura a fundos comunitários, para reabilitar a Fábrica Confiança. Quando passaram para a alçada do Executivo Municipal da Coligação Juntos por Braga, tinham, também, ali, alguns momentos marcantes. Recordava, não estava escondido, nem era algo que os envergonhasse de forma alguma, que no seu programa eleitoral de dois mil e treze dizia que queriam construir o museu da cidade na Fábrica Confiança. Mas, curiosamente,

já em dois mil e catorze, poucos meses depois, um tema que chegou a ser equacionado e publicamente amplamente divulgado, foi que a Câmara Municipal estaria disponível, para entregar o edifício da Fábrica Confiança à Associação Académica da Universidade do Minho, para, aí, edificar a sua sede da respetiva Associação. Em dois mil e dezasseis, no mês de maio, e de forma que julgava, até, ao fundo daquela sala se conseguiria ver na capa do jornal “Correio do Minho”, numa entrevista ao Presidente da Câmara, dizia-se “Câmara de Braga admite vender Fábrica Confiança”. Não era na última página, não estava escondido no meio dos anúncios, estava na primeira página dum dos jornais mais lidos no nosso contexto. E, alguns meses depois, tinham vários ecos dessa posição pública da Câmara Municipal. Tinham artigos do socialista Jorge Cruz no mesmo jornal sobre perder a Confiança. Tinham artigos da responsável da Jovemcoop a questionar as dúvidas sobre essa intenção da alienação da Fábrica Confiança e tiveram, até, discussões intensas nos vários órgãos municipais, em particular na Câmara Municipal. Recordava-se da última reunião em que o Vereador Carlos Almeida o interpelou diretamente e lhe perguntou “vai ou não vai garantir que não vai vender a Fábrica Confiança?” e, no dia seguinte, o “Público”, noticiava “a fábrica centenária como Fábrica Confiança pode ir parar às mãos de privados”, porque na altura apresentou de uma forma clara, como voltou a fazê-lo em todas as ocasiões em que para tal foi interpelado, de que se não houvesse fundos comunitários, para reabilitar o edifício, equacionavam, claramente, a possibilidade de alienação. E até aceitaram, já em dois mil e dezoito, endossar ao Governo, às instâncias gestoras dos fundos comunitários, a reivindicação unânime de todo o Executivo Municipal, para que as verbas fossem reformuladas em sede de quadro de reprogramação do atual Portugal vinte vinte, e que se houvesse um reforço de verbas para a reabilitação urbana, para além daquelas

que lhes tinham sido concedidas no início e que alocaram a projetos que eram uma cosmética, que diria, extremamente útil para o futuro da cidade, o Fórum Braga e o Mercado Municipal, que estariam disponíveis para requalificar a fábrica. A verdade era que em sede de reprogramação essas verbas nunca vieram e assumiram aquilo que estava, duma forma absolutamente clara, também, no seu programa eleitoral, nessa altura. Queria dizer aquilo e queria enfatizar esse aspeto e todo esse historial, porque aquilo que ouviram ao longo das últimas semanas de que aquela era uma venda escondida, que era uma venda apressada, que era uma venda irrefletida, que não tinha sido ponderada, era nada mais, nada menos, do que uma verdadeira história do Pedro e o lobo, contada ao contrário. O Pedro avisou, avisou, avisou, avisou, avisou. E a verdade era que quando, finalmente, decidiu vender, o assunto da Fábrica Confiança tornou-se o mais importante ao nível do concelho. Até aí não houve debates, não houve petições, não houve propostas de classificação, não houve saraus culturais, toda a gente não fez, rigorosamente, nada das autarquias locais, aos partidos políticos, aos movimentos cívicos, sobre essa matéria. Era uma lógica absolutamente de bloqueio, de tentativa de resistência àquilo que era a necessidade de concretizar e de fazer algo para concretizar os objetivos que o Município tinha, também, sobre essa matéria. Era tarde, hoje, muito tarde, para poder reagir, face a uma decisão que foi ponderada, que foi refletida e que, obviamente, estava devidamente legitimada. E mais do que isso, obviamente que tinha que dizer que quem fazia o contrário, quem defendi o contrário, tinha muito pouca credibilidade e era, verdadeiramente, oportunista, no sentido político de que estava a tirar dividendos duma questão que não o tinha. Mas deixassem-no dizer-lhes, também, que aquele oportunismo não era circunscrito aos partidos políticos. Achava que, também, ali, era preciso olhar para a conduta de alguns e

dizer de uma forma muito clara o seguinte: “eu respeito muito, muito quem tem uma opinião sobre a visão do concelho, sobre as opções que se devem tomar em cada uma das áreas e que a defende de uma forma abnegada, mas respeito muito menos, bastante menos, aqueles que apenas mascaram de consciência cidadã os seus próprios interesses. E eu pergunto: será que o São Geraldo deixou de ser um processo prioritário, para o concelho, a partir do momento em que se afastou a hipótese de ser o brinquedo de alguns? É exatamente a mesma lógica que se está a passar em relação à Fábrica Confiança. Da mesma maneira que, reiterando e alinhando completamente com a opinião que aqui foi deixada pelo Deputado Municipal Hugo Soares, eu não respeito nada, mas mesmo nada, aqueles que extravasam a sua representatividade, que vivem numa bolha que julgam que representa todo o mundo à sai volta e que pior do que isso, vem fazer juízos morais sobre a conduta ou as opiniões de terceiros. Eu não acho que se possa confrontar aquilo que é a visão iluminada de quem tem uma posição com o rótulo seguidista que é atribuído a quem tem uma posição contrária. Aliás, não deixa de ser curioso, e isso, se calhar, na linha daquilo que era a conduta e as opções daqueles que tanto criticaram, alguns dos que aqui estão presentes, passa-se a tentar impor uma espécie de nova ditadura só que, agora, da minoria sobre aquilo que é a legítima representatividade dos órgãos eleitos, dos órgãos democráticos, que sofreram a escolha dos Bracarenses. E, quanto, a legitimidade, eu devo dizer, também, duas coisas. A primeira, é que no programa eleitoral da Coligação Juntos por Braga, estava escrito, porque nós não surgimos com surpresas, face àquilo que são os nossos compromissos, que a análise sobre o futuro da Fábrica e Saboaria Confiança, permitiria tomar uma decisão definitiva sobre as suas oportunidades de reabilitação ou a sua alienação, com vista ao financiamento de outras iniciativas culturais e patrimoniais, mas sempre

com a salvaguarda dos valores arquitetónicos e a criação do núcleo museológico da fábrica original. Da mesma forma que foi balizado pelo programa que sufragaram e que apresentaram aos eleitores de São Victor, que os representantes da Coligação Juntos por Braga, na Assembleia de Freguesia de São Victor, votaram a favor daquela alienação, contra a moção dos partidos da geringonça, nessa Assembleia de Freguesia, porque a verdade é que o programa que apresentaram aos eleitores dessa freguesia, dizia, exatamente, que iriam acompanhar de perto o processo da Fábrica Confiança, solicitando a dinamização deste espaço, mediante funcionalidade adequada e que preservasse com rigor a sua identidade. O Executivo Municipal cumpriu o Executivo de São Victor. Dito isto, há, claramente, uma clareza sobre aquilo que foram os fundamentos, sobre aquilo que foi a conduta do Executivo Municipal e a legitimidade com que tomou estas decisões. O que me leva à minha última questão nesta intervenção. É que, de facto, como é que se salva a Fábrica Confiança? Será que é com as múltiplas e diversificadas propostas que foram apresentadas pelo Projeto Braga Tempo, em dois mil e três, que eram várias? Será com as sugestões, também elas, muito distintas e muito heterogéneas, que resultaram do concurso de ideias, hoje, o Presidente da Junta de Freguesia de Gualtar foi um dos vencedores com o Projeto de Oríon, para criação desse espaço dum centro de ciência viva? Será que é com a entrega da Fábrica para sede da Associação Académica ou de outras estruturas juvenis, como foi equacionado, durante este período e, aparentemente, com alargado consenso? Será com a criação de um lar, como defende o Sr. Manuel? Será com a criação de uma creche, como defende a D. Maria? Será com a criação de um parque de estacionamento, como vi reivindicar, por estes dias, nas redes sociais? Será com a entrega e a extensão ao Braga Parque, para concretizar o alargamento da sua

superfície comercial, coisa que à luz do caderno de encargos, que está em vigor, caso esta alienação seja aprovada, não vai ser possível, porque está totalmente afastada? Ou será, até, permitam-me perguntar, com a incubadora de empresas, que era proposta pelo cidadão Ricardo Silva, em dois mil e onze, também ele, num artigo do “Correio do Minho”, em que defendia que a Fábrica Confiança era um espaço natural para criar condições de acolhimento, para jovens projetos de empreendedorismo, para fixar os jovens no nosso território em vez de os estimular a emigrar? São múltiplas as soluções, são múltiplas as possibilidades e, obviamente que só há uma resposta à minha questão. Só se salva a Fábrica Confiança, salvando-se a Fábrica Confiança. É isso que nós estamos a fazer, perante a insuficiência de recursos próprios, permitir que outros façam aquilo que nós não conseguimos fazer. E este caderno de encargos, esta proposta que está, hoje, aqui, em discussão, vem concretizar todos estes objetivos. Vem regenerar aquela zona. Vem preservar o que é possível preservar do ponto de vista arquitetónico. Vem garantir a valorização da memória e identidade da Fábrica Confiança. E vem, obviamente, contribuir para a ligação entre a Universidade do Minho e o centro da cidade, numa zona que é crucial para o desenvolvimento futuro de Braga. Apoiar esta opção, perceber que em Braga temos muitos projetos, de facto, prioritários e que nos devem unir a todos, no campo cultural e no campo patrimonial, não vale a pena, sequer, sair de São Victor para perceber que teremos nos próximos meses pela frente uma batalha crucial, essa sim, para o futuro da cidade em que espero todos estejam verdadeiramente unidos, que é a salvaguarda do parque eco monumental das Sete Fontes, para perceber que esta é uma decisão racional, esta é uma decisão clara, esta é uma decisão fundamentada e apoiar esta decisão é um voto de confiança”. Seguiu-se a intervenção do Sr. Deputado do Bloco de Esquerda,

ANTÓNIO MEIRELES DE MAGALHÃES LIMA, para dizer que só ali foi, porque o Sr. Presidente da Câmara resolveu apoiar o Sr. Deputado Hugo Soares. Queria dizer ao Sr. Presidente da Câmara, que não era propriamente o sócio mil quinhentos e trinta três do Sporting Clube de Braga. O Sporting Clube de Braga anunciou o interesse de comprar o parque desportivo de Fão, por quatro milhões de euros. E o Sr. Presidente da Câmara, metia quantos milhões de euros no Sporting Clube de Braga e na SAD? Mas para a Confiança não havia. E, depois, o Sr. Presidente da Câmara não podia atirar areia para os olhos de quem estava a ouvir, que até bateram palmas, porque aquilo que ele e a sua camarada do Bloco de Esquerda defenderam na altura da compra da Confiança, foi que, de facto, face aos pareceres técnicos que tinham, o valor estava exagerado. E sabiam, perfeitamente, que o valor de um prédio que se comprava era atribuído de acordo com o que se podia lá fazer. O Sr. Presidente da Câmara autorizou que o prédio que estava à entrada do Arco da Porta Nova, primeiro prédio quem entrava em Braga, tivesse mais um andar. Claro que valia mais que o anterior, porque tinha menos um andar. A Fábrica Confiança também ia a mais, conforme aquilo que lá for feito. Eventualmente, o Sr. Presidente das Câmara sabia o que lá iria ser feito. E, por isso, defendia esse valor. “Nós não sabemos, porque o Sr. Presidente da Câmara sonega informação. E mais, o Engenheiro Mesquita Machado pura e simplesmente não passava cartão. Ele decidia e a gente falava e ele estava decidido. O Sr. Presidente da Câmara faz a mesma coisa, falando muito, podia ao menos poupar o tempo. Não justificou nada. E veio dizer vendo, porque vendo”. Registou-se outra intervenção pelo **Sr. Deputado do P.S., JOÃO ANTÓNIO DE MATOS NOGUEIRA**, para dizer que o Sr. Presidente da Câmara, num tom jocoso, alterou o verdadeiro sentido que quis dar à oferta que lhe fez, em nome de uma trabalhadora. Queria clarificar isso. Dizer-lhe que essa

*Senhora que passou quarenta anos a trabalhar naquela Fábrica, que guardou aqueles sabonetes, que eram uma obra de arte e que queriam que ele junto de quem, neste momento, podia decidir do futuro daquela fábrica, os visse e tivesse em atenção, para aquilo que era a memória de quem lá trabalhou e a memória daquele espaço. “Naturalmente, brincamos como queremos, mas há uma coisa que acho que para a dignidade de um Presidente de Câmara da terceira cidade do país, tentar alterar isto e brincar, e eu até lhe aceito as brincadeiras, mas estamos perante um caso muito sério, acredite. Porque, no futuro, os epítetos que vão dar àqueles que, efetivamente, decidiram sobre esta questão, vão ser algo que vão marcá-los para a vida toda. Este tempo é de agora. Mas no futuro, o tempo tem longos anos e onde as pessoas poderão tirar as suas ilações. Há um bocado o Sr. Presidente falou, aqui, numa história do Pedro e do lobo, sobre a questão da Confiança, e brincando consigo, também, já que brincou comigo, direi que isto se assemelha a um filme que é “O bom, o mau e o vilão”. O Senhor fica com o papel do bom. O Professor Miguel Bandeira e o Dr. Firmino Marques, que escolham o papel de mau e de vilão”. Posta à votação foi a referida proposta aprovada com quarenta e quatro votos a favor e vinte e nove votos contra. A Sr^a. Deputada da C.D.U., **BÁRBARA SECO DE BARROS** apresentou uma **Declaração de Voto**, referindo que, hoje, de facto, havia que lamentar aquela votação, mas se, por um lado, ficava na memória de Braga, que houve um dia a Fábrica Confiança na mão da Câmara e o Sr. Presidente da Câmara ficará, também, associado, naturalmente, associado a essa história, de quem esteve na dianteira e tomou a dianteira dessa compra, mas ficará, também na memória, e esta não precisava de paredes, não precisava de edifício, não precisava de caderno de encargos, esta memória ficaria para sempre, enquanto o Presidente da Câmara que vendeu a Fábrica Confiança. Mas, sobre lições, que o Sr.*

*Presidente da Câmara tentou dar aos eleitos, ali, achava que ficava claro para todos e mesmo ao que respondeu ao público, que a falta de respeito, a falta de democracia e aquilo que tinha para aprender, ficava deste lado, não ficava, de quem, hoje, exerceu, de facto, democracia que foi o público que, corajosamente, foi emitir as suas opiniões, ali, e era aí que o Sr. Deputado Hugo Sores se enganava, porque enquanto uns foram dar a sua opinião acerca do quem entendiam ser um processo e uma decisão unilateral, outros foram colocar em causa a honra...”Sr. Hugo Soares eu nem sequer me vou dignar a responder, porque passou de qualquer forma esta Assembleia a conversar com os seus colegas e a conversar com o Presidente da Câmara em vez de ouvir quem aqui está a intervir. Portanto, de si, eu, de facto, não levo, não admito, nem quero nenhum tipo de lição, porque consigo eu só aprenderia, de facto, a ser autoritária e ditadora e isso não me assiste, pode ter bem a certeza. E julgo que quem, aqui, veio dizer que não respeita quem, aqui, defendeu a Fábrica Confiança, foi o Sr. e foi o Sr. Presidente da Câmara. Não fui eu, não foi ninguém de quem votou a alienação. Portanto, a lição de democracia que, aqui, foi dada, não foi dada por vocês”. A **SR^a. PRESIDENTE DA MESA** referiu que a seguir às declarações de voto, se assim o entendessem, iria reunir a Comissão de Líderes, para marcar a continuação daquela sessão. Mais uma **Declaração de Voto** foi registada, agora pelo **Sr. Deputado do P.S., JOSÉ EDUARDO GOUVEIA DA SILVA PINHEIRO**, que disse ser, hoje, de facto, um dia triste, até pela forma como a cidadania foi, ali, amplamente desrespeitada, o carácter de algumas pessoas foi altamente atacado, fizeram-se, ali, coisas que desprestigiavam, em muito, o conceito de cidadania. Hoje celebrava-se mais um aniversário da República e achava que se, hoje, evocavam, ali, quem morreu por Portugal, achava que devia haver algumas pessoas que se sentiam envergonhadas por aquilo que se passou*

*ali hoje, em termos políticos e quão baixo, quão vil e quão vergonhoso foram os argumentos de alguns membros daquela Câmara. Mas, hoje, também era um dia triste, porque, mais uma vez, se decidiu alienar e destruir um património que era de todos. A Confiança era muito mais do que quatro paredes e muito mais do que uma representação, três, aliás, o caderno de encargos só previa a preservação de três fachadas, daí que fosse obrigado a dizer que a Confiança era muito mais do que quatro paredes e era muito mais do que a recriação de uma chaminé e era muito mais, nunca ninguém pediu, outra vez o cheiro a sabonete na rua Nova de Santa Cruz. As pessoas pediram dignidade pela memória das pessoas que trabalharam na Fábrica Confiança, pela memória das pessoas que trabalharam em São Victor, em Braga e que construíram a cidade como, hoje, a conheciam. Iriam continuar a preferir idolatrar líderes do passado, que se serviram da cidade há dois mil anos e esquecerem-se de quem construiu a memória recente da cidade que hoje a conheciam. Portanto, hoje, era mais um dia triste, era mais uma machadada no património, na história da cidade de Braga, na história dos Bracarenses e na história de São Victor, também. Ficaria na história aquele momento. O PS fez tudo aquilo que estava ao seu alcance e continuaria a fazer em defesa daquele património. Porque se o Sr. Presidente da Câmara alegava e se escudava no seu caderno eleitoral, o PS defendeu, também, que a Confiança deveria preservar-se nas mãos da Autarquia. Também eram coerentes nisso. E eram coerentes na defesa daquilo que era o património da confiança dos seus eleitores. E, hoje, se houve alguém que perdeu o património e confiança, foi o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Braga e a Coligação Juntos por Braga. A palavra foi dada à Sr^a. **Deputada do Bloco de Esquerda, MARIA ALEXANDRA NOGUEIRA VIEIRA**, para, noutra **Declaração de Voto**, saudar os cidadãos, ali presentes, todas as associações que se envolveram naquele movimento e naquela*

plataforma de cidadania que lutou e que iria continuar a lutar, tinha a certeza, pela salvaguarda da Confiança. Gostaria de saudar, também, as forças políticas PS e CDU que, discordando, em alguns momentos e de forma visível, como foi possível verificar naquela Assembleia, conseguiam consensos necessários, quando valores mais importantes e mais altos surgiam e ocorriam. Lamentavam, no Bloco de Esquerda, que a opção continuasse a ser escrever a página negra, a página trágica na história desta cidade. A **SR^a. PRESIDENTE DA MESA** pediu aos líderes que se aproximassem para decidirem a continuação da Assembleia. Informou, então, que a continuação daquela Assembleia, seria no dia dezasseis, terça-feira, vinte e uma horas, naquela local. De qualquer maneira, seguiria a comunicação. **APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA:** A Assembleia Municipal deliberou aprovar a ata em minuta, para produzir efeitos imediatos, na parte respeitante aos pontos um e dois de conformidade com o disposto no número três, do artigo quinquagésimo sétimo, da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro. **ENCERRAMENTO:** À uma hora e quarenta minutos, a Senhora Presidente da Mesa deu por encerrados os trabalhos desta sessão de quatro de outubro, de que, para constar, se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelos membros da Mesa.

REUNIÃO DE 16 DE OUTUBRO DE 2018

*No dia dezasseis de outubro de dois mil e dezoito retomou-se a sessão do dia quatro de outubro de dois mil e dezoito, nesta cidade de Braga, no Auditório do Fórum Braga, pelas vinte e uma horas, sob a Presidência da Senhora Hortense Lopes dos Santos, com a assistência do Senhor Serafim Figueiral Rebelo, como Primeiro Secretário e do Senhor João Manuel Tinoco Ribeiro da Silva, como Segundo Secretário. **MAIORIA LEGAL - A SENHORA PRESIDENTE DA MESA** comunicou que havia quórum, tendo-se verificado a presença de setenta e dois membros. **ESTIVERAM PRESENTES OS SEGUINTE MEMBROS:** João Alberto Granja dos Santos Silva, Filomena Maria Beirão Mortágua Sousa Freitas Bordalo, Hugo Alexandre Lopes Soares, Américo dos Santos Afonso, Bento Duarte da Silva, João Filipe Monteiro Marques, Maria Angelina Pinto Rodrigues, João Orlando Travassos Freitas Alcaide, Rui Nuno Gonçalves Marques, Maria Manuela de Freitas Marques, José Raúl de Oliveira Rodrigues, João Diogo Fernandes Ferreira, João Miguel Ribeiro Lemos de Medeiros, Ana Leonor Pizarro Bravo da Silva Pereira, Ricardo Machado de Azevedo, Gonçalo Nuno Lopes de Castro Pimenta de Castro, Pedro Morais Mesquita Borges de Macedo, Mário Manuel Gonçalves Rodrigues, Fausto Alves Farinha, Paula Julieta Ramada Ferreira Caramelo, Pedro Miguel Pereira de Sousa, João António de Matos Nogueira, Cláudia Patrícia Serapicos Alves, José Eduardo Gouveia Silva Pinheiro, José Miguel Ferreira da Silva, Emiliano Renato Araújo Novera, Marta Filipa Azevedo Ferreira, Pedro Filipe Magalhães Roriz, Sandra*

Raquel Rodrigues Ribeiro, Bárbara Seco de Barros, João Jorge Ferreira Baptista, Paula Maria de Azevedo da Cunha, Marcos Manuel da Silva Couto Oliveira, António Meireles de Magalhães Lima, Maria Alexandra Nogueira Vieira, Pedro Manuel Palha Pinto, José Manuel Ribeiro Afonso, Manuel Jorge Miranda Pereira, João José da Costa Pires, Manuel Jorge Costa Pires, Ricardo Jorge Pereira da Silva, José Oliveira da Silva, Manuel Gomes de Oliveira, Orlando Vieira, Fernando Alberto Oliveira Costa e Silva, Filipe Vaz Alves, João da Silva Oliveira, Manuel António Veiga de Carvalho, João Manuel Faria da Costa, Marco Paulo Ferreira de Oliveira, João Paulo de Carvalho Vieira, Augusto Vieira de Carvalho, Sérgio Filipe de Sá Antunes Oliveira, Manuel da Silva Dias, Adélia de Jesus Gonçalves da Silva, José Magalhães Soares Gomes, Manuel de Azevedo Martins, Maria Goreti Sá Maia da Costa Machado, João Lamego Moreira, Miguel António Carvalho Soares, Maria José Fernandes Borges, Israel Clímaco Martins Barbosa Araújo Pinto, Francisco Manuel Pereira da Silva, José Fernando Ferreira Vilaça, Mário José Reis Veiga, João Carlos Fernandes da Rocha, Maria Elizabete Marques da Silva, Manuel Pereira de Faria e Marcelino Moreira de Sá.

SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE MANDATO: *A Assembleia, em face dos pedidos apresentados, deliberou aceitar a suspensão de mandato dos seguintes membros: Maria do Pilar Araújo Teixeira, Maria Ester da Silva Taveira, Natacha Sofia Miranda Fontes, Paulo Alexandre Lopes de Carvalho Viana, Tânia Correia da Cruz, Fernando Manuel Martins Viana, José Augusto Gonçalves Ferreira, Carlos André da Silva Alves de Sá, Fernando Manuel Gonçalves Sá Menezes, António Joaquim Tavares Fidalgo, Catarina Lourenço Ribeiro, Márcio Alexandre Martins Ribeiro, Maria Helena Fernandes Teixeira, Victor Bruno Machado Ferreira, Carla Maria da Costa e Cruz e Pedro Miguel Rodrigues Simões Casinhas.*

FALTARAM OS

SEGUINTE MEMBROS: José Pedro Gomes Bastos, Carmino João Costa Soares e Paulo Manuel Vilaça Ferreira. A **SR^a PRESIDENTE DA MESA** cumprimentou todos os presentes e disse que se iria retomar a Assembleia iniciada no passado dia quatro de outubro. Passou-se de seguida à continuação da apresentação da **ORDEM DE TRABALHOS: PONTO NÚMERO TRÊS – CEDÊNCIA DO DIREITO DE SUPERFÍCIE DE PARCELA DE TERRENO AO SPORTING CLUBE DE BRAGA – CIDADE DESPORTIVA**. Submete-se à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal, a proposta do Executivo Municipal, aprovada em reunião de dezanove de setembro do ano em curso, relativa à cedência do direito de superfície de parcela de terreno, sita na Avenida do Estádio, da União de Freguesias de Real, Dume e Semelhe, por um prazo de setenta e cinco anos, ao Sporting Clube de Braga, que se dá por reproduzida e transcrita e vai ser arquivada em pasta anexa ao livro de atas. Aberta a discussão, passou a usar da palavra o **Sr. Deputado do B.E., ANTÓNIO MEIRELES DE MAGALHÃES LIMA**, para dizer que a intervenção que iria fazer de seguida era um bocado dirigida ao decisor mor daquelas questões, que não chegou, ainda, de qualquer forma, em todas as circunstâncias poderá sempre utilizar o seu direito de defesa. Estava a dizer que a sua intervenção estava feita na base ou no pressuposto de que o Sr. Presidente da Câmara estivesse ali e assim sentia que ele não poderia exercer o seu direito de defesa, mas alguém exerceria por ele, que era o costume. Não sabia se estava público presente, em todo o caso foi abordado na rua por um sócio do Sporting Clube de Braga e para evitar equívocos devia dizer que não era sócio nem do Sporting Clube de Braga, nem de nenhum clube de futebol. Foi sócio fundador do Futebol Clube de Gandarela e até ficou com alguns ciúmes do Deputado Pedro Sousa, porque viu na inauguração do terreno de jogo e ele não foi convidado. Foi fundador do

Hóquei Clube de Braga e foi sócio do Académico Clube de Braga, portanto deixou o Académico, para fundar o Hóquei Clube. Tirando essas ex filiações clubísticas, não tinha outras. Isso para que não restassem dúvidas. Discordava um bocado do título que foi dado àquele ponto da ordem de trabalhos, porque, de facto, não era a alienação de uma parcela de terreno, ou seja, havia lá edificado, portanto não era uma parcela de terreno. “Vergonha. Vergonha é o que todos os membros desta Assembleia Municipal devem sentir se vier a ser aprovada a proposta de cedência ao Sporting Clube de Braga da piscina olímpica e dos terrenos anexos. Eu sentir-me-ei envergonhado e, desde já, peço desculpa aos eleitores do Bloco de Esquerda, que me elegeram. De facto, é bem difícil remar contra esta maré avassaladora, que transmite para cliques e claques o património que a todos nós custou a adquirir. Este Executivo Camarário, já demonstrou que anda sem rumo. O poder ofuscou-o de tal modo, que têm pressa de fazer tudo o que não devem e deixam para as calendas gregas aquilo a que deviam dar prioridade, nomeadamente tudo o que entendiam que o Executivo anterior não fez ou fez mal. Mas não. A única pressa é passar a trocado o património municipal, Confiança incluída, para pagar festas e festinhas e praias à sobra da Câmara. Vamos pedir-vos Senhores membros da Assembleia Municipal que na falta do chinesinho limpa o pó, nos tentem explicar as seguintes perplexidades: vamos votar nesta Assembleia Municipal o arrendamento do campo de futebol de Espinho pela Câmara Municipal de Braga, para o colocar ao serviço do interesse público, mediante uma renda de três mil euros anuais, duzentos e cinquenta euros por mês. O Sporting Clube de Braga paga de renda pelo estádio e zona envolvente, quinhentos e cinquenta e cinco euros. A Câmara Municipal de Braga gasta cento e cinquenta mil euros na manutenção do estádio onde joga o Braga. A Câmara Municipal de Braga paga centenas de milhar de

euros nos contratos-programa que celebra com o Sporting Clube de Braga. Conseguem mostrar a lógica desta situação? Continuando, a dívida bancária contraída para a construção do estádio municipal absorve sete vírgula cinco milhões de euros ano. O Município de Braga foi condenado a pagar quatro milhões de euros por obras no estádio. O consórcio que construiu o estádio reclama mais dez milhões de euros em processo que se encontra em apreciação no Supremo Tribunal de Justiça. O Sr. Presidente da Câmara diz que não tem dinheiro para pagar a dívida do estádio. O Sporting Clube de Braga pretende comprar o centro desportivo de Fão por uma verba na ordem dos quatro milhões de euros. Em linguagem futebolística, eu diria que belo golo. O golo é lindo, mas não cheira bem. Sabemos que o Executivo Municipal não fica nada bem no meio de tanta embrulhada. O que não sabemos é se a culpa é do sócio número mil quinhentos e trinta e três do Sporting Clube de Braga, que anda a tramar o Sr. Presidente da Câmara, ou se é o Sr. Presidente da Câmara que quer ser simpático com o sócio número mil quinhentos e trinta e três. Curiosamente, o sócio número mil quinhentos e trinta e três, depois de ser eleito Presidente da Câmara, em outubro e dois mil e treze, antes da eleição para a Direção do Braga, dizia só o seguinte e passo a citar: “poderá o futuro Presidente do Braga, António Salvador, contar com a colaboração contínua, justa e responsável do futuro Presidente da Câmara de Braga, mas, sobretudo, do sócio mil quinhentos e trinta e três do clube”. Continuamos com dúvidas. Não sabemos se o do sócio mil quinhentos e trinta e três está a apoiar o Presidente do Sporting Clube de Braga. Em todo o caso, estamos certos que o Sr. Presidente da Câmara o está a apoiar e de que maneira, com o património que é de todos os Bracarenses. Também não sabemos se o apoio seria o mesmo se o Presidente do Braga fosse outro. De facto, o apoio do Sr. Presidente da Câmara e do sócio mil quinhentos e

trinta e três foi prometido ao António Salvador, mesmo antes de se esgotar o prazo para os sócios do Braga apresentarem listas para direção do clube. Ou seja, podia haver outros candidatos. Não se percebe porque é que o Sr. Presidente da Câmara, que já era Presidente eleito, tinha que apoiar o Sr. António Salvador. Para além disso, é mais do que evidente que com as doações e cedências, a Câmara Municipal de Braga favorece em primeira linha a SAD do Braga. E o facto, os milhões de euros que as atividades ligadas ao futebol profissional geram vão direitinhas para Sociedade Anónima Desportiva. Sociedade que como todos sabem, proporciona chorudos lucros aos seus acionistas e outros investidores. Não será por acaso que na Direção do Sporting Clube de Braga e na Administração da SAD encontramos os mesmos nomes. Não os escrevo, ia lê-los, mas nem sequer os vou ler. São do domínio público, mas são exatamente os mesmos. Ou seja, pondo a SAD e o Clube são as mesmas pessoas. Por tudo quanto referimos e pelo que se compreende do exposto, o Bloco de Esquerda vai votar contra a proposta do Executivo Municipal e providenciará para que os negócios entre o Executivo e o Sporting Clube de Braga sejam sindicados. Refere-se, ainda, que os quatrocentos mil euros para o polidesportivo do Bairro de São José, são apenas areia para os olhos dos munícipes. São quatrocentos mil euros sem pavilhão e pelo dobro do tempo. Em São José há apenas um pequeno rinqe, rinqe construído em terreno junto ao aqueduto das Sete Fontes, sem qualquer possibilidade de ser transformado num pavilhão. Portanto, não percebemos esta afirmação de que vai ser construído um pavilhão no polidesportivo de São José, não há lá nenhum polidesportivo, há um mini rinqe com madeira a toda a volta. Não me vai dizer que vai lá construir um pavilhão de oitocentos metros quadrados”. Registou-se a intervenção do **Sr. Deputado do P.S., JOÃO ANTÓNIO DE MATOS NOGUEIRA**, para dizer que

aquele assunto que, hoje, os levava, ali, à discussão, era, naturalmente, um epílogo que diria que do mal o menos. Era o epílogo de uma série de equívocos que levaram quase, não diria as duas comadres a estarem de costas voltadas, mas foi uma cena que diria triste, até para o Município, que a Câmara Municipal de Braga e um dos seus mais dignos representantes estivessem de costas voltadas, por uma coisa que consideravam que era, apenas, uma situação mal resolvida, mas que, finalmente, teve uma solução. Naturalmente, os contornos dessa solução, levarão a que o Partido Socialista se vá abster, porque entendiam que as coisas não ficaram devidamente explicadas e nunca se soube quem enviou os mails, quem recebeu os mails, o que diziam os mails. E isso levou, sempre, a alguma suspeição, não da sua parte, mas, também, das pessoas que ali representavam e que eram os eleitores de Braga. Depois de um péssimo serviço, onde não havia ponto de encontro, aquele era o ponto de encontro para uma situação que achavam que devia ser resolvida a contento de todos. Pelos vistos estava a contento da Câmara, a contento do Sporting Clube de Braga e, ali, não se colocavam aquelas questões que eram motivo de objeção da sua parte. Por isso, daí se absterem na votação daquele ponto. Gostava de alertar para o seguinte: o polidesportivo que estava na mira de uma cobertura, chamava a atenção para que, já no passado, e dizia isso com algum à vontade, a tentativa de cobrir aquele polidesportivo levantou uma reação muito enérgica e negativa por parte dos moradores. A cobertura daquele espaço iria criar um impacto visual enorme, numa zona densamente povoada que, por certo não agradaria aos seus moradores. E, por outro lado, também achava que quatrocentos mil euros não davam para se proceder à respetiva cobertura e era importante que a Câmara fizesse as suas contas, porque de pouco de aproveitaria naquele espaço, a não ser o terreno. E mesmo esse, com sérias limitações, no que dizia respeito ao

estacionamento, no que dizia respeito à utilização, acesso não só de quem lá ia jogar, mas, também, de quem poderia ir assistir. Portanto, alertava para que o entendimento a que foi possível chegar, não se fosse tornar num pesadelo, para aqueles moradores, porque o que, efetivamente, iria ficar, e depois iriam ver as contas, o que se aproveitava daquele espaço era tão somente o terreno. E era um terreno que não dispunha de área suficiente, para estacionamento e, também, para a extensão que a construção de um pavilhão desportivo obrigava. Porque não era só os quarenta metros por vinte, eram os quarenta metros por vinte como terreno de jogo, mais laterais, mais balneários, mais algumas bancadas e mais alguns espaços de circulação à volta dessa infraestrutura. “Portanto, alerta para isso e desde já decidir que o dinheiro vai para isso, acho que é, por parte da Câmara, deixam-me usar o termo, para aquecermos isto, uma leviandade que, efetivamente, não aproveitará a ninguém”. Interveio depois a **Sr^a. Deputada da C.D.U., BÁRBARA SECO DE BARROS**, para dizer que: “Está em discussão, de novo, a cedência de direito de superfície relativa à parcela de terreno da inacabada piscina olímpica. É conhecida a posição e o empenho da CDU em encontrar uma solução viável para aquela infraestrutura abandonada. Aliás, aquilo que hoje estamos aqui a votar prende-se muito mais com essa decisão, do que propriamente com outro tipo de contrapartidas. Recorde-se e é por isso que estamos, aqui, sem qualquer tipo de vergonha e assim continuaremos a estar neste processo, que foi por proposta da CDU que se incluiu esta parcela nas negociações então travadas com o SCB a propósito do projeto para a sua academia desportiva. Com esta proposta evitámos que fossem ali construídas novas edificações de grande impacto, previstas no projeto inicial, e, fundamentalmente, contribuímos para a solução de reaproveitamento do projeto inacabado da piscina olímpica, parado e sem soluções há mais de uma década.

*Esta foi, sem margem para dúvidas, a mais importante contrapartida para o município no âmbito do desenvolvimento da academia desportiva do SCB. Não podemos, no entanto, deixar de lembrar e exigir que se cumpram em pleno as restantes. Aguardamos, por isso, a concretização do circuito de manutenção público, aberto à comunidade, bem como o desenvolvimento dos programas de apoio e incentivo à prática desportiva por crianças e jovens oriundos de famílias mais desfavorecidas. Sabemos e reconhecemos a relação difícil mantida a nível nacional entre o poder político e os clubes de futebol. Não faltam exemplos, ao longo dos tempos, de promiscuidade um pouco por todo o país, incluindo em Braga. O registo histórico não é nada abonatório. Sabendo que a posição mais confortável nesta matéria seria ficar de fora dela, quisemos, apesar disso, contribuir sempre para preservar da melhor maneira o interesse público, que evidentemente não passa apenas pelos interesses do clube. Temos noção, por isso, do que comporta apoiar projetos desta dimensão, sem que se coloquem em causa valores como a transparência, seriedade ou equidade. Foi essa a postura que mantivemos durante todo o processo, quando fomos ouvidos, o que nem sempre aconteceu. Reafirmamos aqui, mais uma vez, o nosso compromisso com o interesse público e alertamos para o cumprimento cabal de todas as contrapartidas colocadas. Estamos atentos e não deixaremos de exigir a abertura deste projeto à comunidade, pelo acesso generalizado das populações à prática e fruição desportivas. Seguiu-se a intervenção o **Sr. Deputado do P.S.D., JOÃO FILIPE MONTEIRO MARQUES**, para dizer que iam, também, ali, tal como disse a CDU, de consciência completamente tranquila e queriam, desde já, dizer que a solução que se acabou por encontrar para aquele grave problemas que herdaram, aquele, podia-se mesmo dizer, que era um esqueleto de betão armado que herdaram e, infelizmente, também, tiveram que resolver, felizmente, agora,*

tinham uma solução minimamente coerente, aliás, como já viram, até, pelas intervenções do Partido Socialista, era uma solução que, podendo não ser unânime, como, também, já viram ali na Assembleia Municipal, era, pelo menos uma solução de recurso com qualidade e, pelo menos, indicativa de um futuro para aquele espaço e para outros equipamentos do concelho que até ali, pura e simplesmente, não existiam ou não existiriam. Aquilo começou, de facto, por, utilizando os tempos verbais à sua maneira, perdoassem-lhe a liberdade, com um pretérito mais que imperfeito, porque começara, de facto, com uma obra megalómana, completamente irrealista, que o tempo veio a provar que, infelizmente para a cidade, infelizmente para os cofres da Autarquia, para os bolsos dos cidadãos, se revelou num desastre financeiro. Era caso para se dizer que, eventualmente, teríamos, mesmo o aterro mais caro do país, se não do mundo e isso não o dizia com nenhum tipo de alegria. Era, de facto, triste para a cidade que tivessem gasto mais de oito milhões de euros, para conseguir nada, rigorosamente nada e, portanto, só poderia saudar uma solução que, apesar de tudo, acabava por salvaguardar o interesse público, que era isso que era fundamental e que acabava, também, por trazer uma solução, para uma ruína. Julgavam que, ali, tinham o seu papel, enquanto Deputados Municipais, enquanto Vereadores, de velar pelo património, de velar por algumas ruínas que mereciam essa mesma proteção, mas havia outras ruínas, que mereciam um tratamento, infelizmente, mais radical e que mereciam, sobretudo, soluções. Julgava que era isso que se lhes apresentava, hoje, era uma hipótese de solução para um espaço que estava, infelizmente, ao abandono e que foi, assim, infelizmente que a história lhes legou e não diziam só como Coligação Juntos por Braga, como Partido Social Democrata, como Executivo Camarário, diziam-no, também, como cidadãos, como Bracarenses. E, portanto, tendo aquele pretérito mais que

imperfeito no início do processo, tinham, agora, um presente indicativo de que haveria, finalmente, uma solução para aquele espaço e desejavam, que o futuro que aí vinha, consagrasse, efetivamente, aquela compatibilização de interesses. Por um lado, terem um espaço, finalmente, com alguma dignidade, junto ao estádio municipal de Braga. E, por outro, também, oferecer à cidade, oferecer ao concelho, aos munícipes, uma solução que lhes permitisse usufruir de um novo espaço desportivo e de um novo equipamento, sem prescindir de dizer, sem qualquer tipo de pejo, ou sem qualquer tipo de condicionalismo, que quanto às vertentes mais críticas ou aspetos menos conseguidos ou, eventualmente, menos conseguidos numa solução futura, tivesse e tinha a certeza que a Câmara Municipal teria esse à vontade e essa perceção, de que era preciso olhar para aquele espaço de uma forma especial e, como já disse, ali, o Deputado João Nogueira, perceber, exatamente, quais eram os constrangimentos e os eventuais problemas que pudessem surgir dessa mesma solução. Aquilo que tinham a dizer e, por isso, votariam favoravelmente aquela proposta, hoje, ali, naquela Assembleia Municipal, era que, apesar de tudo, chegaram, então, a uma solução positiva para a cidade. Consideravam que as contrapartidas eram indicadas e, aliás, queria dizer que aí, tanto do ponto de vista partidário, como do ponto de vista pessoal, já defendeu isso no passado e continuava a defender, acharia estranhíssimo que não conseguissem chegar a uma solução que compatibilizasse todos aqueles interesses. E, felizmente, foi o que aconteceu, não havia razão nenhuma quer por parte da Autarquia, quer por parte do Sporting Clube de Braga, para não chegar, justamente, àquela solução compatibilizadora dos diferentes interesses que estavam em causa. Portanto, julgava que não era, seguramente, o sócio do Sporting Clube de Braga que teria incompatibilidades com o Presidente da Câmara Municipal de Braga, para chegar àquele tipo de

*soluções e não via, aí, nenhuma vantagem em enaltecer o papel do Dr. Jekyll e do Mr. Hyde, consoante fosse o sócio do Sporting Clube de Braga ou o Presidente da Câmara Municipal de Braga, porque o que, ali, deviam avaliar era se tinham ou não tinham salvaguardado o interesse público. E, isso, parecia-lhe claro e óbvio. E o Dr. Jekyll e do Mr. Hyde, que tinham à sua frente, Dr. Ricardo Rio, conseguia, mais uma vez, uma solução para uma ruína e era isso que queriam enaltecer e dar, mais uma vez, não diria um presente, porque não se tratava de dar presentes, tratava-se de dar soluções e que, felizmente, também, obtiveram contributos e, felizmente, também, aí, a oposição teve a capacidade de ir ao encontro dessas mesmas soluções, de apresentar, algumas delas, e que foram acolhidas, justamente, nesse espírito democrático que tinham e que fomentavam, ao contrário do que, por vezes, aí se dizia. E, portanto, conseguiram, mais uma vez, ouvir, conseguiram, sobretudo, mais uma vez, agir. Felizmente, tinham uma boa solução para a cidade, tinham uma boa solução para o Sporting Clube de Braga e tinham uma boa solução para o futuro. E era disso que se iriam recordar. A palavra foi dada ao **SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA, RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO**, para dar quatro notas muito breves sobre aquele processo. A primeira para dizer que o Centro de Formação Desportiva do Sporting Clube de Braga, a Academia, assim chamada, também, era um projeto não apenas de interesse estratégico para o clube e uma grande mais-valia para o clube, mas, também, para a cidade e, inclusivamente, assim foi classificado pelo Governo Português em funções, um projeto de interesse nacional. Era um projeto que vinha promover a regeneração de uma zona que estava votada ao abandono, que vinha criar infraestruturas desportivas que serviam milhares de jovens na prática das mais diversas modalidades e, obviamente, criar as condições para que, também, uma*

coletividade que era das mais importantes do nosso território, tivesse condições de sustentabilidade, para a sua atividade futura. Só por si, aquele era um projeto que mereceria, sempre, de ser acarinhado por aquela Assembleia, pela Câmara Municipal e por todos os Bracarenses. E, obviamente que era um projeto que se completava, era um projeto que se enriquecia, quando além das dimensões que já, hoje, estavam concluídas, dos vários campos de futebol que estavam colocados já na primeira fase da Academia, das valências sociais e de apoio para o funcionamento da Academia, que já existiam nessa mesma infraestrutura inicial, se criarem, também, condições para a prática de outras modalidades, para o colhimento residencial dos jovens da formação, para, também, as valências sociais do próprio clube, coisa que, até ao momento, não existia. E, portanto, em boa hora, e esse era o segundo ponto que, ali, gostaria de enfatizar, o Vereador da CDU, Carlos Almeida, tomou a iniciativa de quando se discutia o projeto do Centro de Formação Desportiva, lançar o repto à Autarquia e ao Sporting Clube de Braga, para que incluísse, também, nessa parceria, a piscina olímpica ou, pelo menos, aquilo que eram as chamadas ruínas dos tempos modernos da piscina olímpica edificada junto ao estádio municipal. Recordava que aquele era um problema que se arrastava de há quase uma década a esta parte, do projeto ainda mais megalómano do que outros que lhe eram vizinhos, em que a Autarquia avançou para a concretização de uma iniciativa que iria custar vinte e cinco milhões de euros. Gastou nela tanto quanto investiram na requalificação do Parque de Exposições, com, obviamente, proveitos substancialmente diferentes e deixou-a ao abandono, por insuficiência de recursos, durante toda uma série de anos. Era algo que carecia de uma intervenção, carecia de uma resposta e essa proposta do Vereador da CDU de ser, também, ali, concretizada a segunda fase da Academia, julgava que foi uma

excelente sugestão acolhida, de imediato, por todas as partes. Obviamente, que diria essa reabilitação dessas ruínas e desse investimento tão malparado, que ali foi concretizado, seria, por si só, um benefício suficiente, para a Autarquia e para a concretização desse projeto. Recordava que as contrapartidas, por assim dizer exigidas, relativamente à doação dos terrenos para a primeira fase, tinham um cariz de natureza mais simbólica, de envolvimento com a comunidade, mas do que qualquer benefício financeiro de que a Autarquia quisesse usufruir por essa mesma cedência. Portanto, não era essa, também, a prioridade, relativamente àquela segunda fase e à concessão do direito de superfície sobre as piscinas olímpicas que, futuramente, seriam reconvertidas em pavilhão. O objetivo era, obviamente, viabilizar a concretização do projeto. Mas entendeu-se, na altura, que era importante, também, aproveitar a realização dessa iniciativa, face ao amplo espaço que esse pavilhão iria corporizar, para corresponder a um outro anseio da população Bracarense, que dizia respeito à infraestruturação de um espaço vocacionado para a prática da ginástica desportiva. Era um compromisso daquele Executivo, do pelouro do desporto, de forma particular. Era um anseio que lhes ia, sistematicamente, sendo apresentado pelos praticantes e por todos os envolvidos na modalidade e entenderam, na altura, que poderia ser dentro do próprio pavilhão, numa área de cerca de oitocentos metros quadrados, que essa valência passaria a estar disponível, para toda a comunidade. Assim foi acordado pelo Sporting Clube de Braga, e frisava, assim foi acordado pelo Sporting Clube de Braga e, daí, que tivessem sido aprovadas as minutas que, ali, foram submetidas há já vários meses. Posteriormente, como, também, já era público, o Sporting Clube de Braga entendeu que aquela não era uma iniciativa que pudesse ser conciliada com o desenvolvimento do seu próprio projeto, que não poderia acorrer à responsabilidade que assumiu nesse mesmo acordo e

entendeu que deveriam encontrar outras alternativas, para que o Município sempre esteve, naturalmente, aberto. E era aí que surgia a terceira dimensão daquela matéria, que foi a necessidade, nos tempos mais recentes, de encontrar algo que compensasse um compromisso, assumido de livre e espontânea vontade pelo Sporting Clube de Braga, e que julgaram que teria que ser, naturalmente, respeitado na formalização daquele acordo. Não era possível ceder o espaço dentro do pavilhão, foi necessário encontrar uma alternativa e essa alternativa acabou por passar pela solução que, ali, hoje, se apresentou de a Câmara Municipal disponibilizar um espaço para a reabilitação e reconversão para um pavilhão para a prática da ginástica e, caro Deputado Municipal João Nogueira, obviamente que não estavam a falar de quarenta por vinte, nem de bancadas, porque não se tratava, como, infelizmente, sempre acontecia numa valência para as práticas das outras modalidades, estavam a falar de um espaço de treino para a ginástica, e obviamente que, disponibilizaram esse espaço. O Sporting Clube de Braga, de acordo com a avaliação que foi feita pelos serviços municipais, comprometeu-se a criar as condições para que ele fosse infraestruturado e a forma correta que se entendeu, com o apoio dos serviços jurídicos, para formalizar aquela parceria, foi a entrega daqueles quatrocentos mil euros à Câmara Municipal. Não se tratava, obviamente, de valorizar a cedência do pavilhão ou, pelo menos das piscinas olímpicas, em quatrocentos mil euros, tratava-se, isso sim, de quantificar a dimensão financeira dessa contrapartida, que o Sporting Clube de Braga não conseguia cumprir dentro daquilo que, inicialmente, foi acordado. Obviamente, que esse espaço seria, agora, requalificado e plenamente desenvolvido pelo Sporting Clube de Braga. Como era bem-sabido, a Câmara Municipal não investiu um cêntimo no projeto da Academia Desportiva do Sporting Clube de Braga, um projeto realizado,

exclusivamente, a expensas do clube. E, obviamente, que iria complementar esse investimento que iria ser feito pelo Sporting Clube de Braga na infraestruturação do polidesportivo da Quinta de São José, nas Enguardas, para criar essa valência desportiva, para a ginástica, que ficaria, esperavam, muito brevemente, ao dispor de toda a comunidade. Registou-se, depois, a intervenção do Sr. Deputado do B.E., ANTÓNIO MEIRELES DE MAGALHÃES LIMA, para dizer que o seu tempo não o permitia, mas havia coisas que deviam ser ditas e que não podiam deixar sem as referenciar. Era caricato e havia coisas que doíam. Como era que o Sr. Presidente da Câmara foi ali dizer que o Braga não podia dar uma coisa que era da Câmara. O pavilhão era da Câmara. E o Braga não podia dar os oitocentos metros quadrados? A Câmara era que tinha que dizer se podia dar os oitocentos metros quadrados ao Braga ou não. Estavam, ali, a inverter os papéis. Agora, o Braga não podia doar à Câmara uma coisa que era da Câmara? “Estamos a brincar ou a chamar parvo a quem? Por amor de Deus”. Depois havia outra coisa, votado ao abandono? O Parque Norte estava votado ao abandono? O Executivo anterior comprou os terrenos. Quem veio a seguir devia fazer o Parque, não era alienar os terrenos. Se o Executivo anterior não foi capaz de fazer o Parque, quem vinha a seguir fazia-o, cumpria o mandato. Era o que tinha que fazer. “Agora, pega nos terrenos que foram comprados para o Parque Norte e põe-nos na mão de um privado? A classificação como interesse nacional ou não seu quê, estamos fartos dessas classificações. Quem são os putos que vão para a Academia? São só do concelho de Braga? O Sr. Presidente da Câmara não disse, aqui, que o Sr. Presidente do Sporting Clube de Braga disse preto no branco que não queria lá munícipes. Só quer lá gente do Braga. E foi por isso, que na linguagem do Sr. Presidente da Câmara, não cedeu os oitocentos metros quadrados. Ele disse-o na reunião e

*disse-o nos jornais. Não queria lá estranhos, disse ele. Ou seja, aquilo não é para benefício dos munícipes. É para benefício de meia dúzia. E então se a Câmara não tem dinheiro, o hotel de cinquenta quartos não falta quem queira lá fazer. Porque é que tem que ser de borla e ainda temos que pagar ao Sporting de Braga fazer um hotel com cinquenta quartos? Não faltam empresas de hotelaria que queiram lá fazer um hotel. E, então, abre-se uma hasta pública, como se vai fazer para a Confiança, até porque a Câmara precisa de dinheiro, e vamos saber quem dá mais por aquele terreno e pelo que lá está edificado, se não for para mais nada, para fazer um hotel de cinquenta quartos. A questão é esta. Não há outras questões. É bom que se chame o boi pelos nomes. Eu devia dizer isto numa declaração de voto, mas tinha que dizer agora”. Posta à votação foi a referida proposta **aprovada com quarenta e oito votos a favor, dezanove abstenções e dois votos contra.** **PONTO NÚMERO QUATRO – PROPOSTA DE FIXAÇÃO DA TAXA DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS PARA O ANO DE DOIS MIL E DEZANOVE.** Submete-se à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal, a proposta da Câmara Municipal, aprovada em reunião de três de setembro do ano em curso, respeitante à fixação da taxa do imposto municipal sobre imóveis, para o ano de dois mil e dezanove, que se dá por reproduzida e transcrita e vai ser arquivada em pasta anexa ao livro de atas. Posta à discussão, passou a usar da palavra a **Sr^a. Deputada da C.D.U., BÁRBARA SECO DE BARROS**, para salientar que: “Tem vindo a ser hábito os membros desta maioria, de ano para ano, virem gabar o município pelas suas decisões quanto à política fiscal municipal. Tem vindo a ser hábito também que nós, na CDU, contestemos esses resultados e denunciemos que, nesta matéria, o rei vai para além de nu. Continuamos, por isso, a insistir que a taxa de IMI deve e pode ser mais baixa para os bracarenses. Diminuição essa que, como por diversas vezes*

temos vindo a realçar, teria muito mais impacto nos orçamentos das famílias como abrangeria muito mais famílias do que aquelas que sentem qualquer diferença com a participação variável no IRS. Não podemos deixar de recordar que esta decisão tem mais impacto para os cofres municipais – num município onde, imagine-se! faz falta aqui e ali financiamento para determinados investimentos – do que para as famílias para quem esta participação se faz sentir – que, recordamos mais uma vez para que não nos possam acusar de falta de aviso, não abrange as famílias com mais dificuldades financeiras. Portanto, o mesmo município que faz questão de abdicar desta receita proveniente do IRS, em prol de uma diminuição de carga fiscal que mal se sente nos orçamentos familiares e que deixa de fora grande parte das famílias bracarenses, é o mesmo que não abdica de forma alguma – embora o tivesse prometido em tempos – da taxa de IMI que fixa. Para que não pareça que temos uma calculadora avariada ou que tenhamos tido acesso a programas eleitorais ou orçamentos ou relatórios de contas diferentes daqueles que estão na posse do PSD, CDS e PPM, é o Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses de dois mil e dezassete que o diz: Braga é a Câmara que tem mais receitas de taxas e impostos! Podem não acreditar, mas este resultado foi, nem a propósito, publicado há duas semanas num dos jornais diários da nossa praça! A leitura daquele Anuário permite, então, concluir que a Câmara de Braga apresenta o maior peso de receitas provenientes de impostos e taxas nas receitas totais cobradas, de cinquenta e três ponto dez por cento. E, curiosamente ou não, o município de Braga foi quem teve, no distrito, maior receita de IMI em dois mil e dezassete, no valor de vinte e dois milhões e seiscentos e dezoito mil euros. Ora estes dados não nos podem deixar indiferentes à insistência de não baixar esta taxa, dado que existe uma margem muito confortável de receitas provenientes da que é cobrada às famílias. Este

facto não pode ser apagado, por mais tentativas que se façam, por exemplo, com exercícios de contas-propaganda. Para quem se sinta confuso: as contas-propaganda são aquelas que apresentam resultados muito favoráveis para determinado fim, especialmente porque ocultam a forma como são feitas, no entanto têm zero de verdade propriamente dita. Ora por estes dias pudemos observar um exercício deste tipo, baseado até no mesmo relatório que aqui referimos, que concluía que, a propósito da taxa de IMI aplicada pelo município os bracarenses pouparam quase dez milhões de euros. Ou seja, dizia este exercício de esforço que, por não aplicar a taxa máxima de IMI, os bracarenses guardaram quase dez milhões de euros nos bolsos. É mesmo esta expressão a que se usa no artigo amplamente divulgado. Ora o mesmo exercício podia ser feito de outra forma, e o resultado propagandístico já não seria o mesmo (muito embora as contas fossem na mesma linha, reparem!): como a Câmara não aplica a taxa mínima de IMI, de zero ponto trinta por cento, os bracarenses ficaram, em dois mil e dezassete, a arder com três milhões de euros! É uma conclusão absurda, bem sabemos. Mas não mais absurda do que a que nos foi apresentada com o cálculo ao contrário! E, no final destas contas todas, o que ficamos a saber de facto é que a margem crescente de receita da Câmara Municipal proveniente deste imposto permite, tal como a CDU tem vindo a reclamar desde o início do primeiro mandato desta maioria, que esta taxa seja reduzida gradualmente! Exigimos, por isso, que esta maioria cumpra esta sua promessa eleitoral e desagrave a sua política fiscal, nomeadamente no que à taxa de IMI diz respeito, e se mantenha coerente com a imagem que insiste em passar de município socialmente responsável, ao invés de tentar iludir os bracarenses com contas-propaganda quando cada um de nós saberá, e bem, que não sente alívio nenhum nos bolsos por conta da política fiscal de Braga!”. Depois foi a vez do Sr.

Deputado do C.D.S.-P.P., RICARDO MACHADO DE AZEVEDO se pronunciar sobre a presente matéria, tendo, para o efeito, destacado que: “Numa altura em que tanto se fala do aumento dos custos a suportar pelas famílias, do aumento dos preços das habitações, Braga tem, desde à meia década a esta parte, um município que se preocupa verdadeiramente com os custos das famílias bracarenses. Senão vejamos: em dois mil e treze, a taxa de IRS em Braga situava-se nos cinco por cento! Hoje, e após uma descida gradual nos últimos cinco anos, a proposta para a taxa de IRS é dezoito por cento abaixo do valor praticado em dois mil e treze! Mas, não só no IRS se verificam estas preocupações. No que ao IMI diz respeito, em Braga, são dados benéficos às famílias, principalmente às mais numerosas. Em anos anteriores a dois mil e catorze, estes benefícios não eram uma realidade. Também na Derrama, se verifica um benefício muito significativo para as empresas com rendimentos inferiores a cento e cinquenta mil euros. E este benefício, é fulcral para ajudar muitas pequenas empresas que compõem o tecido empresarial bracarense. Um exemplo disso, é o facto de numa área em que é tão importante esta medida o turismo alavancar de forma significativa diversos negócios que desta forma beneficiam da isenção da derrama. Um executivo que se preocupa com as famílias e o seu tecido empresarial, é um executivo que merece o nosso reconhecimento. Este é um caminho que deve continuar a ser trilhado, em prol dos bracarenses!”. Interveio de seguida o Sr. Deputado do P.S.D., RUI NUNO GONÇALVES MARQUES, para referir que: “Às pessoas que dizem uma coisa e fazem outra, a sabedoria popular recorre a uma expressão muito acertada “Olha para o que eu digo, não olhes para o que eu faço”. Esta expressão cabe que nem uma luva a uma certa esquerda – que se pode apelidar de demagógica. No seu discurso do “contra”, enquanto membros da oposição aos executivos, reivindicam menos impostos para

as famílias e, ao mesmo tempo, reivindicar mais e mais despesa pública. Como não lhes compete a responsabilidade de gerir, dizem aquilo que os contribuintes querem ouvir. Optam pelo discurso fácil, mas, provavelmente, irresponsável. Porém, quando são chamados à responsabilidade de gerir os destinos de uma autarquia o que é quem fazem? Deixem que vos diga. A CDU lidera os destinos de duas capitais de distritos, casos de Évora e Setúbal, e pelo discurso da Deputada Bárbara já adivinharam qual a taxa de IMI que estes executivos aplicam aos seus municípios. A Taxa mínima, claro! Pois, estão redondamente enganados. Bem, pelo contrário, aplicam a taxa máxima. Pelo que, se calhar, seria apropriado que, nestes municípios, a CDU passasse para a oposição a ver se ganha alguma coerência no discurso e alguma bondade para com os contribuintes. Ao nível do IMI, como é sabido, é cometida aos municípios a faculdade de poder fixar uma taxa num intervalo entre os zero trinta e os zero quarenta e cinco por cento. Tratando-se de um imposto sobre os imóveis, é, pois, um instrumento de política pública para a habitação e para a reabilitação urbana, que, ainda que de forma muito reduzida, permite aos municípios promover determinadas opções políticas. No caso de Braga, o executivo, e bem, fixa a taxa num patamar muito próximo do limiar mínimo – nos zero vírgula trinta e cinco por cento - o que reflete uma opção clara de manter um nível de fiscalidade relativamente baixo, e, por esta via, tornar o concelho de Braga um concelho competitivo do ponto de vista da fixação da população e da atração de novos residentes. Esta opção faz com que o município de Braga seja o décimo segundo do país que mais abdica de receita ao nível do IMI. No ano de dois mil e dezassete, foram cerca de nove vírgula seis milhões de euros. Esta é a diferença entre cobrar zero trinta e cinco por cento, como se cobra em Braga, ou cobrar zero vírgula quarenta e cinco por cento, como bem sabem o que custa os

*munícipes de Évora e de Setúbal que pagam a taxa máxima. Sejam sérios, em Portugal a maior parte dos municípios que fixam a taxa no patamar mínimo são concelhos de pequena dimensão, onde a receita arrecadada com este imposto é absolutamente marginal. Conversei há dias com um Presidente de Câmara de um concelho vizinho (Vieira do Minho), que me dizia que a receita arrecadada com o IMI, ascendia a qualquer coisa a rondar os duzentos mil euros. Mas se comparamos Braga com os concelhos vizinhos de dimensão relevante, verificamos que em Barcelos a taxa fixada é de zero vírgula trinta e cinco por cento, tal como Braga; Guimarães, zero vírgula trinta e cinco por cento, tal como Braga; Famalicão, zero vírgula trinta e cinco por cento, tal como Braga; Viana do Castelo, zero vírgula trinta e sete, um pouco mais; Aveiro, zero vírgula quarenta e cinco por cento Porto, zero vírgula trinta e dois por cento. Ou seja, Braga, apesar de ser um dos concelhos com melhor dinâmica demográfica na região, estabelece uma das taxas mais competitivas ao nível do IMI. Convém também salientar, que o compromisso assumido pela coligação eleita pelos Bracarenses, previa, claramente, no seu programa que as iniciativas de alívio da carga fiscal e dos encargos sobre os orçamentos familiares incidiriam no IRS, tarifas de água e oferta de manuais escolares. Compromissos que como podemos verificar estão a ser integralmente cumpridos. Não existissem os fardos da parceria dos campos sintéticos e as contas que não param de crescer das obras de construção do Estádio Municipal, muito possivelmente haveria folga orçamental para reduzir a taxa do IMI para o patamar mínimo. Enquanto isso, tem o executivo a responsabilidade de promover uma gestão eficiente e rigorosa das contas públicas, garantindo a regra de ouro, de que as receitas têm de cobrir as despesas”. A palavra foi dada ao **Sr. Deputado do P.S., JOÃO ANTÓNIO DE MATOS NOGUEIRA**, para informar que o Partido Socialista iria votar de forma*

alinhada, como fez na Câmara Municipal de Braga. E nem iria, ali, acima, caso não fosse servido já um prato mais do que requentado. Quando entrou, ali, o cheiro do jantar lá em baixo começava a enfastiar. E, realmente, aquele discurso, já a cheirar a mofo, do PSD, servido continuamente, de uma forma quer diria a agarrar o passado e não a agarrar o futuro, já começava, realmente, a cheirar mal e um dia até lhes podia fazer mal e podia-lhes aparecer uma qualquer diarreia, ou coisa do género. Mas, o Partido Socialista não iria, ali, se não tivessem sido dito algumas coisas, que estavam desajustadas de uma realidade que iam perceber. O IMI pela natureza desse imposto, era um imposto pago pelos proprietários e que tinha como objetivo principal, aquilo que era a conservação, a manutenção e a qualificação do espaço público e de alguns serviços. Ora, todos sabiam, e não queria ir dizer isso que, efetivamente, o espaço público em Braga, não merecia, sequer, o INI a zero vírgula trinta e cinco. Até nem se devia pagar nenhum, tal era o estado de limpeza de conservação do espaço público a que assistiam. Portanto, mais valia que o PSD, em vez de ir, ali, fazer comparações completamente desnecessárias, e ele escusaria de ir ali, naturalmente, dizer aquilo, mas, a verdade era que o que pagamos era muitíssimo mais caro do que, efetivamente, se pagássemos muito menos, porque, realmente, hoje, reconhecido por toda a gente, a limpeza do espaço público, a conservação de passeios e ruas, a questão das podas das árvores, das ervas por todos o lado, a iluminação pública, tudo isso estava numa degradação, que, efetivamente, nem justificava o trinta e cinco por cento. De qualquer forma e percebendo que era uma receita importante para a Câmara, o Partido Socialista iria abster-se no IMI, abster-se na Derrama e iria votar a favor no IRS. “Mas, a verdade, é que não vale a pena vir, aqui, com preconceitos do passado, porque o PSD, eu sei que não precisa, não precisa disso, precisa é, de uma forma séria, dizer as coisas, precisamos

desta receita para conservar e manter o espaço público e qualifica-lo e não vir aqui com comparações que não levam a lado nenhum. Porque entrando neste aspeto de considerações, é perceber qual é o estado do espaço público nas cidades que aqui foram referidas”. A **Sr.^a. Deputada da C.D.U., BÁRBARA SECO DE BARROS** interveio para esclarecer o Sr. Deputado Rui Marques que, em primeiro lugar, devia informar-se melhor, a Câmara de Setúbal foi obrigada a fixar a taxa de IMI na taxa máxima, ainda no tempo em que não era Câmara CDU. A maioria das Câmaras CDU fixava, sim, a taxa mínima de IMI, para os seus municípios. De qualquer forma, se tivesse estado um pouco mais atento à sua intervenção, falaram duma proposta que assentava na análise do volume de receitas provenientes do IMI no Município de Braga. Portanto, falando da possibilidade de ter um equilíbrio entre um desagravamento desta taxa e a receita que era gerada por essa mesma taxa. “Mas, naturalmente, esta intervenção poderá ter-me espantado por estar mais habituada a ter outras conversas consigo, noutros contextos, em que até defendia o desagravamento dessas taxas. Mas nesse caso devolvia-lhe o seu conselho “olha para o que eu digo, não olhes para o que eu faço”. Posta à votação foi a presente proposta **aprovada com quarenta e cinco votos a favor, com seis votos contra e com dezanove abstenções**. O **Sr. Deputado do B.E., ANTÓNIO MEIRELES DE MAGALHÃES LIMA** usou da palavra, para numa **Declaração de Voto**, dizer que o Bloco de Esquerda votou contra, no seguimento do que já tinha referido noutras votações anteriores e de idêntico teor, porque não compreendiam porque era que as famílias com um único filho, não podiam ter aquela redução de IMI. Não sabiam quanto a Câmara cobrava nas penalizações do IMI dos prédios em ruínas. Gostariam de saber, mas as coisas nunca chegavam com a informação devida. Agora, não lhes parecia que uma família, por mais rica que fosse, tinha dois filhos, tinha redução do IMI.

Eventualmente teria, o Sr. Presidente da Câmara teria, outras pessoas teriam. Uma pessoa que era mais pobre, tinha só um filho, eventualmente porque não podia ter dois, e já não tinha redução. Não havia justificação para isso. Não sabia se aquilo tinha a ver com a questão das famílias. Havia para aí uma proteção das famílias. **PONTO NÚMERO CINCO – PROPOSTA DE LANÇAMENTO DE DERRAMA A COBRAR NO ANO DE DOIS MIL E DEZANOVE.** Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal, a proposta do Executivo Municipal, aprovada em reunião de três de setembro do ano em curso, relativa ao lançamento de uma derrama a cobrar no ano de dois mil e dezanove, que se dá por reproduzida e transcrita e vai ser arquivada em pasta anexa ao livro de atas. Posta à votação foi a presente proposta **aprovada com quarenta e nove votos a favor e com vinte e uma abstenções.** **PONTO NÚMERO SEIS – PROPOSTA DE PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS SINGULARES (IRS) – ANO DE DOIS MIL E DEZANOVE.** Submete-se à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal, a proposta do Executivo Municipal, aprovada em reunião de três de setembro do ano em curso, relativa à participação variável no imposto sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS), ano de dois mil e dezanove, que se dá por reproduzida e transcrita e vai ser arquivada em pasta anexa ao livro de atas. Neste ponto da ordem e trabalhos registou-se a intervenção do **Sr. Deputado do B.E., ANTÓNIO MEIRELES DE MAGALHÃES LIMA**, para dizer que o Bloco de Esquerda ia votar contra, mas até se iriam abster por uma razão muito simples, porque não sabiam para onde ia o dinheiro. Hoje, ouviram os telejornais, o PSD a dizer que o orçamento era eleitoralista, tudo era eleitoralista. E dar dinheiro, que fazia falta à Câmara, porque a Câmara não tinha dinheiro para mandar cantar um cego, disse o Sr. Presidente da Câmara,

por outras palavras, e estar a dar dinheiro a um número de munícipes, que não são os de menores rendimento, e contra si falava. Pensava que se falasse com os munícipes e dissesse que a Câmara não tinha dinheiro, ia vender a Confiança, ia ceder não sei o quê ao Braga, porque não tinha dinheiro para fazer nada. “Tudo o que esteja por usar, Convertidas, Confiança, vai ser tudo entregue aos privados. Portanto, precisamos daquilo que vos costumamos a dar do IRS. As pessoas prescindiam disso. Se a Câmara precisa de dinheiro, porque é que tem que estar a fazer esta benesse? Nem sequer é para os mais pobres, porque esses não pagam IRS. Até seiscentos euros ninguém paga IRS. Era para a classe média”. Registou-se a intervenção do **SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA, RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO**, para esclarecer, de uma forma genérica, já que aquele era o terceiro ponto da fiscalidade municipal, qual tinha sido a estratégia do Município sobre aquela matéria. Obviamente, que assumiram um compromisso claro de devolver rendimentos às famílias e de minorar os encargos que se tinham que suportar com a fiscalidade e com os serviços municipais, era isso que tinha acontecido ao longo dos últimos anos. No último ato eleitoral, ou na antecâmara desse ato eleitoral, ouve várias discussões entre si e, em particular, o Vereador Carlos Almeida, em que teve a oportunidade de explicar que a redução do IRS, porque o programa estava elaborado antes do ato eleitoral e que, na altura, quando assumiram o compromisso de redução do IRS, inclusivamente, apresentaram na Câmara Municipal, uma proposta de redução da taxa na ordem dos dez por cento, a maioria socialista, então em funções, antes mesmo do término do seu último mandato, apresentou uma proposta de redução de doze e meio por cento, que se consumou e que, obviamente, refletia na taxa que era hoje praticada. Não havia, de facto, margem para abdicar de mais receita do IMI que, infelizmente,

para Braga representava uma parcela importante das nossas fontes de financiamento próprias, sendo certo, porém, que não tínhamos o alcance que outras Câmaras, que até tinham taxas menores do que as nossas, como era o caso de Sintra, por exemplo, conseguiam, efetivamente, angariar. Em todo o caso, aquilo que tinham prosseguido era de, no contexto do IMI, manter a taxa cobrada, aplicar o benefício familiar, apenas às famílias que tinham mais filhos, porque essa era uma medida de incentivo à natalidade e, obviamente, que só depois de concretizado esse aumento de natalidade, era que ele devia ser atribuído. Não era por uma ótica de estímulo a quem só tinha um filho, que se devia concretizar esse estímulo. E, também, reduzindo o IRS. E sobre a questão do IRS, recordava que, quando essa medida se iniciou, há cerca de cinco anos, até naquela Assembleia, recordava-se de uma intervenção do deputado Pedro Sousa, que dizia que aquilo que estavam a devolver a cada munícipe, não servia quase para pagar um café. A verdade era que dos dados que, entretanto, tinham vindo a público sobre essa matéria, o Município de Braga, tinha vindo a prescindir, ao longo de cada ano, em cada exercício fiscal, de mais de um milhão de euros de receita de IRS que era devolvida às famílias Bracarenses e que, por mais que, individualmente, fosse um valor relativamente irrisório, não deixava de ser um impacto significativo num orçamento de quase um por cento do orçamento municipal. Era, obviamente, um valor substancial e também lhe causava alguma estranheza, convinha, também, dizê-lo do ponto de vista político, que alguns preferissem devolver rendimentos à propriedade, através do imposto sobre a tributação da propriedade, e não devolver àquilo que era o rendimento do trabalho e de outras receitas, que era aquela que decorria diretamente do IRS. Era uma política um pouco estranha, mas, se calhar, enquadrada naquilo que era a proliferação de especuladores imobiliários que, hoje, viam um pouco por todo o

país e que, obviamente, precisavam de aliviar essa carga fiscal. Naturalmente que, no que dizia respeito às empresas, a sua política estava a estabilizada, de há vários anos a esta parte, suprimiram a derrama para todos os pequenos e médios empresários, aqueles que tinham um volume de receita até aos cento e cinquenta mil euros e aplicaram a taxa máxima para os demais, com exceção daqueles que eram alvo da política de benefícios fiscais, ao abrigo do Regulamento de Incentivos da Câmara Municipal de Braga. Posta à votação foi a presente proposta **aprovada com cinquenta e três votos a favor, com quatro votos contra e com três abstenções.** **PONTO NÚMERO SETE – CONTRATO DE COMODATO A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE BRAGA E A JUNTA DE FREGUESIA DE RUÍLHE – CEDÊNCIA DE RÉS-DO-CHÃO DO EDIFÍCIO ONDE SE ENCONTRA INSTALADA A EB UM DE RUÍLHE.** Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal, a proposta do Executivo Municipal, nos termos do nos termos do preceituado na alínea j), do número um, do artigo vigésimo quinto, do Anexo um da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, relativa à proposta de contrato de comodato a celebrar entre o Município de Braga e a Junta de Freguesia de Ruílhe, para a cedência do rés-do-chão do edifício onde se encontra instalada a EB um de Ruílhe, para aí se desenvolverem atividades destinadas à ocupação dos tempos livres e atividades extracurriculares das crianças que frequentam essa mesma Escola, bem como apoiar as atividades desenvolvidas pela própria Escola, que se dá por reproduzida e transcrita e vai ser arquivada em pasta anexa ao livro de atas. Posta à votação foi a presente proposta **aprovada por unanimidade.** **PONTO NÚMERO OITO – PROPOSTA DE DOAÇÃO DE PRÉDIO À UNIÃO DE FREGUESIAS DE VILAÇA E FRADELOS PARA A EXECUÇÃO DO ARRANJO URBANÍSTICO DA ZONA ENVOLVENTE À**

IGREJA DE FRADELLOS. *Submete-se à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal, de acordo com o estatuído na línea g), do número um, do artigo vigésimo quinto, Anexo um, da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, a proposta do Executivo de três de setembro do ano em curso, relativa à doação de prédio à União de Freguesias de Vilaça e Fradelos, descrito na Conservatória do Registo Predial de Braga sob o número trezentos e cinquenta e um/Fradelos e inscrito na matriz urbana sob o artigo seiscentos e dezasseis/Fradelos, da União de Freguesias de Vilaça e Fradelos, destinado à execução do arranjo urbanístico da zona envolvente à Igreja de Fradelos, cujo teor se dá por reproduzido e transcrito e vai ser arquivado em pasta anexa ao livro de atas. Posta à votação foi a presente proposta **aprovada por unanimidade.***

PONTO NÚMERO NOVE – CONTRATAÇÃO DE UM EMPRÉSTIMO BANCÁRIO DE MÉDIO E LONGO PRAZO, ATÉ AO MONTANTE DE OITO MILHÕES E QUINHENTOS MIL EUROS. *Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal, proposta do Executivo Municipal, aprovada em reunião de três de setembro do ano em curso, relativa à contratação de um empréstimo bancário de médio e longo prazo, até ao montante de oito milhões e quinhentos mil euros, nos termos do preceituado nos números cinco e seis do artigo quadragésimo nono, da Lei número setenta e três barra dois mil e treze, de três de setembro, que se dá por reproduzida e transcrita e vai ser arquivada em pasta anexa ao livro de atas. Posta à votação foi a presente proposta **aprovada com cinquenta e um votos a favor, com treze abstenções e com dois votos contra.***

PONTO NÚMERO DEZ – CONTRATAÇÃO DE UM EMPRÉSTIMO BANCÁRIO DE MÉDIO E LONGO PRAZO, ATÉ AO MONTANTE DE OITO MILHÕES E QUINHENTOS MIL EUROS (ANÁLISE DE PROPOSTAS). *Submete-se à apreciação e votação da*

*Assembleia Municipal, proposta do Executivo Municipal, aprovada em reunião de dezanove de setembro do ano em curso, relativa à contratação de um empréstimo bancário de médio e longo prazo, até ao montante de oito milhões e quinhentos mil euros, nos termos da alínea ccc), do número um, artigo trigésimo terceiro e alínea f), do número um, do artigo vigésimo quinto, da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, em conjugação com o disposto no artigo quinquagésimo primeiro, da Lei número setenta e três barra dois mil e treze, de três de setembro, informação relativa à análise das propostas e relatório, que se dá por reproduzida e transcrita e vai ser arquivada em pasta anexa ao livro de atas. Posta à votação foi a presente proposta **aprovada com cinquenta e sete votos a favor e com quinze abstenções.** **PONTO NÚMERO ONZE – PROPOSTA DE UTILIZAÇÃO DO EMPRÉSTIMO PARA FINANCIAMENTO DA CONTRAPARTIDA NACIONAL DE OPERAÇÕES DE INVESTIMENTO AUTÁRQUICO – LINHA BEI PORTUGAL VINTE VINTE – AUTARQUIAS.** Submete-se à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal, a proposta do Executivo Municipal, aprovada em reunião de dezanove de setembro do ano em curso, relativa à utilização do empréstimo para financiamento da contrapartida nacional de operações de investimento autárquico – linha BEI Portugal vinte vinte - autarquias, que se dá por reproduzida e transcrita e vai ser arquivada em pasta anexa ao livro de atas. Posta à votação foi a presente proposta **aprovada com cinquenta e sete votos a favor e com quinze abstenções.** **PONTO NÚMERO DOZE – DESAFETAÇÃO DE PARCELA DE TERRENO COM A ÁREA DE SETE METROS QUADRADOS, SITA NA RUA DE SÃO VICTOR, NUMERO CINQUENTA E SETE/SESSENTA E CINCO, FREGUESIA DE SÃO VICTOR, BRAGA.** Submete-se à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal, a proposta do*

*Executivo, aprovada em reunião de três de setembro do ano em curso, com vista à desafetação do domínio público de uma parcela de terreno com a área de sete metros quadrados, situada na rua de São Victor, número cinquenta e sete/sessenta e cinco, Braga (São Victor), nos termos do disposto da alínea ccc), número um, do artigo trigésimo terceiro, conjugado com a alínea q), número um, artigo vigésimo quinto, do Anexo um, da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, que se dá por reproduzida e transcrita e vai ser arquivada em pasta anexa ao livro de atas. Posta à votação foi a presente proposta **aprovada com cinquenta e sete votos a favor e com quinze abstenções.***

PONTO NÚMERO TREZE – DESAFETAÇÃO DE PARCELA DE TERRENO COM A ÁREA DE OITOCENTOS E SETENTA E TRÊS METROS QUADRADOS, SITA NO LUGAR DAS REGADINHAS, UNIÃO DE FREGUESIAS DE LOMAR E ARCOS. *Submete-se à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal, a proposta do Executivo, aprovada em reunião de dezanove de setembro do ano em curso, com vista à desafetação do domínio público de uma parcela de terreno com a área de oitocentos e setenta e três metros quadrados, situada no lugar das Regadinhas, União de Freguesias de Lomar e Arcos, nos termos do disposto da alínea ccc), número um, do artigo trigésimo terceiro, conjugado com a alínea q), número um, artigo vigésimo quinto, do Anexo um, da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, que se dá por reproduzida e transcrita e vai ser arquivada em pasta anexa ao livro de atas. Posta à votação foi a presente proposta **aprovada com cinquenta e sete votos a favor e com quinze abstenções.***

PONTO NÚMERO CATORZE – DESAFETAÇÃO DE DOMÍNIO PÚBLICO PARA O DOMÍNIO PRIVADO DE PARCELA DE TERRENO – ALVARÁ DE LOTEAMENTO NUMERO TRINTA E UM BARRA NOVENTA E UM. *Submete-se à*

apreciação e aprovação da Assembleia Municipal, a proposta do Executivo, aprovada em reunião de dezanove de setembro do ano em curso, com vista à desafetação do domínio público para o domínio privado do município, da área de equipamento prevista na planta de ordenamento do PDM, conforme alvará de loteamento número trinta e um barra noventa e um, que se dá por reproduzida e transcrita e vai ser arquivada em pasta anexa ao livro de atas. Posta à votação foi a presente proposta **aprovada com cinquenta e oito votos a favor e com catorze abstenções.** **PONTO NÚMERO QUINZE – MINUTA DE ACORDO DE MUTAÇÃO DOMINIAL A CELEBRAR COM A INFRAESTRUTURAS DE PORTUGAL.** Submete-se à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal, a proposta do Executivo Municipal, aprovada em reunião de três de setembro do ano em curso, nos termos do artigo vigésimo quinto, número um, alínea q), Anexo um, da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, referente ao acordo de mutação dominial a celebrar com a Infraestruturas de Portugal, relativo à Estrada nacional cento e um do quilómetro noventa e um mais quatrocentos e setenta e três ao quilómetro noventa e quatro mais duzentos e sessenta e nove e à estrada Nacional duzentos e um do quilómetro sessenta e três mais quinhentos ao quilómetro sessenta e cinco mais seiscentos e treze, que se dá por reproduzida e transcrita e vai ser arquivada em pasta anexa ao livro de atas. A palavra foi dada ao **SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA, RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO**, para dar uma nota de enquadramento. Todos estariam, relativamente, informados sobre aquela matéria, mas além de algumas opções de natureza estratégica da parte do Município no que dizia respeito, por exemplo, à tutela sobre o troço, onde, hoje, estava implantada a feira semanal, que envolvia o estádio municipal ao Parque da Ponte e outros, também, da mesma natureza, havia, de entre aquele leque de

parcelas que estavam, ali, a ser permutadas, uma que não poderia deixar de destacar, que dizia respeito à rua Costa Gomes, em Real. Era um processo que se arrastava de há vários anos a esta parte, em que, julgava, que tiveram uma aliança contínua entre cidadãos, a Junta de Freguesia, a União de Freguesias, a Câmara Municipal, sempre reivindicando que a Infraestruturas de Portugal assumisse a responsabilidade, que não tinha concretizado, naquele e noutros locais, para proceder à reparação e à conservação daquela rua. Julgava terem atingido o limiar da tolerância, relativamente a essa matéria e a Câmara Municipal, apesar de não abundar em dinheiro, como era bem-sabido, entendeu que deveria, ela própria, de moto próprio, a expensas próprias, concretizar essa mesma intervenção. Foi já elaborado um projeto. Aquele acordo de mutualidade iria, obviamente, permitir avançar com o concurso para a respetiva realização. Infelizmente, esperavam que aquela não fosse um exemplo, que se tivesse que replicar noutros contextos do nosso território porque, infelizmente, havia vários outros troços que careceriam de uma intervenção e nem sequer ao nível da conservação e nem sequer, como os próprios Deputados do Partido Socialista bem lembraram, ao nível da limpeza das vias e das zonas envolventes, tinha sido concretizada essa mesma responsabilidade. Portanto, ficava, ali, esse testemunho que julgava unir todos os presentes. Interveio o **SR. PRESIDENTE DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE REAL, DUME E SEMELHE, FRANCISCO MANUEL PEREIRA DA SILVA**, para agradecer à Câmara Municipal e como disse o Sr. Presidente aquilo foi uma luta que já tinha vários anos e viam, agora, a luz ao fundo do túnel. A rua Costa Gomes era uma rua martirizada. Os moradores sentiam-se martirizados, porque era uma rua que estava em péssimas condições e os moradores já não aguentavam mais. O projeto já estava quase concluído, que teve um diálogo interativo e muito profícuo entre a Câmara Municipal, a Junta de

*Freguesia e entre os moradores, que apresentaram várias sugestões para melhorar o projeto apresentado pela Câmara Municipal. Agora queriam e faziam todo o gosto que este acordo de passagem de dominialidade do Instituto das Estradas de Portugal, para a Câmara Municipal, fosse feito em Real, como um símbolo de que Real estava a ser feito e dar um sinal aos moradores. Sabiam que parte desse empréstimo dos oito milhões era para as obras nessa rua. Agora, apelavam que fosse posto em concurso o projeto e que, pelo menos, até ao início do próximo ano, fosse posto, também, em execução esse projeto. Esse projeto ia agradar aos moradores e que ia servir não só Real, mas, também, toda a comunidade, porque Real era um ponto de passagem para várias freguesias e, portanto, o trânsito, ali, era muito. Era um voto de congratulação por aquela situação. Posta à votação foi a presente proposta **aprovada com sessenta e oito votos a favor e com quatro abstenções.** O **SR. PRESIDENTE DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE NOGUEIRÓ E TENÕES, JOÃO MANUEL TINOCO RIBEIRO DA SILVA**, apresentou um **Declaração de Voto**, referindo que viu o Sr. Presidente da Câmara a formular um desejo que não lhe agradou. Disse que gostaria que não se repetisse mais aquela posição da Câmara em querer adquirir estradas que eram da responsabilidade das Infraestruturas de Portugal. Ora, tinha uma estrada que, por acaso, já que estavam no tempo do turismo, era a estrada onde passavam mais turistas, se calhar, no norte do país, que era a rodovia do Bom Jesus e que estava, constantemente, numa vergonha, imunda, porque a Infraestruturas de Portugal, que era um dos organismos portugueses que não funcionava, porque se fazia um pedido, e outro e mais outro, passava-se um ano e nem resposta dava aos pedidos. Achava e já propôs à Câmara, que era urgente que a Câmara propusesse à Infraestruturas de Portugal tomar a posse daquele troço, já que, praticamente, toda a rodovia era da Câmara de Braga, era*

*uma estrada nacional e já era da Câmara, faltando só um bocadinho, que levava até ao elevador e que os envergonhava a todos. Naquela estrada, para além dos turistas, passava a volta a Portugal e quando passava dava na televisão e mostrava aquela imundice que lá se encontrava. Portanto Sr. Presidente da Câmara formulava, dali o desejo que a Câmara Municipal tratasse com a Infraestruturas de Portugal de forma a que a Câmara adotasse, para si, o troço da rodovia que levava ao Bom Jesus. Usou, depois, da palavra o **Sr. Deputado da C.D.U., JOÃO JORGE FERREIRA BAPTISTA**, para, noutra **Declaração de Voto**, justificar porque se abstiveram. Entendiam, de facto, que aquele tipo de responsabilidades, que eram dum instituto público, como era o Instituto das Infraestruturas de Portugal, era uma responsabilidade que lhes devia ser assacada a eles e notaram que nestes últimos anos houve uma descapitalização da Infraestruturas de Portugal, que deixaram de ter dinheiro para fazer aquele tipo de trabalhos, fruto de governos anteriores, naturalmente, fossem eles PS ou PSD. Achavam que aquilo era fruto de investimento público, que tinha levado, nomeadamente, a que a degradação do ensino, também, passe, porque havia uma desresponsabilização do Ministério da Educação sobre as Câmaras Municipais, e depois as Câmaras queixavam-se que não tinham dinheiro para fazer nada, nem para conseguirem meios e recursos para os auxiliares e entendiam que na Infraestruturas de Portugal o dinheiro que estava a ser aplicado, infelizmente, como deviam saber, noventa por cento, cerca de novecentos milhões era para as PPP's, não havendo dinheiro para o resto da rede rodoviária nacional, que eram catorze mil quilómetros. Percebia e ficava, por um lado contente, que da parte de Real iria ser resolvido um problema, porque a Infraestruturas de Portugal não tinha capacidade, neste momento, fruto dos orçamentos de estado que tinham vindo a retirar capacidade de execução e de manutenção das vias nacionais.*

Acontecia que, em termos rodoviários, era preciso dizer que os meios técnicos e as competências técnicas nas estradas nacionais e nas obras de arte, continuariam a ser da Infraestruturas de Portugal, em termos de execução e o canal técnico rodoviário naquela via seria, também da parte da IP, mas era importante que houvesse alocação de meios financeiros, para que o IP conseguisse responder, depois, às necessidades do país. Não queriam que houvesse uma desresponsabilização a nível nacional e o passar responsabilidades fosse na saúde, fosse na educação, fosse na infraestrutura rodoviária, para as Câmaras Municipais. As Câmaras Municipais, a de Braga, por acaso, tinha uma tradição de não receber nunca aquele tipo de vias e estradas nacionais. Falando com colegas de outras Câmara Municipais, de facto, a tensão que aquilo podia causar, transformou-se em muitas Câmaras num presente envenenado, porque nem a entrega foi da forma mais correta, porque havia um compromisso de entregar em boas condições e isso, dificilmente, aconteceu. Chamava a atenção disso, que não seria bom, ficar com uma rede de estradas muito grande, que depois ficariam com o menino nas mãos e não haveria verbas para as pagar e, depois, se calhar, iriam aumentar o IMI, ou outras das derramas para conseguir dinheiro para essa obrigação que era central e que queriam que se mantivesse a nível central aquele tipo de obrigações.

PONTO NÚMERO DEZASSEIS – CONTRATO DE SUBARRENDAMENTO DESPORTIVO – CAMPO DE FUTEBOL DE ESPINHO – JUNTA DE FREGUESIA DE ESPINHO. *Submete-se à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal, a proposta do Executivo Municipal, aprovada em reunião de dezanove de setembro do ano em curso, relativa ao contrato de subarrendamento do campo de futebol de Espinho, a celebrar entre o Município de Braga e a Junta de Freguesia de Espinho, que se*

*dá por reproduzida e transcrita e vai ser arquivada em pasta anexa ao livro de atas. Foi dada a palavra ao **SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA, RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO**, para dizer que, obviamente, que aquele era um ponto que gostariam de não ter que levar àquela Assembleia, era sinal que a parceria público-privada de Braga estava extinta, que aqueles procedimentos, que estavam inerentes ao funcionamento da parceria não tinham que se realizar. Como todos sabiam, sempre que um equipamento estava concluído e era colocado ao dispor da entidade que iria gerir, normalmente a Junta de Freguesia original eram celebrados aqueles contratos, primeiro de arrendamento, entre a SGEB e a Câmara Municipal e, depois, de subarrendamento entre a Câmara Municipal e essa entidade gestora, nomeadamente, as Juntas de Freguesia, mas, a verdade, era que a SGEB, ainda não estava extinta. E não quis deixar de aproveitar aquele ensejo, porque estavam em processo de discussão do orçamento de estado e porque todos os Grupos Municipais daquela Assembleia tinham representantes na Assembleia da República, para que voltassem, naturalmente, a reivindicar aquilo que lhes parecia algo de elementar bom senso. Porque o que estava em causa no processo de liquidação da SGEB e a inibir não só o processo de liquidação da SGEB, mas, também várias outras parcerias público privadas, a nível nacional, era uma verdadeira teimosia de natureza contabilística do Ministério das Finanças, que para ocultar nas contas públicas, um défice real, que todas as Câmaras que estavam envolvidas naquelas parcerias, efetivamente, tinham, inibia a regularização dessa situação. O que estava em causa tinha a ver com o limite ao endividamento, que era possível de contratar, num determinado ano. Como sabiam, cada Câmara Municipal tinha a sua capacidade de endividamento e tinha, depois, o limite de agravamento que podia ter em cada um dos anos. O*

caso óbvio era o da Câmara Municipal de Braga. Tinham capacidade de endividamento, mas à luz dessa outra norma adicional, não podiam agravar o nosso endividamento, do ponto de vista formal, mais do que uma determinada percentagem do que um determinado montante. Aquilo que, efetivamente, acontecia, era que se dava aquela situação verdadeiramente paradoxal. Estavam a tentar reduzir a nossa dívida, porque as rendas que iriam ter que pagar eram dívida da Câmara Municipal. E, obviamente, iriam conseguir a tal poupança de algumas dezenas de milhões de euros, caso conseguissem concretizar essa operação. Mas a verdade, era que neste momento, essas rendas eram dívida fora do balanço e a partir do momento em que fizessem a liquidação da sociedade, esta e as outras Câmaras Municipais, passariam a refletir, nas suas contas, uma dívida substancialmente menor, mas, obviamente, que ainda assim iria imputar às contas públicas. Achava que não era minimamente admissível, ainda por cima com outra agravante que não deixava de ser relevante no atual contexto, era que, como todos, também, saberiam, no próximo ano, do ponto de vista contabilístico, iria entrar em vigor o SNCAP, ou seja, o Sistema de Normalização Contabilística, que vinha substituir o POCAL e que iria obrigar a refletir nas contas aquele tipo de responsabilidades. Ou seja, até aquele argumento que estava inerente àqueles documentos contabilísticos, deixava de ser um argumento válido e as contas iriam passar a refletir essa verdade e esperavam que a refletissem num alcance e numa dimensão muito menor, que era sinal que a parceria estava liquidada e que aquela situação trágica, dissesse-se, da situação de Braga pudesse ser ultrapassada. Posta à votação foi a presente proposta aprovada com sessenta e três votos a favor e com seis votos contra. **PONTO NÚMERO DEZASSETE – ADESÃO DO MUNICÍPIO DE BRAGA À “REDE DE CIDADES ROMANAS DO ATLÂNTICO”**. Submete-se à apreciação e

*aprovação da Assembleia Municipal, a proposta do Executivo Municipal, aprovada em reunião de dezanove de setembro do ano em curso, relativa adesão do Município de Braga à “Rede das Cidades Romanas do Atlântico”, que se dá por reproduzida e transcrita e vai ser arquivada em pasta anexa ao livro de atas. Colocada à discussão, passou a usar da palavra o Sr. Deputado da C.D.U., **MARCOS MANUEL DA SILVA COUTO OLIVEIRA**, para salientar que: “A propósito do Protocolo para a Constituição da Rede de Cidades Romanas do Atlântico, documento que votaremos favoravelmente pela importância de que se reveste para a projeção da imagem de Bracara Augusta aquém e além-fronteiras numa estratégia global concertada de valorização dos recursos turísticos ligados ao passado romano, a CDU não pode deixar de chamar a atenção do executivo camarário para um conjunto de problemas que ainda hoje cercam o legado romano da nossa cidade. É facto que os vestígios arqueológicos associados ao período clássico de fundação da urbe foram sofrendo diversas mutilações com o percolar dos séculos; uma consequência natural da dinâmica histórica e de povoamento da cidade, outras, com principal relevância para as últimas quatro décadas, consequência de verdadeiras destruições e atentados ao património arqueológico por incúria dos então executivos camarários na sua estratégia global castradora aliada ao interesse imobiliário de crescimento da cidade nomeadamente para as zonas sul, sudoeste e oeste da cidade, onde efetivamente jaziam e se conservavam alguns dos mais importantes e completos vestígios de Bracara Augusta. Na verdade, o crescimento da cidade contemporânea, sobretudo para as zonas de Maximinos e Cividade e Fajal trancou o registou arqueológico subsistindo ainda, porém um conjunto apreciável de vestígios relacionados com a ocupação romana de Bracara Augusta. Terá sido precisamente pela importância subjacente deste património arqueológico que, o*

atual executivo camarário, incluiu, no seu programa eleitoral já em dois mil e treze e depois replicado em dois mil e dezassete (ou seja, não cumprido no primeiro Mandato deste executivo) as seguintes medidas relativas à gestão e valorização do Parque Arqueológico de Braga: (cito): “Medida vinte e um) Criação do Consórcio de Bracara Augusta para o estudo e valorização do património existente; Medida vinte e dois) Valorização do Parque Arqueológico de Braga, com a concretização da Musealização da Insula das Carvalheiras e realização dos estudos necessários para no futuro proceder à Musealização do Teatro Romano e da Estação Arqueológica de Santa Marta das Cortiças”. Sr. Presidente, há vontade ou não de cumprir as medidas a que se propôs nos seus programas eleitorais? Porque razão volvidos cinco anos de exercícios da sua função não foi apresentado qualquer projeto de Criação do Consórcio de Bracara Augusta ou qualquer estudo conducente à Musealização do Teatro Romano ou de Santa Marta das Cortiças? O estado lastimável da Insula das Carvalheiras exige medidas de proteção e conservação urgentes sob pena de quando for aprovado o Plano de Pormenor para este Quarteirão (e que cremos que se encontra em execução) o que exista a valorizar ou a musealizar esteja completamente destruído. Tem o Município um plano de conservação preventiva imediata para estes vestígios? E o que podemos dizer do estado de conservação do Teatro Romano protegido apenas com uma tela plástica, rompida em muitos locais, colocando os contextos arqueológicos aí presentes em risco iminente? A situação destes contextos é de tal forma degradante que mereceu já reparos na comunicação social por parte do Dr. Francisco Alves, o primeiro diretor do Campo Arqueológico de Braga, nos idos da década de setenta do século passado. É uma vergonha Sr. Presidente o estado das ruínas do Teatro Romano Bracaraugustano, que a par do Teatro Romano de Olissipo se constitui como a

única estrutura deste tipo intervencionado arqueologicamente em Portugal até este momento. E o que dizer da situação do espólio que se encontra junto da entrada Oeste do Campo Arqueológico das Termas da Cidade? Um conjunto apreciável de estatuária, miliários, elementos arquitetónicos, sarcófagos, dispostos desordenadamente junto á entrada sem qualquer proteção aos agentes erosivos. É uma vergonha para um Município que quer fazer parte de uma Rede de Cidades Romanas não possuir um depósito de reserva para este espólio em condições de ser preservado e estudado. Aliás, e do que me foi dado a conhecer, o Museu Regional de Arqueologia Dom Diogo de Sousa não tem condições para receber toda a quantidade de espólio exumado pelas diversas equipas de arqueologia que trabalham na cidade. Estará o executivo atento a este problema? É urgente pois a concretização da promessa de Criação do Consórcio de Bracara Augusta, que defina procedimentos e estratégias a tomar face aos vestígios arqueológicos que todos os dias são detetados pelas diversas equipas de arqueólogos que laboram na cidade, sob pena de muitos virem a ser destruídos e/ou perdidos por incúria deste executivo. A criação do Consórcio de Bracara Augusta, conforme vossa promessa eleitoral, deverá assumir de forma independente as decisões de conservação e preservação de vestígios detetados e eventualmente a detetar, principalmente porque com o aumento exponencial de projetos de reabilitação urbana na cidade aumenta, com grande grau de probabilidade, a deteção de vestígios arqueológicos que jazem sob o nosso centro histórico. É necessária a definição de estratégias de conservação compatibilizando e adaptando os projetos de reabilitação aos vestígios detetados sob pena de assistirmos em Braga a uma nova fase de alienação dos vestígios arqueológicos à moda dos anos setenta e oitenta. E por falar em alienação, expressão muito cara a este executivo, voltemos à questão da Confiança. Tem

porventura consciência este executivo da possibilidade de fazerem sobre a Fábrica vestígios romanos, nomeadamente a Via dezassete? Relembro que no PDM em vigor existe uma mancha de proteção a este vestígio que integra uma substancial área da Confiança. Tem o executivo um plano definido para o caso de surgirem vestígios da Via Romana nos trabalhos arqueológicos prévios que necessariamente terão que existir antes da concretização de um eventual projeto após a lamentável alienação do imóvel votada na primeira Reunião desta Assembleia pela maioria Juntos por Braga? Se efetivamente se vierem a confirmar a existência destes vestígios da Via o que pretende fazer o executivo face a estes? Continuará, conforme definido no Caderno de Encargos da Alienação, a possibilidade do promotor construir uma cave abaixo da cota de rua atual onde eventualmente estes vestígios se encontram? Como quer o Município liderar a candidatura das 'Vias Romanas' a Itinerário Cultural Europeu, candidatura entregue no oitavo Fórum do Conselho Europeu das Rotas Culturais pelo Sr. Vereador Dr. Miguel Bandeira, se não preservar as vias romanas que ainda subsistem na nossa urbe? Mas façamos agora um exercício e saltemos no tempo, para o futuro, dois mil anos por exemplo... Estamos no século quarenta e um, sabem quem ficará fora da Rede das Cidades Associadas a Património Industrial do século vinte? Pois é, infelizmente todos sabemos a resposta: Braga. Efetivamente com a infeliz decisão tomada por esta maioria em alienar a Fabrica Confiança, desaparece o único edifício sobrevivente da época que marcou o início da industrialização da cidade em finais novecentos, inícios do século vinte, alienando-se e condenando-se a memória futura do património industrial bracarense". Posta à votação foi a presente proposta **aprovada por unanimidade.** **PONTO NÚMERO DEZOITO – CONTRATO DE EMPREITADA – TRABALHOS DE REABILITAÇÃO INTEGRAL NO**

BAIRRO SOCIAL DE SANTA TECLA E ESPAÇO ENVOLVENTE. *Submete-se à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal, a proposta do Executivo Municipal, aprovada em reunião de dezanove de setembro do ano em curso, relativa à assunção de compromisso plurianual associado ao contrato de empreitada de trabalhos de reabilitação integral no Bairro de Santa Tecla e espaço envolvente, de acordo com o disposto na alínea ccc) do art.º 33º., da Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro, que se dá por reproduzida e transcrita e vai ser arquivada em pasta anexa ao livro de atas. Posta à votação foi a presente proposta aprovada com cinquenta e um votos a favor e com catorze abstenções.*

PONTO NÚMERO DEZANOVE – CONTRATO DE EMPREITADA – TRABALHOS DE REABILITAÇÃO INTEGRAL NO BAIRRO SOCIAL DE SANTA TECLA E ESPAÇO ENVOLVENTE – BRAGAHABIT - EMPRESA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE BRAGA. *Submete-se à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal, a proposta do Executivo Municipal, aprovada em reunião de dezanove de setembro do ano em curso, relativa à assunção de compromisso plurianual associado ao contrato de empreitada de trabalhos de reabilitação integral no Bairro de Santa Tecla e espaço envolvente, de acordo com o disposto nas alíneas a) e c), do artigo quadragésimo oitavo, da Lei número cinquenta barra dois mil e doze, que se dá por reproduzida e transcrita e vai ser arquivada em pasta anexa ao livro de atas. Posta à votação foi a presente proposta aprovada com cinquenta votos a favor e com quinze abstenções.*

PONTO NÚMERO VINTE – CONTRATO DE EMPREITADA - TRABALHOS DE REABILITAÇÃO DOS BLOCOS I, J, L, H DO BAIRRO SOCIAL DAS ENGUARDAS BRAGAHABIT – EMPRESA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE BRAGA. *Submete-se à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal, a proposta do Executivo Municipal, aprovada em reunião de 19 de*

setembro do ano em curso, relativa à assunção de compromisso plurianual associado ao contrato de empreitada de trabalhos de reabilitação dos blocos I, J, L, e H, do Bairro Social das Enguardas, de acordo com o disposto nas alíneas a) e c), do artigo quadragésimo oitavo, da Lei número cinquenta barra dois mil e doze, que se dá por reproduzida e transcrita e vai ser arquivada em pasta anexa ao livro de atas. Posta à votação foi a presente proposta **aprovada com cinquenta votos a favor e com quinze abstenções**. Usou da palavra o **Sr. Deputado do P.S., JOSÉ EDUARDO GOUVEIA SILVA PINHEIRO**, para em **Declaração de Voto**, dizer que não votou com a sua bancada, que se decidiu abster, naturalmente, por ser um ato administrativo do Município, mas acumulando o interveniente, também, dupla função, ali, sendo membro da Assembleia de Freguesia de São Victor, tendo-se candidatado com um programa eleitoral que defendia a reabilitação dos Bairros de Santa Tecla e das Enguardas, não poderia, considerando, também, a importância e a vitalidade daquela regeneração, para a freguesia, não se podia deixar de associar a um voto a favor em relação àquelas empreitadas. **PONTO NÚMERO VINTE E UM – CONTRATOS INTERADMINISTRATIVOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NAS JUNTAS DE FREGUESIA**. Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea k), do número um, do artigo vigésimo quinto, do Anexo um da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, as propostas aprovadas nas reuniões do Executivo Municipal de vinte e três de julho, de três e de dezanove de setembro e de um de outubro do ano em curso, relativas aos Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências nas seguintes freguesias: Um - União de Freguesias de Guisande e Oliveira (São Pedro) para a execução da obra denominada “Construção de novo acesso ao parque de lazer e campo desportivo

de Guisande”, no montante de cento e vinte e quatro mil oitocentos e oitenta e um euros e vinte e nove cêntimos; Dois - Junta de Freguesia de Priscos, para a execução da obra denominada “Arranjo de espaços públicos, Pinheiral e Azevido”, no montante doze mil duzentos e vinte e três euros e dezoito cêntimos; Três - Junta de Freguesia de Pedralva, para a execução da obra denominada “Repavimentação e águas pluviais da rua das Andorinhas”, no montante de dez mil duzentos e oitenta e seis euros e cinquenta e um cêntimos; Quatro - Junta de Freguesia de Pedralva, para a execução da obra denominada “Pavimentação da rua do Bustelo”, no montante de quarenta mil quatrocentos e trinta e um euros e seis cêntimos; Cinco - Junta de Freguesia de Ruílhe, para a execução da obra denominada “Alargamento da rua do Alto da Amarela”, no montante de onze mil seiscentos e cinquenta e quatro euros e setenta cêntimos; Seis - União de Freguesias de Escudeiros e Penso (Santo Estevão e São Vicente), para a execução da obra denominada “Alargamento e pavimentação da rua da Longra – Escudeiros”, no montante de quarenta e seis mil duzentos e vinte e três euros e sessenta e sete cêntimos; Sete - Junta de Freguesia de Espinho, para a execução da obra denominada “Pavimentação da rua de Santo António”, no montante de cento e cinquenta e sete mil quatrocentos e quarenta e seis euros e cinquenta e sete cêntimos; Oito - União de Freguesias de Escudeiros e Penso (Santo Estevão e São Vicente), para a execução da obra denominada “Obras de beneficiação na antiga escola de Pando São Vicente”, no montante de quarenta mil oitocentos setenta e seis euros e setenta e oito cêntimos; Nove - União de Freguesias de Celeirós, Aveleda e Vimieiro, para a execução da obra denominada “Requalificação e repavimentação da rua do Monte Reboredo – Vimieiro”, no montante de cinco mil cento e oitenta e oito euros e trinta e três cêntimos; Dez - União de Freguesias de Celeirós, Aveleda e Vimieiro, para a execução da obra

denominada “Requalificação de arruamento e área verde na rua das Mimosas – Aveleda”, no montante de seis mil novecentos e dezassete euros e cinquenta e sete cêntimos; Onze - União de Freguesias de Celeirós, Aveleda e Vimieiro, para a execução da obra denominada “Pavimentação da rua do Pinheiro – Vimieiro”, no montante de oito mil quatrocentos e três euros e noventa e cinco cêntimos; Doze - União de Freguesias de Celeirós, Aveleda e Vimieiro, para a execução da obra denominada “Pavimentação de baía de estacionamento na avenida de Santa Ana – Vimieiro”, no montante de dois mil novecentos e oitenta e três euros e oitenta cêntimos; Treze - União de Freguesias de Morreira e Trandeiras, para a execução da obra denominada “Calçada da rua do Rio – Morreira”, sete mil oitocentos e sessenta euros e noventa e seis cêntimos; Catorze - União de Freguesias de Morreira e Trandeiras, para a execução da obra denominada “Calçada da Igreja – Trandeiras”, no montante de dois mil setecentos e dezasseis euros e vinte e cinco cêntimos; Quinze - União de Freguesias de Morreira e Trandeiras, para a execução da obra denominada “Rua Vilar do Meio – Morreira”, no montante de oito mil oitocentos e vinte e quatro euros e cinquenta cêntimos; Dezasseis - União de Freguesias de Crespos e Pousada, para a execução da obra denominada “Alargamento e pavimentação da rua de Portas – Crespos”, no montante de cento e quarenta e nove mil duzentos e sessenta e quatro euros e cinquenta e nove cêntimos; Dezassete - Junta de Freguesia de Adáuife, para a execução da obra denominada “Rua dos Quatro Caminhos”, no montante de trinta e sete mil trezentos e quinze euros e trinta e oito cêntimos; Dezoito - Junta de Freguesia de Esporões, para a execução da obra denominada “Pavimentação do caminho de acesso à Santa Marta das Cortiças”, no montante de cento e dois mil oitocentos e setenta e três euros e quarenta e cinco cêntimos. Postas à votação foram as referidas propostas

aprovadas com duas abstenções do B.E.. PONTO NÚMERO VINTE E DOIS – ATRIBUIÇÃO DE APOIOS FINANCEIROS A DIVERSAS JUNTAS DE FREGUESIA. Submete-se à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal, as propostas aprovadas nas reuniões do Executivo Municipal de vinte e três de julho, de três e de dezanove de setembro ed e um de outubro do ano em curso, relativas à atribuição de apoios financeiros, nos termos do preceituado na alínea j), do número um, do artigo vigésimo quinto, do Anexo um da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, às seguintes Juntas de Freguesia: Um - Junta de Freguesia de Figueiredo, destinado a apoiar o Rancho Folclórico Hélios de Figueiredo, no valor de seiscentos euros; Dois - Junta de Freguesia de Tadim, destinado a apoiar o Festival “Tadim a Cantar”, no valor de seiscentos euros; Três - União de Freguesia de Nogueiró e Tenões, destinado a apoiar a realização da nona edição do “Festival Castro Galaico de Nogueiró”, no valor de cinco mil euros; Quatro - Junta de Freguesia de Sequeira, destinado a apoiar a execução da obra de “Requalificação do jardim do cemitério de Sequeira”, no valor de mil setecentos e setenta euros; Cinco - Junta de Freguesia de Gualtar, destinado a apoiar a execução da obra de “Rotura e canalização no cemitério de Gualtar”, no valor seiscentos e oitenta e um euros e cinquenta e oito cêntimos; Seis - União de Freguesias de Merelim São Pedro e Frossos, destinado a apoiar a execução da obra de “Pavimentação junto ao campo do Merelinense”, no valor de três mil setecentos e vinte e cinco euros e noventa cêntimos; Sete - União de Freguesias de Maximinos, Sé e Cividade, destinado a apoiar a execução da obra de “Substituição de portões e janelas – antiga sede da Junta de Freguesia”, no valor de dezoito mil oitocentos e vinte e dois euros e vinte e sete cêntimos; Oito - União de Freguesias de Merelim São Pedro e Frossos, destinado a apoiar a execução da obra na sede dos “Bem dados”, no valor de três mil

seiscentos e cinquenta e quatro euros e trinta e cinco cêntimos; Nove - União de Freguesias de Merelim São Pedro e Frossos, destinado a apoiar a execução da obra de “Construção de baía de estacionamento, passeio junto à piscina de Merelim”, no valor de seis mil oitocentos e setenta e nove euros e quarenta cêntimos; Dez - Junta de Freguesia de Ruílhe, destinado a apoiar a execução da obra de “Muro de contenção de solos na rua Alto de carcavelos”, no valor de dezasseis mil quatrocentos e cinquenta e quatro euros e quinze cêntimos; Onze - Junta de Freguesia de Ruílhe, destinado a apoiar a execução da obra de “Alteração e requalificação da cave da Escola EB um de Ruílhe”, no valor de quarenta e cinco mil euros; Doze - Junta de Freguesia de Gualtar, destinado a apoiar a execução da obra de “Construção de rampa e portão no recreio coberto da EB de Gualtar”, no valor de catorze mil quatrocentos e vinte e cinco euros; Treze - Junta de Freguesia de Mire de Tibães, destinado a apoiar a atividade “Desfolhada”, no valor de mil euros; Catorze - Junta de Freguesia de Tadim, destinado a apoiar a execução da obra de “Drenagem de água do auditório”, no valor de treze mil setecentos e cinco euros e oitenta cêntimos; Quinze - Junta de Freguesia de Esporões, destinado a apoiar a execução da obra de “Reparação de muros em várias ruas, devido aos danos provocados pela intempérie”, no valor de vinte e um mil cento e oitenta e três euros e vinte e oito cêntimos; Dezasseis - União de Freguesias de Nogueiró e Tenões, destinado a apoiar a execução da obra de “Ampliação do adro e parque de estacionamento da Igreja de Nogueiró”, no valor de cento e vinte e três mil cento e quarenta e seis euros e cinquenta e seis cêntimos; Dezassete - União de Freguesias de Lomar e São Paio de Arcos, destinado a apoiar a execução da obra de “Construção de passeio da rua da Coutada – Lomar”, no valor de nove mil cento e vinte e dois euros e quarenta e nove cêntimos; Dezoito - União de Freguesias de Arentim e Cunha,

*destinado a apoiar a execução da obra de “Melhorias a efetuar na escola EB um de Arentim”, no valor de mil seiscentos e quarenta e oito euros e oitenta e seis cêntimos; Dezanove - Junta de Freguesia de Priscos, destinado a apoiar a execução da obra de “Eletrificação dos edifícios da Freguesia de Priscos”, no valor de três mil quinhentos e oitenta e oito euros e setenta e quatro cêntimos. Postas à votação foram as referidas propostas **aprovadas com duas abstenções do B.E.. PONTO NÚMERO VINTE E TRÊS – ISENÇÃO DE TAXAS MUNICIPAIS.** Para apreciação da Assembleia Municipal, junto se envia informação sobre os benefícios fiscais concedidos pela Câmara Municipal, nos termos do número três, do artigo quadragésimo primeiro do Regulamento Municipal de Taxas e Licenças Municipais, que se dá por reproduzida e transcrita e vai ser arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **PONTO NÚMERO VINTE E QUATRO – COMPROMISSO PLURIANUAL DOIS MIL E DEZOITO E DOIS MIL E DEZANOVE - SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES ESCOLARES.** Submete-se à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal, proposta do Executivo Municipal, aprovada em reunião de um de outubro, o pedido de autorização da assunção do compromisso plurianual associado ao serviço de refeições (serviços de fornecimento de refeições escolares, que se dá por reproduzida e transcrita e vai ser arquivada em pasta anexa ao livro de atas. Posta à votação foi a presente proposta **aprovada com quatro abstenções da C.D.U.. PONTO NÚMERO VINTE E CINCO – REORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA TERRITORIAL DE BRAGA - INDICAÇÃO DE ELEMENTOS.** Submete-se à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal, a proposta do Executivo Municipal, aprovada em reunião de dezanove de setembro do ano em curso, relativa à criação de um grupo de trabalho, tendo em vista o processo de reorganização administrativa territorial*

de Braga, que se dá por reproduzida e transcrita e vai ser arquivada em pasta anexa ao livro de atas. O Sr. Deputado do P.S., **PEDRO MIGUEL PEREIRA DE SOUSA**, tomou o uso da palavra para levar uma questão e, também, apelar à abertura do Sr. Presidente da Câmara, no sentido de conseguirem traduzir naquela proposta da Comissão do estudo sobre a revisão administrativa e territorial de Braga. Ao longo das últimas semanas foi conversando amiúde com o Deputado João Granja, enquanto líder do Grupo Municipal do PSD e daquilo que sempre foi a sua sensibilidade, resultou da reunião de Câmara que faria sentido que naquela Comissão estivessem representadas todas as forças políticas com assento naquela Assembleia Municipal e uma vez que, também, não o estavam na Câmara Municipal e até porque lhes parecia que uma matéria daquela natureza, que dizia respeito, naturalmente, a todos, ganharia com uma discussão mais alargada, que não fosse banalizada, nem fulanizada, nem excessivamente aberta, mas aberta o suficiente, aquilo que entendiam para se produzir uma reflexão franca e plural sobre aquilo. Teve a oportunidade de levar ao conhecimento do Deputado João Granja e, hoje, queria também partilhá-lo com o Sr. Presidente da Câmara. Fê-lo com o Deputado João Granja porque era naquele quadro de relação, que mantinha o contexto de discussão da atividade da Assembleia Municipal. E não o fez com o Sr. Presidente da Câmara, naturalmente, por isso, por não ser o seu interlocutor nesse contexto. Apresentou ao Deputado João Granja uma proposta que lhes pareceu uma proposta equilibrada, até, porque era uma proposta que combinava um número de membros incluindo, já, os três académicos, os três estudiosos daquela matéria da Universidade do Minho, da Universidade Católica e do IPCA, que estavam incluídos na proposta da Câmara Municipal. Estava a falar de uma proposta que tendo em conta aquilo que era a distribuição de poder e aquilo que resultou da

*composição daquela Assembleia das eleições em dois mil e dezassete, que teria, incluindo aqueles três académicos, dezasseis pessoas. As Comissões Especializadas da Assembleia Municipal funcionavam com quinze elementos. Eram Comissões que estavam consolidadas e que já deram provas de que o trabalho que lá se produzia ser um trabalho profícuo, ser um trabalho com elevação, ser um trabalho que dava para aprofundarem os temas e para conseguirem levar as questões, muitas vezes, ao detalhe mais fino. E, portanto, numa matéria daquela natureza, em que estavam a discutir a forma como no futuro poderiam, novamente, reorganizar o nosso território, parecia-lhe que abrir a discussão e não a fechar, apenas, a quatro ou cinco ou meia dúzia de pessoas deixando, nomeadamente, de fora espectros representativos do eleitorado, não era uma boa solução. Portanto, numa ideia de proposta mais construtiva, não poderia o Partido Socialista e em coerência, também, com o trabalho que foi desenvolvendo e com a partilha que foi fazendo com o Deputado João Granja sobre aquela questão, deixar de ir, ali, defender uma solução diferente da que foi apresentada e, naturalmente, naquela base de diálogo que entendiam ser sadio que pudesse acontecer naquela Câmara, apelar á sensibilidade e à abertura do Sr. Presidente da Câmara, para a proposta que ali levaram. A palavra foi dada ao **SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA, RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO**, para, em primeiro lugar, explicar, de contextualizar aquela iniciativa. Aquilo não era iniciativa alegórica. Não era abordagem avulsa, relativamente àquela matéria. Era. Julgava, um ato pioneiro, a nível nacional e de responsabilidade da parte do Município de Braga, para tratar de uma forma séria, um assunto que, infelizmente, em muitas outras circunstâncias, tinha sido tratado cm excessiva ligeireza, demasiada desresponsabilização e, até, com alguma irresponsabilidade na capacidade de*

acomodar o impacto que aquele processo podia ter sobre o nosso território. Infelizmente, de uma forma clara e taxativa, foi isso que se passou em Braga, quando se concretizou aquela reforma há alguns anos. E, portanto, independentemente das iniciativas que, ora pareciam avançar, ora pareciam recuar, em função de ciclos eleitorais e de vontades políticas, deste e daquele governante, sobre aquela matéria, julgava que era importante, de uma vez por todas, o concelho de Braga, os seus mais diretos representantes, estudassem aquele processo, olhassem para a realidade do nosso território e formulassem, depois de auscultar todos os protagonistas relevantes, as soluções melhor se ajustassem àquilo que era a dinâmica própria de cada uma das freguesias, aquilo que era a possibilidade de maximização da eficiência na organização administrativa, também, no nosso concelho. E era isso que se esperava dessa Comissão. Era, obviamente, que independentemente daquilo que pudesse acontecer a nível nacional, pudessem, tanto quanto possível, chegar a um consenso local, sobre aquilo que era a organização administrativa do nosso território. Dá que tivessem tido essa perspetiva de englobar representantes de diversos quadrantes partidários, de englobar representantes das diversas autarquias locais, de representantes das entidades do ensino superior, para ter, também, ali, uma massa crítica da sociedade civil. E, portanto, seria um contrassenso, no que dizia ao repto que, ali, foi lançado pelo Deputado Pedro Sousa, que tivessem a ter um juízo de estarem a fechar a discussão, quando o seu objetivo, obviamente, era de a abrir o máximo possível. Na altura cingiram a um determinado número de membros, por razões de operacionalidade, mas não era, obviamente, pela inclusão de mais dois membros, que a Comissão deixaria de ter essa mesma capacidade de trabalho e de auscultação. E, portanto, acomodaram essa solução. Julgava que poderiam aumentar o número de representantes da

*Assembleia das forças partidárias para acomodar a representação de cada um dos Grupos Municipais, ali presentes. E aquilo que desejava e o apelo que ali fazia, naquele momento, era que, obviamente, aquele processo tivesse a colaboração de todos, em particular, de cada uma das freguesias, que de uma forma racional, pudessem, obviamente, tanto quanto possível, representado a vontade das respectivas populações, não iriam proceder a nenhum referendo local, sobre aquela matéria, mas, tanto quanto possível, desencadeando em cada um dos territórios, também, uma discussão alargada sobre aquela matéria, recolher contributos para formatar a proposta que, futuramente, pudessem vir a apresentar e que, eventualmente, poderia até seguir o exemplo do que se passou, inicialmente, naquele processo, com Lisboa, que antes mesmo de haver uma reorganização administrativa para o todo do território nacional, houve uma reforma administrativa local, apenas com base na proposta apresentada para o concelho de Lisboa. Era isso que se pretendia, também, relativamente ao concelho de Braga. Registou-se a intervenção do Sr. Deputado do P.S., **JOÃO ANTÓNIO DE MATOS NOGUEIRA**, para salientar que o Sr. Presidente da Câmara teve uma atitude salomónica, era bom frisar isso e achava que mandava a sensatez que aquele assunto que era de vital importância, para a reorganização administrativa ou para a sua reversão, ou não. O bom senso mandava que partissem com consensos mais ou menos estabelecidos e que todos pudessem discutir quilo sem qualquer dificuldade, sem qualquer constrangimento. “Mas permita-me, Sr. Presidente que, o Sr. fez aqui uma crítica à forma como no passado a Assembleia Municipal de Braga trabalhou este processo. E, portanto, gostava de lhe dizer que não me revejo naquilo que disse. As pessoas são livres, fizeram as suas opções em tempo oportuno e se houve irresponsabilidade foi de um Ministro que, sem ouvir nada, nem ninguém, prometendo aquilo que sabia*

que não podia dar, traço a régua e esquadro e contra a vontade das populações e contra muitas vontades naturais, um mapa de freguesias que, efetivamente, descaracterizou aquilo que é a identidade social das próprias freguesias. E, portanto, dizer que no passado isso foi feito de forma irresponsável é insultar, também, os Presidentes das Juntas que na altura votaram a favor disto, e que voam de forma consciente, muitos dos quais, hoje, ainda aqui estão. Não houve nenhuma irresponsabilidade. Foi uma opção legítima, como qualquer outra, em que se entendeu que não havia necessidade de se fazer revisão. E, portanto, temos que respeitar, como, se calhar, vamos ter que respeitar, aquilo que for decidido legalmente, se calhar a conselho do Município de Braga e deixe-me dizer-lhe, com todo o à vontade que, efetivamente, tomar este tipo de iniciativas, é sempre oportuno e, se calhar, até poderemos fazer, com a sua colaboração muito qualificada, uma revisão da organização administrativa do concelho de Braga e que possamos resolver alguns problemas que hoje já precisam de ser resolvidos, que é ampliação dos acordos de execução, nos termos da Lei setenta e cinco, dois mil e treze que, efetivamente, ficaram parados, desde há cinco anos. Foi uma boa medida na altura, mas que, hoje, assistimos a uma paragem que em nada dignifica, aquilo que deve ser o trabalho das autarquias de freguesia”. A **SR^a: PRESIDENTE DA MESA** disse estarem em condições de apresentar a lista que propunha os nomes para a Comissão. Grupo Municipal do PSD - João Alberto Granja dos Santos Silva; Grupo Municipal do PS - João António de Matos Nogueira; Grupo Municipal do CDS-PP - João Miguel Ribeiro Lemos de Medeiros; Grupo Municipal da CDU - Bárbara Seco de Barros; Grupo Municipal do BE - António Meireles de Magalhães Lima; Grupo Municipal do PPM - Pedro Morais Mesquita Borges de Macedo; Grupo das Juntas de Freguesia Independentes - João da Silva Oliveira, Presidente da Junta de

*Freguesia de Esporões; Presidente da União de Freguesias de São José de São Lázaro e São João do Souto - João José da Costa Pires (freguesia urbana) e Presidente da União de Freguesias de Vilaça e Fradelos - Paulo Manuel Vilaça Ferreira (freguesia rural). Foi designada como lista A. Interveio o **SR. PRESIDENTE DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE REAL, DUME E SEMELHE, FRANCISCO MANUEL PEREIRA DA SILVA**, para dizer que queria aproveitar, já que estavam num ambiente democrático e houve aquela abertura toda, era lamentável que da parte dos representantes dos Presidentes de Junta, União de Freguesias, sobretudo destas, que foram aquelas que trabalharam ao longo de quatro anos e iriam trabalhar mais três, e tendo Uniões de Freguesia de cada partido, da CDU, do PS, da Coligação, porque razão só estavam representantes da Coligação? Achava isso inadmissível, porque deviam partilhar as suas experiências, independentemente daquele tipo de situações. Gostaria que isso fosse novamente abordado. O **Sr. Deputado do P.S.D., JOÃO ALBERTO GRANJA DOS SANTOS SILVA** usou da palavra para dizer que lhe tocou a responsabilidade de constituir a lista e, naturalmente, que pela proposta que foi apresentada e que era pública, havia dois Presidentes de Junta e o critério que entendeu, para preencher esses dois lugares, foi encontrar um Presidente de Junta de União de Freguesias de espaço urbano e um de espaço rural. A aplicação do método de D'Hondt, dava ao partido, neste caso maioritário e à Coligação, a indicação de dois nomes. Que soubesse, era assim que se exercitava a democracia. A indicação do Grupo de Freguesias Independentes era, enquanto Grupo Municipal, que também não tinha que ser discriminado ou minorado em relação ao resto. Que soubesse o Sr. Presidente de Junta do Partido Socialista, não fazia parte do Grupo dos Independentes. Nem o Grupo de Presidentes de Junta do partido Socialista da Assembleia, tinha na*

aplicação do método D'Hondt, peso suficiente para ter um presente em dois. Era um problema de falta de votos. Isso não podia resolver. O **Sr. Deputado do P.S., PEDRO MIGUEL PEREIRA DE SOUSA** disse que, uma vez que o Deputado João Granja foi, ali, evocar princípios do método D'Hondt, para distribuir a representatividade, gostava de perguntar à Mesa, como ficaria composta a Comissão se aparecesse uma outra lista a ser votada e sufragada naquela Assembleia, supunha que fosse, também, pelo método D'Hondt. Voltou a usar da palavra o **Sr. Deputado do P.S.D., JOÃO ALBERTO GRANJA DOS SANTOS SILVA**, para dizer que a alusão ao método D'Hondt tinha, apenas, a ver com os critérios de constituição duma lista equilibrada, que transportasse a realidade da Assembleia. Mas era óbvio que o que estavam, ali, a indicar, era votação de listas fechadas. Por isso, houve um esforço de consensualização e daquela solução, porque se reparassem, a representação se fosse diretamente proporcional, até era diferente, em relação à maioria, de forma superior àquilo que ali estava espelhado. Por isso, não havia dúvida que a elaboração da lista foi feita naqueles termos, precisamente para ser votada em lista fechada. Se houvesse o surgimento de outra lista, seria uma lista B, em que seria eleita em alternativa, se tivesse mais votos do que a A. Obviamente que se assim não fosse, obrigaria a recolocar, novamente, a questão e a não se resolver, hoje, teria que transitar para uma próxima Assembleia. O **SR. PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE ESPORÕES, JOÃO DA SILVA OLIVEIRA**, usou da palavra para fazer uma introdução e achava que era salutar o espírito de abertura que foi demonstrado pelo Sr. Presidente da Câmara. O tema foi abordado, quando reuniram há pouco com os líderes dos Grupos Municipais, achava que era pacífico, e que o espírito era muito consensual de trabalho e não via desprimor de nenhum grupo em particular, em favor de outro. O espírito era construtivo, por parte de todos os

interessados. Achava haver, agora, uma abertura muito diferente do que houve no passado na abordagem daquele tema. As Juntas de Freguesia tinham todas a ganhar com uma discussão séria daquela matéria e não entendia porque o Pedro Sousa estava em bicos de pés a fazer daquilo um tema, quando aquilo já foi absolutamente aberto e discutido há pouco, quando parecia tudo consensual. Interromper uma votação, para causar um ruído excessivo sobre aquela matéria, achava que era completamente em contratempo e não fazia sentido nenhum.

Interveio o Sr. Deputado do P.S., PEDRO MIGUEL PEREIRA DE SOUSA, para dizer que queria, muito respeitosamente, cumprimentar o Sr. Secretário da Mesa, Serafim Rebelo, para lhe dizer que apesar da graça pouco engraçada que lhe dirigiu, que não iria entrar nesse tipo de troca de galhardetes, porque tinha mais respeito do que aquele que ele revelou por si. E, portanto, queria dizer-lhe só que foi lá colocar uma questão de interpretação sobre a forma como aquele processo deveria decorrer e, naturalmente, não era ao Deputado João Granja, líder de um dos grupos municipais, que cabia ir lá dar resposta à sua questão interpretativa. Era à Mesa da Assembleia, à Presidente e aos serviços que a acompanhavam, que competia dar resposta à sua questão. E, portanto, achava que ficava claro, que solicitar com regra, respeitosamente, de forma adequada, que a questão lhe fosse esclarecida, não era desrespeitoso com a Mesa da Assembleia. “E, portanto, Sr. Secretário, quero dizer-lhe, que prestou um mau serviço e que deixou mal ficar, naquela questão, a Mesa de um órgão, que tinha obrigação de enobrecer. O SR. PRESIDENTE DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE NOGUEIRÓ E TENÕES, JOÃO MANUEL TINOCO RIBEIRO DA SILVA, interveio para colocar duas questões: primeiro, foi apresentada uma lista na Mesa por consenso. Não foi assim? O que iria fazer aquele grupo de trabalho? Ia fazer uma proposta que, depois, ia ser a proposta da Assembleia? Se

existia alguma confusão e aquilo foi tratado com os líderes das bancadas, que já não se estavam a entender, achava que se deveria suspender aquele ponto e numa próxima Conferência de Líderes, tratarem desse problema. Era a proposta que fazia e que a votassem. **O SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA, RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO**, disse que a Câmara Municipal fez um pedido à Assembleia Municipal, para indicar membros para integrarem uma Comissão. “Eu não tenho a tutela da Assembleia Municipal. Esse tempo já passou. Nem vou ensinar ninguém a organizar uma votação. Apresentam as votações e as propostas de acordo com aquilo que entenderem na vossa consciência, dentro dos princípios que todos, julgava, que partilhavam até há dez minutos e, a partir daí, naturalmente, faz-se a escolha e remetem à Câmara Municipal a vossa escolha. Não vai ser a Câmara Municipal a retirar uma proposta que, obviamente, consta daquilo que é a nossa abordagem para esta matéria. Acho que a Assembleia é que tem que assumir a responsabilidade”.

O Sr. Deputado do P.S.D., JOÃO ALBERTO GRANJA DOS SANTOS SILVA disse que julgava que o Sr. Presidente da Câmara foi esclarecedor em relação à intenção e àquela que era a sua responsabilidade. A lista que foi apresentada era aquela que foi permitida pelo consenso possível, um consenso que foi alargado à representação dos grupos, que na versão inicial não o tinham. Estavam preenchidos os pressupostos para poderem votar. Era isso que pedia à Mesa que fizesse, para resolverem de vez aquele assunto, porque se não o conseguissem resolver, quem ficava mal na fotografia, eram eles. **O Sr. Deputado do P.S., PEDRO MIGUEL PEREIRA DE SOUSA**, disse que poderiam votar, fazendo aquilo que a maioria decidisse. Era assim a democracia. Respeitavam-na, conviviam bem com ela. Mas, não queria deixar de dizer ao Deputado João Granja, porque há pouco, como tantas vezes denotava no passado algum

desconforto, foi, ali, brincar com os pequeninos. E queria dizer ao Deputado João Granja que, no passado, muitas vezes, o PSD foi mais pequeno na sua representatividade, bastante mais pequeno, nomeadamente no que ao número de autarquias locais dizia respeito, bastante mais pequeno, insignificante, inexistente no contexto do concelho, e aqueles que chamavam de terem uma democracia musculada, garantiram sempre um princípio de participação e um acordo de cavalheiros, que permitia a participação de ambas as forças e por serem aquelas que ainda assim eram as forças mais expressivas, no contexto político partidário no mapa político do concelho. E, portanto, queria dizer ao Deputado João Granja, que não havia problema nenhum. O caminho natural seria votar. Votar-se-ia e o PS votaria da forma que entendesse. Agora, aquela questão, rasgava um compromisso e uma forma de estar que, até hoje, sempre foram capazes de manter e que era sadia para a vida democrática do concelho e que tantas vezes aquele novel PSD, foi dizer que era parte da sua tradição e da sua nova forma de estar e de entender os poderes políticos e os poderes públicos, no contexto do Município e no contexto do concelho. E, portanto, não havia problema nenhum em chegarem à situação que chegariam, ma aquela situação não foi discutida, a escolha dos Presidentes de Junta não foi discutida. O PS não foi ouvido. Em sede de Conferência de Líderes, aquela questão particular, não foi tratada, nomeadamente, a escolha dos elementos, porque se tivesse, hoje, estariam todos pelo menos poupados àquele número, de uma discussão que deveria ter acontecido no local, mas que o PSD entendeu, pura e simplesmente, que não a precisava de discutir com ninguém, porque podia escolher os três elementos a seu belo prazer. Voltou a usar da palavra o Sr. Deputado do P.S.D.,

JOÃO ALBERTO GRANJA DOS SANTOS SILVA, para dizer que “gostaria de não ter que dizer aquilo que vou ter que dizer e ter que evocar o estatuto de quem

que está nesta casa há trinta e dois anos, ininterruptamente. Mas, de facto, é preciso ser honesto em termos intelectuais, Pedro. Eu não sei que histórias te contaram em casa há muitos anos, mas, de facto, nesta casa, o que disseste não é verdade. E não é verdade, porque quando foi necessário sacrificar as quotas de representação do PS e do PSD, foi feito, no tempo do Sousa Fernandes, do António Braga, para que a representação dos grupos mais pequenos pudesse ter um tempo de intervenção, margem de manobra, para poder intervir. Mas, nunca o Partido Socialista deu ao PSD mais do que aquilo que era a proporcionalidade do método D'Hondt, em todas as participações ou representações. E quanto à pequeníssima representação que tu evocaste, de facto, isso não consigo perceber onde vais buscar essas referências. Por isso, o discurso cor de rosa, para branquear responsabilidades, não colhe e é cortar rente para que não fiquem ideias erradas na cabeça das pessoas, É preciso evocar, aqui, aquilo que a Câmara fazia em relação a estas matérias no passado, é um livro vasto que dá muito tempo de intervenção, para te esclarecer, avivar a memória e contar muita história nova que tu decerto não conheces. Para dizer o quê? É que nesta Comissão, a representação dos partidos da Coligação é inferior àquele que é o peso eleitoral e ao peso em sede de Assembleia. Por isso, não aqui uma lógica castradora, que tu queres, de facto, enunciar e lançar como prova de confusão. Mais, ainda, a abertura à participação dos outros grupos é a demonstração duma boa vontade em relação a esta matéria. Agora, se, na proposta inicial, se tratava de representar os Presidente de Junta de todo o concelho, de facto, a organização que tem com larga vantagem a representação maioritária, entendeu preencher esses dois lugares com um critério duma União de Juntas da zona urbana e uma União de Juntas da zona rural. O nosso entendimento é que esse aspeto não deva ser partilhado por nenhuma razão que justifique a atribuição desse lugar ao

*Partido Socialista, como aconteceu no passado, porque o diferencial é grande entre as duas realidades. É a nossa avaliação. É a nossa responsabilidade. Não é menos democrático do que nós sempre fomos defendendo ao longo do tempo. Por isso, não há nenhuma alteração de comportamento, têm é que se sujeitar à razoabilidade. Em relação à evocação de não termos discutido os nomes, a Comissão está no papel. A composição está no papel. Essa questão não foi colocada previamente, para podermos discutir. Mas ela estava no papel. Por isso, não a podem ignorar. A menos que não tenham lido o papel por inteiro. Mas esse já não é um problema meu. A Assembleia foi hoje, podíamos ter falado até hoje. Agora, esta é a opção. Este é o consenso possível. Aceitam ou não”. Posta à votação foi a referida proposta **aprovada com quarenta votos a favor; com dezanove votos brancos e com doze votos nulos.** **PONTO NÚMERO VINTE E SEIS – INFORMAÇÃO PRESTADA PELAS COMISSÕES PERMANENTES.** Neste ponto da Ordem de Trabalhos registou-se a intervenção do **SR. PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E JUVENTUDE, BENTO DUARTE DA SILVA**, para informar que a Comissão tinha reunido ontem, com a Senhora Vereadora, que se fez acompanhar da equipa que estava a preparar a Carta Educativa de Braga. Pensava que foi uma boa reunião, onde o diagnóstico foi apresentado e, talvez dali a dois meses, teriam a Carta Educativa. Foi agendada outra reunião, para o dia treze, para analisarem a Recomendação do PPM, apresentada naquela Assembleia. O **SR. PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS ECONÓMICOS, EMPRESAS MUNICIPAIS E TURISMO, JOÃO ANTÓNIO DE MATOS NOGUEIRA**, informou que o ambiente na Comissão a que presidia, era bem diferente do ambiente que se tinha vivido, agora. Consensual, onde as questões político partidárias, passavam ligeiramente ao*

lado e o que lhes interessava, efetivamente, era fazer o acompanhamento da atividade municipal e do universo empresarial municipal, de forma calma e serena. E era assim que iriam continuar nesse registo, respeitando as ideias de cada um, querendo perceber aquilo se passava nas diversas empresas municipais. E tinha sido só nas Empresas Municipais que a Comissão tinha efetuado o seu trabalho. Num primeiro momento, para perceber o seu funcionamento, perceber os seus problemas, perceber os seus benefícios e vantagens. E, depois, também, na medida do possível, naquilo que era a função de cada um dos membros da Comissão, dar contributos que permitiam qualificar e intervir e, até, também, dizer o que não estava bem e tentar dar esse contributo. Foi dessa forma e tinha sido nesse clima e desse espírito de consensualidade ideológica, que tinham vindo a trabalhar. Depois da última vez que estiveram, ali, a dar conta daquilo que tinha sido o trabalho da Comissão, visitaram, pela segunda vez, a Bragahabit. Visitaram, posteriormente, e depois de férias os Transportes Urbanos de Braga e tinham agendado para o dia vinte e três a reunião com a Agere. Seguir-se-ia as empresas que estavam em falta, nomeadamente, o Theatro Circo e iriam, depois, aos outros aspetos, que tinham a ver com aquela Comissão. E dizer que um Deputado Municipal, por vezes, desconhecia o funcionamento das Empresas Municipais e ao desconhecer, muitas vezes, não podia dar o seu contributo e fazer a sua avaliação. E era por querer bem a Braga e àquilo que era a prestação municipal, que se empenhavam e tinham feito esse trabalho. Um trabalho que iria, depois, no final do ano, redundar num relatório, porque, também, entendia aquela Comissão, que no final dum ano ou depois de percorrer todas as empresas, fizessem um relatório daquilo que foi apreciado que poderia contribuir para que cada um dos Deputados que não tinham assento naquela Comissão pudesse saber aquilo que andavam a fazer, porque era um trabalho sério, era um

trabalho que queriam manter num espírito de boa disposição, inquirindo, perguntando questões que muitas das vezes poderiam não ser simpáticas, mas sempre num espírito de colaboração institucional entre as várias forças políticas. Pretendiam visitar todas as empresas até ao final do ano. Depois se seguiriam outras atividades ligadas àquele setor. Queria frisar, mais uma vez, que o espírito tinha sido fantástico, onde não se sabia onde acabava o cor-de-laranja e começava o cor-de-rosa e ia o verde, o vermelho e as outras cores. Depois, foi a vez da **SRA. PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS E SAÚDE, FILOMENA MARIA BEIRÃO MORTÁGUA DE SOUSA FREITAS BORDALO** dizer que elegeram, após as audições com os Senhores Vereadores que tinham aqueles pelouros, um conjunto de temas, temas esses que seriam o objeto do seu trabalho, da sua análise. Seleccionaram a violência doméstica e estavam em condições de, após uma última reunião que lhes faltava fazer, e que estava não confirmada, ainda, para o mês de novembro, estariam, após isso, em condições de apresentar àquela Câmara um relatório sobre o problema, sobre as questões da violência doméstica. Acreditava que esse relatório tivesse um conjunto de recomendações e de propostas, para serem apresentadas ao Município. Uma outra informação que queria dar, tinha a ver com o seguinte: se bem se recordavam, baixou à Comissão o Regulamento dos Apartamentos de Transição. A Comissão estava em condições de até ao final do mês de novembro, apresentar à Assembleia, à Sr.^a Presidente, as apreciações que mereceram à Comissão o referido relatório. **PONTO NÚMERO VINTE E SETE – INFORMAÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO.** Submete-se à apreciação da Assembleia Municipal, informação do Sr. Presidente da Câmara, acerca da atividade do Município, por escrito e que aqui se dá como reproduzida e

*transcrita e vai ser arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA:** A Assembleia Municipal deliberou aprovar a ata em minuta, para produzir efeitos imediatos, na parte respeitante aos pontos três, quatro, cinco, seis, sete, oito, nove, dez, onze, doze, treze, catorze, quinze, dezasseis, dezassete, dezoito, dezanove, vinte, vinte e um, vinte e dois, vinte e quatro e vinte e cinco de conformidade com o disposto no número três, do artigo quinquagésimo sétimo, da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro. **ENCERRAMENTO:** Às zero horas e cinco minutos, a Senhora Presidente da Mesa deu por encerrados os trabalhos desta reunião de dezasseis de outubro, de que, para constar, se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelos membros da Mesa.*